UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ROBERTO CANDIDO DA SILVA

O POLÍGRAFO INTERESSADO
João Ribeiro e a construção da brasilidade

SÃO PAULO
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O POLÍGRAFO INTERESSADO

João Ribeiro e a construção da brasilidade

Roberto Candido da Silva

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social,
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Miriam Dolhnikoff

SÃO PAULO
2008

Ao meu avô, Antonio Valentim, e ao meu pai, Sebastião Candido, que me ensinaram a importância de se buscar o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Miriam Dolhnikoff pela confiança e pelo apoio ao longo deste trabalho. Não esqueço a sua disposição e boa vontade de contribuir todas às vezes que foi preciso, incentivando e apontando sempre o melhor caminho a seguir. Agradeço também à professora Salete Almeida Cara que me ensinou a importância de João Ribeiro no cenário cultural brasileiro.

Na elaboração final deste trabalho considerei as sugestões feitas pela banca de qualificação, por esta razão, agradeço à professora Ângela Alonso e ao professor Marcos Napolitano pela atenção da leitura e observações.

Agradeço à professora Maria Helena Rolim Capelato pelo incentivo, pela simpatia com que acolheu o projeto, pelas indicações bibliográficas e pelo seu curso que foi de muita valia para este trabalho. Outras disciplinas que cursei durante o mestrado também foram fundamentais para elaboração desta dissertação, por está razão agradeço aos professores: Maria Inez Machado Borges Pinto, Nicolau Sevcenko e Elias Thomé Saliba.

Sem a paciência e a colaboração de toda a minha família este trabalho, que foi difícil, seria impossível. Por isto, expresso meus agradecimentos à Maria Aparecida Vieira Luiz, minha companheira e aos meus filhos Carina Djamila e Palon Luiz; meu enteado Fernando Alessandro. Agradeço também, minha mãe Otacília Aparecida e ao meu pai Sebastião Candido da Silva; meus irmãos Antonio Marcos, Marco Antonio, Jaime Valentim, Adilson Candido e Deusa Aparecida.

Agradeço à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pela Bolsa Mestrado, oferecida durante trinta meses, que foi uma importante ajuda financeira para esta dissertação. Agradeço também ao Claude José e à Iara Cristina da Diretoria de Ensino de Carapicuíba pela atenção e pela paciência.

Durante esta jornada a troca de idéias como outros colegas e amigos de profissão foi fundamental, por isto agradeço à Rosa Marli Depintor pelo apoio e pela confiança desde início do projeto; à Fabiana Schleumer pelo apoio e incentivo; aos amigos da APEOESP, principalmente à Ieda Maria e ao Marcos Soares (Marquinho) pelo estímulo. Agradeço ao apoio do amigo Laércio Lopes; à amiga Magali Borges pela atenção e pela ajuda primorosa no final deste trabalho, principalmente pela sua leitura atenta; ao amigo José Silva dos Santos pelo importante auxílio na formatação final do texto; à professora Maria Helena Sassi Freitas pela tradução do resumo; ao amigo José Anastácio (Julião) que foi muito prestativo e sempre demonstrou boa vontade.

Finalmente, expresso meus agradecimentos aos colegas e amigos das escolas E.E. Prof. Celso Pacheco Bentin (Vila Capriotti, Carapicuíba) e EMEF Profª Daisy Amadio Fujiwara (Jardim Arpoador, São Paulo) pela torcida e pela colaboração.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. João Ribeiro: O homem e seu tempo.....	14
1.1. A era das polêmicas.....	42
1.2. João Ribeiro e Silvio Romero.....	49
2. A questão da construção nacional.....	56
2.1. O sentido da construção nacional.....	56
2.2. O sentido da construção nacional no Brasil.....	67
Capítulo I – João Ribeiro: historiador interessado.....	83
1. A “História do Brasil”.-.....	83
1.1.História e construção nacional.....	121
1.2. Polêmicas em torno do ensino de História.....	127
Capítulo II - João Ribeiro: filólogo interessado.....	135
1. “A Língua Nacional”.....	135
1.1 Língua e construção nacional.....	159
1.2 Polêmicas em torno da Língua Nacional.....	162
Capítulo III – Língua e História na questão racial.....	166
1. História e questão racial.....	169
2. Língua e questão racial.....	181
Conclusão.....	186
Referências Bibliográficas.....	195

Auto-retrato

Quando me tenho analisado, o que sucede em horas de preguiça, que é a minha única forma de reflexão filosófica, descubro que tenho alma demais, e ser-me-ia de maior utilidade se a tivesse de menos.

João Ribeiro

Resumo

O tema do presente estudo é a construção da brasilidade na obra de João Ribeiro. A partir da análise de duas de suas obras – *História do Brasil* (1900) e *A Língua Nacional* (1921) – busco compreender o esforço de um letrado do final do século XIX e início do XX em contribuir para constituição (ou reconstituição) e divulgação de elementos distintivos da nacionalidade brasileira. Principalmente através do saber historiográfico e lingüístico. A *História do Brasil* e *A Língua Nacional* são as duas obras em que João Ribeiro colocou em prática a intenção de interpretar e compreender o Brasil como um país autônomo em sua especificidade histórica e lingüística. Esta especificidade, segundo ele, se deve basicamente a formação miscigenada da população brasileira.

Palavras-chaves

Construção nacional. História do Brasil. Língua Nacional. Filologia. Brasilidade. Miscigenação. Questão racial. Geração de 1870. Ensino de História.

ABSTRACT

The subject of the present study is the construction of the brazility in the work of João Ribeiro. Departing of analysis of two of his works – History of Brazil (1900) and The National Language (1921) – I find to understand the effort of the erudite man, in the ends of the Century XIX and begins of the Century XX, to contribute for constitution, reconstitution and divulgation of the distinctive elements of the Brazilian nationality.

Mainly through of the historiographic and linguistic knowledge, The History of Brazil and The National Language are the two works that João Ribeiro puts in practical his intention of the to interpret and to understand the Brazil how an autonomy country in its historical and linguistics especificities. According to João Ribeiro, this specificity to apply basicaly in the miscegenated formation of the Brazilian population.

KEYWORDS

National Construction. History of Brazil. National Language. Philology. Brazility. Miscegenation. Racial question. 1870's generation. History teaching.

INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo é a construção da brasilidade na obra de João Ribeiro. A partir da análise de duas de suas obras – *História do Brasil* (1900) e *A Língua Nacional* (1921) – busco compreender o esforço de um letrado do final do século XIX e início do XX em contribuir para constituição (ou reconstituição) e divulgação de elementos distintivos da nacionalidade brasileira, principalmente através do saber historiográfico e lingüístico.

A leitura inicial das obras de João Ribeiro, e de seus principais comentadores, indicou que não é fácil encontrar uma abordagem que dê conta de elucidar o justo papel de João Ribeiro na cultura brasileira. Mas, acredito que o estudo da intersecção entre o “João Ribeiro filólogo” e o “João Ribeiro historiador” pode ser um bom caminho para demonstrar a importância deste sergipano de Laranjeiras na cultura nacional. Sobretudo, quando o analisamos dentro do processo da construção nacional, a partir de seus escritos sobre as questões relacionadas à língua e à história nacional, no contexto cultural brasileiro do século XIX.

O título deste trabalho (*João Ribeiro: o polígrafo interessado*) foi elaborado a partir da primeira análise de parte da bibliografia. A frase *polígrafo interessado* caracteriza de forma sucinta o enfoque que se pretende sobre a atuação de João Ribeiro na vida cultura e política do país. Polígrafo era a condição de João Ribeiro e da maior parte dos intelectuais de sua época porque escrever sobre matérias diversas era parte do esforço coletivo de criar um saber próprio sobre o país. Talvez, por isso, na apresentação de uma nova edição do livro *A Língua Nacional*, Antonio Houaiss afirmou que entre nós João Ribeiro é tido como polígrafo

fascinante. “O espectro de interesses e competências e performances intelectuais de João Ribeiro é estupendo”¹.

O termo *interessado* remete à afirmação de Antonio Candido, no prefácio da segunda edição da *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)* (1962), quando ele explica o derradeiro pressuposto do livro, referindo-se à definição da nossa literatura como eminentemente interessada. Com isto, Antonio Candido não quer dizer que a literatura brasileira seja “social”, nem que anseie se posicionar ideologicamente. “Mas apenas que é toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional. Os árcades, sobretudo Cláudio Manuel, Durão, Basílio da Gama, Silva Alvarenga, tinham a noção mais ou menos definida de que ilustravam o país produzindo literatura; e, de outro lado, levavam à Europa a sua mensagem. Não é julgamento de valor que estabeleço, mas uma verificação dos fatos. Mesmo porque acho que esta participação foi freqüentemente um empecilho, do ponto de vista estético, tanto quanto foi, noutros casos, uma inestimável vantagem. A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura”². Em outra passagem do mesmo livro, a idéia de literatura interessada surge com a denominação de literatura empenhada, mas com mesmo sentido. Para Antonio Candido poucas literaturas “têm sido tão conscientes da sua função histórica, em sentido amplo. Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros

¹ HOUAISS, Antonio. João Ribeiro redivivo. In: RIBEIRO, João. *Língua Nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. p. 21.

² CANDIDO, Antonio *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) vol 1*. Belo Horizonte. Itatiaia, 8ª edição, p. 17 e 18.

eram tão capazes quanto os europeus; mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto”. O advento da Independência, observa Antonio Candido, acentuou o pendor de atividade literária considerada “como parte do esforço de construção de um país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída, neste livro, à ‘tomada de consciência’ dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam”³.

Mesmo considerando que as afirmações de Antonio Candido referem-se à literatura, a idéia de interesse e empenho (de contribuir para construção nacional) pode ser estendida para a produção de outros intelectuais que se dedicavam as outras esferas do saber, por exemplo, à história e ao estudo lingüístico, como foi o caso de João Ribeiro.

As leituras de *História do Brasil* e *A Língua Nacional* confirmaram que o adjetivo interessado, na acepção de Antonio Candido, representa adequadamente a atitude intelectual de João Ribeiro. Em discurso proferido na ocasião de sua posse no Instituto Histórico, em 20 de abril de 1915, João Ribeiro evidencia esse interesse de tomar parte da elaboração nacional brasileira. Dirigindo-se aos seus confrades do Instituto, afirma:

Agradeço a benevolência vossa em me chamar ao vosso grêmio, devo seguir o exemplo de um acadêmico famoso, que em circunstâncias idênticas não quis confessar a sua falta de mérito. Pois, que, confessá-lo (e a mim não seria falsa modéstia), seria diminuir o espírito de justiça, a sabedoria e a ponderação que preside às vossas escolhas.
Se me escolhestes, é que certamente eu o merecia.
Sempre tive as mesmas preocupações que são as vossas; há trinta anos falando, ou ensinando ou escrevendo, sempre cultivei os assuntos nacionais que, todos, vos interessam. Eis a medida única do meu mérito.

³ Idem, p.26.

Premiaste em mim o meu persistente e diuturno esforço. E a recompensa, eu a considero magnífica⁴.

De fato, essa imagem de *polígrafo interessado* é condizente com João Ribeiro porque ao longo de sua vida ele escreveu acerca de matérias diversas que em grande parte versa sobre a construção nacional. Sua produção foi tão abundante que a edição completa de suas obras organizadas por Múcio Leão, a partir de 1952, para a Academia Brasileira de Letras, chegou a 59 volumes. Destes, vinte e quatro haviam sido editados em vida do autor; os outros trinta e cinco foram ordenados por Múcio Leão a partir do recolhimento de um amplo material que estava disperso por vários jornais e revistas. Entre as obras de João Ribeiro destacam-se: *Gramática Portuguesa* (1887), *Estudos Filológicos* (1887), *Dicionário Gramatical* (1889), *História do Brasil* (1900), *Páginas Estéticas* (1905), *Frases Feitas I* (1908), *Frases Feitas II* (1909), *Fabordão* (1910), *A Língua Nacional* (1921), *Notas de um estudante* (1921), *Colméia* (1923), *Cartas Devolvidas* (1926), *Curiosidades Verbais* (1927) e *Florestas de Exemplos* (1931).

Quando decidiu viver no Rio de Janeiro, João Ribeiro já manifestava interesse pelo estudo de filologia e pela história. Porém, se for possível ressaltar um traço comum nos principais escritos de João Ribeiro é a sua intervenção nos principais assuntos culturais da vida brasileira de seu tempo. Embora, sem o mesmo destaque póstumo de um Sílvio Romero, João Ribeiro teve importância indiscutível nos debates da virada do século XIX, e durante mais de vinte cinco anos do século XX. No campo das Letras dominou e tornou-se mestre em português, latim, francês, espanhol, italiano, provençal, catalão, alemão, inglês e tupi; escreveu ensaios e publicou livros sobre filologia e gramática. Na área da

⁴ “A História do Brasil” in Suplemento Literário de “A manhã”, Vol. VI, 16/04/1944, p. 198.

História, João Ribeiro se destacou como professor e autor de compêndio que se tornaram sucessos de venda; também se dedicou ao estudo da geografia, geologia, antropologia e paleontologia etc.

1. JOÃO RIBEIRO: O HOMEM E SEU TEMPO

A variedade da produção intelectual de João Ribeiro traz sérias dificuldades para quem pretende enquadrá-lo ou defini-lo dentro de uma área específica de atividade cultural. Por essa razão não é fácil responder a pergunta: Quem foi João Ribeiro? Mas acredito que da mesma forma que um detetive procura desvendar um caso juntando pistas, provas e indícios, pode-se compor um esboço da figura e do papel intelectual de João Ribeiro coligindo fragmentos do que foi escrito sobre ele tanto por seus contemporâneos quanto por aqueles que escreveram em épocas posteriores.⁵

Em discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, em 1898, José Veríssimo resume a trajetória de João Ribeiro e aponta algumas de suas qualidades “deixando a vossa terra natal por esta Meca dos nortistas, já acaso os traíeis. Ela não fez senão acentuá-las. Com o desejo de aprender e a ambição de glória literária que só esta capital pode dar, trazíeis também a ilusão de uma grande cidade, culta, civilizada e bela. A falácia da ilusão aumentou o contraste, e serviu admiravelmente ao desenvolvimento das qualidades originais de vosso espírito. A ‘Corte’ não vos deslumbrou suficientemente, a vós, pobre matuto de uma província ignorada, para absorver-vos e acomodar-vos a seu jeito. Do agreste rebelde dos vossos sertões ficou-vos alguma coisa com que defendestes até hoje a vossa originalidade. E essa, crede-o bem, a Academia não quisera contribuir para tirar-vos ou sequer diminuí-la”.⁶ José Veríssimo observa que João Ribeiro foi apresentado ao Rio de Janeiro por um “comprovinciano já ilustre e

⁵ Esse trabalho de investigação foi facilitado pelo levantamento bibliográfico sobre João Ribeiro, feito por Antonio Simões dos Reis que coligiu o que foi publicado sobre João Ribeiro entre 1881 a 1960. Acrescida de apêndice de referências bibliográficas das publicações de João Ribeiro em diversos órgãos da imprensa, este material foi publicado no *Suplemento da Revista do livro* (4), órgão do Instituto nacional do livro do Mistério da Educação e Cultura, em 1960.

⁶ VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976, 1ª série, p. 128.

nosso confrade estimado” (referência indireta a Sílvio Romero); destacando o ponto comum entre a biografia de João Ribeiro a de outros emigrantes que vieram para o Rio de Janeiro desenvolver a atividade intelectual: “A vossa vida fora como a de outros que iguais ambições desenraizam do torrão natal e que devem tirar da própria seiva a vida que precisam viver: o ensino, o jornalismo mais ou menos literário, até viesse o emprego público como o ideal da existência garantida. O ensino vos levou ao estudo gramatical da nossa língua e este à filologia, porque vós sois, ou fostes ao menos, um dos nossos filólogos.”⁷

Augusto Meyer, numa conferência sobre João Ribeiro enquanto ensaísta, afirmou: “Mas por onde começar o traço, na profusão de tantos Joões? João, o amador de pintura e aprendiz de pintor; João, o professor e filólogo; João, o erudito e historiógrafo; João, folclorista; João, germanista e camonista; João, o dono das letras clássicas no Brasil; João, o lexicógrafo; João, o curioso de teorias científicas, dado a incursões epistemológicas; João, o tradutor; João, o jornalista, ou ensaísta; João, o crítico literário; João, ...”⁸ Mesmo considerando a quantidade de textos produzidos por João Ribeiro, Augusto Meyer ainda ressalta o inescrito, o inefável sugerido nas entrelinhas a espera de ser captado por algum leitor mais perspicaz. Escrevendo sobre temas tão variados e de forma abundante, João Ribeiro se destaca pela ausência de dogmatismo e pela capacidade de considerar novas idéias em várias áreas do conhecimento. Nessa postura de João Ribeiro, Augusto Meyer identifica uma tensão dialética entre o conservadorismo e a rebeldia que tem como síntese a transformação que pode ser representada na mitologia grega respectivamente por Penteu, Prometeu e Proteu. Assim, a mudança de opinião ou de sistema (proteísmo) seria uma das

⁷ Idem, p. 129.

⁸ MEYER, Augusto. “João Ribeiro ensaísta”. In. BARBOSA, João Alexandre. *Textos Críticos*: São Paulo, Perspectiva, pp. 307-19.

principais características do intelectual João Ribeiro. Mas, seu espírito de mudança e ceticismo não tinha um sentido negativo já que era pautado na riqueza cultural de sua pesquisa e na postura de leitor incansável. Segundo Augusto Meyer, mesmo tendo na filologia “sua noiva oficial” a curiosidade insaciável de João Ribeiro peregrinou por vários rumos. “Ele era um conquistador incorrigível das novas teorias, das idéias novas, dócil à vibração espiritual do mundo, e todos conhecem os seus namoros com as ciências, as Letras e as Artes.”⁹

A hora de João Ribeiro é o título do artigo que Otto Maria Carpeaux escreveu na ocasião da comemoração de cem anos do seu nascimento. Ele vê em João Ribeiro o trabalhador extraordinário que foi crítico literário, filólogo e excelente professor do Colégio Pedro II. Além dessas qualidades, Otto Maria Carpeaux indica outro motivo para lembrar o autor de *Páginas de Estética*. Para ele João Ribeiro “(...) como Machado de Assis – é um desses casos em que a Academia realizou trabalho de desintoxicação, esforço de tornar inofensivo o festejado. Elogiam a maneira como eles disseram as coisas que disseram. Afirmam que escreveu muito bem, mas não nos aconselham a leitura de *Floresta de Exemplos*, que é um dos melhores livros de contos em língua portuguesa. Exaltam-no como grande professor, mas já não adotam no ensino sua *História do Brasil* nem sua *História de Literatura brasileira* (com Silvio Romero), livros que ainda poderiam ser utilíssimos para muita gente adulta. Alegam que João Ribeiro não foi infalível: não se entusiasmou por Machado de Assis, detestava a poesia simbolista, denunciou a sociologia de Euclides da Cunha como ficção literária. São pecados. Mas em vez de desculpá-los, vamos interpretá-los de outra

⁹ Idem p. 217.-

maneira e essa outra maneira revelará os motivos e os processos de 'desinfecção' de João Ribeiro pelo conformismo acadêmico."¹⁰

Para Otto Maria Carpeaux, João Ribeiro era um grande inconformista. Se ele descobriu elementos de ficção em Euclides da Cunha foi porque lhe desagradava a eloquência torrencial, isso no tempo de admiração unânime por Ruy Barbosa. Não se entusiasmou por Machado de Assis porque este era ídolo dos velhos; e detestava a poesia simbolista porque esta era o ideal dos (então) novos. Ele foi "do contra" mas a Academia sempre "é do sim" e se esforçou para fazer esquecer que João Ribeiro tinha elogiado Lima Barreto e que como acadêmico foi o primeiro e único que aceitou o modernismo, escrevendo crítica favorável a Carlos Drummond de Andrade. Mas. Otto Maria Carpeaux observa outros motivos mais sérios para a tarefa de "desintoxicação" de João Ribeiro pela Academia. João Ribeiro tinha lido muitos livros que naquela época ninguém leu no Brasil; era homem de formação diferente dos seus contemporâneos. "Sua visão do mundo também era diferente. Num tempo em que só poucos espíritos avançados, no Brasil, já tomavam conhecimento do idealismo filosófico de Bérgrson, era João Ribeiro materialista. No tempo em que Jackson de Figueiredo importava da França o "renouveau catholique", era ateu. E no tempo em que os latifundiários e advogados da República Velha governavam o país, escreveu João Ribeiro as linhas recordadas e autenticadas por Múcio Leão e Eduardo Frieiro: 'sou, em moral, materialista. Em religião, ateu. Em política, comunista'". Otto Maria Carpeaux conclui afirmando que "o que importa não é o fato de João Ribeiro ter sido em sua época materialista, ateu e comunista; importa o fato dele ter sido aquele que estava proibido e continua anatematizado. É o inconformismo

¹⁰ CARPEAUX, "A hora de João Ribeiro". In. Leitura Agost./Set. 1954, pp. 10-1.

que nos convém. Convém eleger esse velho para padroeiro dos intelectuais brasileiros. Esta hora é a hora de João Ribeiro”.¹¹

Em 1961, no *Segundo congresso brasileiro de crítica e história literária*, na saudação aos congressistas, Alceu Amoroso Lima falou da situação da atividade crítica no Brasil no momento em que ele iniciou sua militância crítica em 1919: “Quando me lancei, ou antes fui lançado por Renato de Toledo Lopes, nessa *selva selvaggia ed aspra e forte* da Crítica literária militante (...) o terreno estava praticamente vazio. Já haviam desaparecido os grandes críticos de outrora. Só restavam uns epígonos sem valor, sem idéias, sem doutrina, sem prestígio, a não se um grande mestre que exercia a crítica com imenso saber, mas com certa displicência, que mostrava quanto estava distante da gravidade da tarefa a que se dedicava, marginalmente, só interessado em outros estudos. Quero referir-me, como todos sabem, à figura singular de João Ribeiro, que foi o traço de união entre os grandes críticos da geração naturalista – Silvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior – e a nossa própria ambição de participantes direta ou indiretamente da geração modernista”.¹²

Esse aspecto da crítica de João Ribeiro apontado por Amoroso Lima (o Tristão de Athayde) não desagradaria o mestre sergipano porque ele tinha consciência que o tipo de crítica que praticava não tinha pretensão de ser presa a dogmas. Na coluna do *Jornal do Brasil*, em outubro de 1927, João Ribeiro expõe a definição de sua crítica: “faço apenas um registro jornalístico e fugaz na moldura de folhetim”.¹³ No entanto, nada impediu que sua crítica fosse exercida com imenso saber, como observou Tristão de Athayde.

¹¹ Idem.

¹² *Anais do Segundo congresso brasileiro de crítica e história literária*, p. 37

¹³ *Obras de João Ribeiro – Crítica*, Volume IV (**Críticos e Ensaístas**), Publicações da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1959, p. 13.

Num restaurante da Tijuca. — Entre 1890 e 1895, reuniram-se num hotel da Tijuca escritores e artistas dos mais ilustres do Brasil. Num desses encontros foi feito o grupo acima. Nele vêem-se, sentados da esquerda para a direita, João Ribeiro, Machado de Assis, Lucio de Mendonça e Silva Ramos, e de pé, na mesma ordem, Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglez de Sousa, Olavo Bilac, José Verissimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernardelli, Rodrigo Otavio e Heitor Peixoto (cunhado de Inglez de Sousa.)

João Ribeiro iniciou-se na crítica em 1888 com o pseudônimo *Nereu*, nos rodapés de *A época*. Múcio Leão aponta incoerência e inconstância na crítica de João Ribeiro, mas não como algo negativo. Ele explica essas duas características relacionando-as como resultante da volubilidade de espírito e seu temperamento móbil revelado pela passagem de João Ribeiro nas diversas formas de arte e idéias, demonstrando um esforço e uma necessidade de compreender.¹⁴ Ele tinha a consciência da transitoriedade da crítica e que por isto o crítico deveria estar continuamente atento e preparado para aceitar novas correntes contemporâneas. Esta postura crítica de João Ribeiro foi apontada por Múcio Leão como um dos motivos do seu entusiasmo pelo movimento modernista. Em outro trabalho sobre o autor, Múcio Leão afirma: “Um traço que convém fixar de João Ribeiro é esse gosto que ele revelou sempre pelas renovações. Tal tendência o levou a aceitar com o mais vivo entusiasmo a revolução modernista que operou em nossa literatura, a datar de 1922. Nesse sentido João Ribeiro foi mesmo um precursor, pois já em artigos de 1917 proclamava a morte do Parnasianismo no Brasil, concitando, nominalmente, os velhos poetas, como Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, a aderirem aos novos moldes estéticos”.¹⁵

Alfredo Bosi observa que “João Ribeiro representa em sua longa parábola, que vai de poeta parnasiano a crítico literário, de filólogo a historiador, o tipo exemplar do humanista moderno, a quem não falta nunca o grão de sal da heresia. E, nesse ameno mestre, mais do que heresia, ceticismo (...)”. Alfredo Bosi afirma, citando trecho do livro *“Páginas de Estéticas”*, que quem se refere a “miseráveis e incôgruos fatos” será tudo menos um repetidor dos esquemas

¹⁴ LEÃO, Múcio. Op. cit., p. 145.

¹⁵ LEÃO, Múcio. *João Ribeiro: ensaio bibliográfico*. Publicações da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1954, p. 38.

positivistas do século XIX. “Aliás, é surpreendente ver como esse homem de ampla doutrina e de formação racionalista pôde, em um tempo de fórmulas para tudo, ressaltar as suas dúvidas e face da própria ciência. (...) pela independência e, até mesmo, irreverência dos seus juízos, João Ribeiro já foi considerado, e com razão, o profeta do nosso Modernismo”¹⁶ Sobre este aspecto, Boris Schnaiderman afirma: “tem-se apontado com razão a atitude de João Ribeiro favorável ao modernismo brasileiro, desde que este apareceu. Aliás, era o que se podia esperar de alguém que estava em contato com a cultura de seu tempo e que desde muito antes assumira uma atitude anti-acadêmica e iconoclasta, não obstante uma dose respeitável de ceticismo. (...) Muitos exemplos de sua posição vanguardista e compreensiva em relação ao Modernismo podem ser encontrados no Volume IX de *Crítica (Modernos)*, das *Obras de João Ribeiro*”.¹⁷

João Ribeiro é definido por Afrânio Coutinho como “um espírito agudo, cultivado de sensibilidade artística, mas um céptico, tendo para a vida uma atitude sorridente e tolerante. Daí o seu impressionismo, e que se sentia à vontade para não assumir compromissos com as idéias e as obras. Era um crítico impressionista, máxime nas recensões na imprensa. Por outro lado, o seu invulgar senso da coisa literária sempre o fazia interessado e inclinado a encarar os aspectos técnicos e formais da obra. Então a sua crítica literária cresce e ganha em importância, especialmente nos estudos de maior alcance e da primeira fase, quando era sobretudo influenciado pela metodologia e técnica da erudição alemã. Aí se encontra um crítico sensível aos problemas técnicos e estruturais da literatura, bem informado, apto a discorrer com segurança a propósito da poesia, do conto, do romance, do estilo. Conhecendo bem as correntes universais do

¹⁶ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 33ª ed. São Paulo : Cultrix, 1994, pp. 314-5.

¹⁷ SCHNAIDERMAN, Boris. *João Ribeiro atual*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros São Paulo, 1971, n. 10, p. 73.

pensamento literário e estético; não tendo as formas literárias e as grandes literaturas segredos para ele, era natural que mantivesse os olhos abertos para esses aspectos internos da obra, sobre suas observações sobre pontos de história, de folclore, de evolução de temas e formas. Assim, a sua obra crítica deve ser vista como possuindo duas faces: a impressionista, jornalística, máxime no último período (década de 20); e um aspecto revelador de um espírito preocupado com problemas intrínsecos, técnicos da literatura. Os dois aspectos correm paralelos, freqüentemente se misturando”.¹⁸ Diante dessa análise, Afrânio Coutinho aponta João Ribeiro como precursor da crítica moderna.¹⁹

De todos os críticos literários vistos até aqui, Wilson Martins é o único que expressa uma opinião bastante negativa a respeito de João Ribeiro. Em *A crítica literária no Brasil*, comentando a leitura que fez das críticas reunidas e editadas por Múcio Leão, Wilson Martins afirma que “De fato, a impressão mais funda que me ficou foi a inaptidão de João Ribeiro para a crítica literária. Não se encontra, ao longo dessas 660 páginas de texto, uma só idéia crítica fecunda, qualquer exemplo de genuína compreensão do fenômeno literário, ou um trecho que nos deixe presumir encarasse a crítica como uma atividade criadora, como um exercício espiritual, como uma meditação de natureza filosófica. De resto, ele próprio afirma, repetidas vezes, que as suas crônicas não passavam de ‘noticiário’, de ‘gazetinhas’, de registro’, de ‘recensão’ de livros, e o que me espanta, a mim, que era ainda menino de ginásio no momento de sua morte (1934) é que por tantos anos João Ribeiro tenha conservado fama de crítico, e de grande crítico – a quem eu, por exemplo, em livro recente [*A Crítica Literária no Brasil*], não teria feito a necessária justiça. O que espanta, a quem entre 1917 e 1934 estava fora

¹⁸ COUTINHO, Afrânio *Caminhos do pensamento crítico*. Vol 2. Rio de Janeiro. Pallas S. A. 1980, p. 1083.

¹⁹ Idem.

da vida literária, é que João Ribeiro, escrevendo mal como escrevia, crítico dos mais estreitos sob as aparências de um liberalismo bonachão e incapaz de emprestar à literatura o dinamismo de espírito verdadeiramente criador, tenha exercido a influência que me afirmam ter sido a sua e que o seu despretensioso noticiário de livros novos tenha sido efetivamente tomado a sério como crítica literária.”²⁰ Mais à frente, Wilson Martins rebate a idéia de que João Ribeiro tenha sido precursor da Semana de Arte Moderna no Brasil, criticando a suposta simpatia que ele nutria pelos chamados “modernos”. Em quase dez páginas, o autor de *A crítica literária no Brasil*, procura não só “desmitificar” a figura de João Ribeiro como um crítico de valor, mas também sua importância no contexto cultural do seu tempo. Quem ler parte do que João Ribeiro escreveu, percebe que não há muita justiça nessa crítica.

Porém, como foi observado, entre a maioria dos críticos que escreveram sobre a obra crítica de João Ribeiro, não se encontrou nenhum que comungue com as idéias negativas de Wilson Martins. Pelo contrário, a maior parte dos críticos reconhece em João Ribeiro um importante crítico e, para alguns, um precursor do Modernismo. Saber se João Ribeiro foi ou não um iniciador do movimento de 1922 não é tão importante quanto constatar que representantes desse movimento travaram um diálogo com sua obra. É o que demonstra a opinião de Manuel Bandeira, modernista ilustre que foi aluno de João Ribeiro, em carta a Mário de Andrade: “(...) Há um velho na Academia que é muitíssimo pouco acadêmico e eu admiro e estimo grandemente. Para mim é batuta. Você conhece-o mal: é o João Ribeiro. Ainda que ele combatesse o seu livro, será um dos poucos sujeitos com cultura para entendê-lo. E se você o influenciasse, que bela

²⁰ MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*, vol. II. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, pp. 613 a 615.

conquista! Pessoalmente sou-lhe grato: foi o único homem da velha guarda que tomou a sério o *Carnaval*, sobre o qual escreveu com grande e afetuosa admiração. Você conhece as *Páginas de Estéticas* dele? Tenho-as. Posso lhe emprestar. Ele foi sempre um curioso e amigo dos movimentos novos. Foi o primeiro a falar e vulgarizar Einstein no Brasil.”²¹ Em carta resposta, Mário de Andrade afirmou que “já conhecia as *Páginas de Estéticas* de João Ribeiro. Boa e como sempre vulgarizadoras precursoramente”. Segundo Mario de Andrade, esse era o maior valor de João Ribeiro.²²

Da leitura dos textos críticos de João Ribeiro depreende-se sua sinceridade e honestidade que pode ser observada no auto-reconhecimento da limitação de sua atividade crítica nos jornais. Em um artigo redigido para o *Jornal do Brasil*, João Ribeiro define sua crítica:

Quanto a mim, que tenho expendido por várias vezes a crítica bibliográfica, sempre me recusei a concatenar as páginas que havia de mutilar e mais de noventa por cento, por as considerar inúteis e sem préstimo e quase sempre eivadas de numerosos defeitos. Entretanto, a regra a que obedeco não acho aplicável a muitos dos nossos críticos, que selecionam o seu material, experiência que nunca pratiquei, por estar convencido de que faço apenas um registro jornalístico e fugaz na moldura de folhetim.”²³

Em outro artigo, João Ribeiro reafirma sua postura crítica expondo uma espécie de balanço da sua atividade, onde pode-se observar sua honestidade intelectual:

A crítica literária foi sempre um dever ocasional que me coube na imprensa. Por alguns anos exerci-a nesta folha, a mau grado das minhas conveniências pessoais. É uma tarefa necessária, mas arriscada e ingrata; necessária, por que é, pelo menos, uma informação que a curiosidade pública reclama, com tanta ansiedade quanta a dos autores. (...) Quando, e desde que comecei a escrever

²¹ MORAES, Marcos Antonio org. *Correspondência: Mário de Andrade e Manuel Bandeira*.. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2ª ed., 2001, p. 196.

²² Idem, p. 211.

²³ *Obras de João Ribeiro - Crítica*, volume IV (Críticos e ensaístas), edição da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1959, p. 12.

as crônicas literárias do O Imparcial, só uma coisa prometi: a sinceridade. Com erro ou sem erro, era tudo o que eu podia dar. Não tinha, como não tenho ainda, nenhum dogmatismo filosófico ou literário. Não fiz gramatiquices pedantes. Não tive, como não tenho, nenhuma atitude magistral. Não me lembro de haver dito - 'está errado' - acerca de coisas que talvez estariam certas, embora avessas aos meus cartáceos triviais de erudição apressada. Busquei em tudo o pensamento do autor, o conteúdo e a valia de suas idéias, sem esquecer o amor ou desamor da forma e dos ornatos essenciais à polidez da expressão. Ainda assim, com essa latitude e com esse liberalismo de apreciação, não evitei, e nem pude evitar, a malquerença e mau humor das vaidades, que se julgaram ofendidas.²⁴

Como um letrado do final do Segundo Império e das primeiras décadas da República, João Ribeiro se formou no interior de uma cultura universalista proveniente de um sólido ensino que tinha como base fundamental as *humanidades*: o estudo das letras clássicas. O que sobressai na ação dos homens de letras desse período é o uso da erudição como instrumento de elaboração e aperfeiçoamento da cultura nacional. Embora inspirada em valores culturais europeus, não se limita a ser mera idealização ou reprodução. Por isso, Antonio Houaiss observa que João Ribeiro se insere em um restrito grupo de brasileiros que conviveram entre si "certos ou suspeitosos que se impunha um imenso esforço de ensino e divulgação, de documentação e informação, de coleta de dados e edição para que um certo tipo de erudição se pusesse humildemente a serviço da cultura brasileira em gestação, cultura essa que não fosse a mera idealização de padrões europeus ou europeizantes. Em João Ribeiro, em particular, ver-se-á quase obsessão pelos traços populares emergentes pan-brasileiros, numa como que confiança de que algo de próprio nos caberia elaborar para a nossa própria reprodução nacional – algo assim como o inverso do que se

²⁴ Idem, pp. 289-90.

está praticando em muitas áreas culturais brasileiras”.²⁵ Da obra de João Ribeiro, observa Antonio Houaiss, é possível distinguir duas partes: uma voltada para o ensino escolarizado; outra destinada à divulgação, principalmente, através do jornalismo.

Ao se estudar o trabalho de um intelectual como João Ribeiro é importante conhecer as vicissitudes da época e do espaço em que sua vida transcorreu. Porque, tanto o tempo em que João Ribeiro viveu quanto o lugar social trazem informações que esclarecem muitos aspectos da sua produção intelectual. Principalmente aspectos ligados à visão de mundo, filiação ou não a determinadas correntes ideológicas e metodológicas. Considerando a importância de se estudar a obra de João Ribeiro concomitante ao estudo do seu momento histórico é que se pode compreender bem o sentido do provérbio árabe citado pelo historiador Marc Bloch: “*Os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais.*”²⁶ Neste aspecto, o que Antonio Candido afirma sobre Silvio Romero, ao se referir a sua produção cultural, pode ser repetido em relação a João Ribeiro: “O pensamento crítico de Silvio Romero se apresenta como parte duma interpretação social e como arma de interferência na vida e na cultura. Só podemos avaliar, pois, se levamos em conta a sua relação com o momento em que viçou”²⁷.

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu a 24 de junho de 1860 no estado de Sergipe, na cidade de Laranjeiras. Faleceu no Rio de Janeiro no bairro Laranjeiras, em 13 de abril de 1934. Concluiu o curso de humanidades no Ateneu Sergipense de Aracaju. Em 1880 já cursava o primeiro ano de medicina na Faculdade de Medicina de Salvador, na Bahia. Porém, logo constatou que sua

²⁵ HOUAISS, Antonio. Op. Cit. p. 22.

²⁶ BLOCH, Marc *Introdução à História*. 5ª ed. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa : Europa-América.

A 1ª edição, original, é de 1941, p. 36.

²⁷ CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo. Edusp, 1988, p. 15

vocação não era a de médico. Abandonou o curso e transferiu-se para o Rio de Janeiro onde passou a exercer suas atividades de homem de letras.

João Ribeiro chegou ao Rio de Janeiro em 1881. Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro já se consolidava como centro cultural e econômico do país. A capital federal atraía pessoas de toda parte do Brasil porque detinha o maior mercado de trabalho. Para os homens de letras a situação não era diferente. No Rio eles podiam encontrar oportunidades no ensino, na política e no jornalismo.²⁸ José Veríssimo, no discurso em que recepcionou João Ribeiro na Academia Brasileira de Letras, se refere ao atrativo do Rio de Janeiro, chamando-o de Meca dos nortistas.²⁹ Assim, o Rio de Janeiro atraiu não só João Ribeiro, mas também os principais representantes dos movimentos críticos do Norte e Nordeste, entre os quais Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Araripe Júnior.³⁰ João Ribeiro chega ao Rio de Janeiro, aos 21 anos, em plena efervescência política e cultural do início dos anos 80 do século XIX, decorrente do colapso das instituições do Império brasileiro. Uma das marcas mais visíveis das transformações culturais do período era a acentuada urbanização.

Essas transformações urbanas no Rio de Janeiro foram registradas por João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto. Em *Alma encantadora das ruas*, ele descreve e analisa as particularidades das ruas na metrópole carioca. Ele observa que a rua é a civilização da estrada; enquanto a estrada está para o mundo a rua esta para a cidade. Para João do Rio, na cidade a rua ganha vida e

²⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991, p. 10.

²⁹ VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira* (1ª série). São Paulo. Itatiaia; Edusp, 1976, p. 128.

³⁰ VENTURA, Roberto. Op. Cit. p. 10.

passa a criar seus tipos. Ele estende essa prosopopéia afirmando que a rua cria o tipo urbano como a estrada cria o tipo social.³¹

Nesse ambiente urbano carioca, João Ribeiro passa a dedicar-se ao jornalismo e ao estudo do vernáculo tornando-se destacado jornalista e professor. Assim, a partir da década de 1880, João Ribeiro passou a desempenhar um papel de destaque no panorama cultural do país. Como já foi observado, nas apresentações biográficas, geralmente João Ribeiro é definido como jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor e professor. Mas, excetuando sua atividade de pintor, que não ultrapassou o diletantismo, todas suas atividades intelectuais estiveram vinculadas a duas profissões fundamentais na sua intervenção na cultura brasileira: a de jornalista e professor. Estas profissões foram exercidas de forma contínua até sua morte. Na condição de jornalista, João Ribeiro passou pelos principais órgãos de imprensa no Rio de Janeiro: *O Globo*, *Gazeta da Tarde*, *A Época*, *A Semana*, *Correio do Povo* e *O País*. Muitos dos seus livros foram resultados da reunião de matérias publicadas na imprensa. Como professor, ele passou pela principal instituição de ensino do país na época, o Colégio Pedro II. Motivado pela atividade docente, João Ribeiro escreveu livros didáticos de Gramática e História.

Em 1898 João Ribeiro foi eleito para a Academia Brasileira de Letras na vaga de Luiz Guimarães Júnior. A Academia havia sido fundada em 1897, e João Ribeiro não participou da fundação por se encontrar na Alemanha, para onde foi enviado pelo governo para estudar o sistema educacional. Foi o primeiro acadêmico a ser eleito após a fundação da entidade.

³¹ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, 35.

Em 1901, junto com Ramiz Galvão, é contratado por Julien Lansac como consultor da Livraria Garnier do Brasil. No ano de 1903 é lançado o primeiro número do Almanaque Garnier. De 1907 até 1914 (ano da última publicação), João Ribeiro foi o diretor do Almanaque Garnier, introduzindo importantes modificações nesse anuário. Conservando as antigas rubricas sem romper com o perfil intelectual e político da fase anterior, o almanaque é verdadeiramente ampliado e tem aprofundado sua perspectiva nacionalista da qual João Ribeiro era tão cioso.³²

O autodidatismo também foi algo marcante para a geração de João Ribeiro. Por ter escrito sobre diversos assuntos de forma significativa, João Ribeiro pode ser considerado um autodidata exemplar de sua geração. No Brasil na segunda metade do século XIX, o autodidatismo não era novidade. Como comprova a existência de alguns autodidatas célebres: Machado de Assis, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Silvio Romero e outros. O autodidatismo pode ter sido um dos recursos utilizados pelos homens de letra no Brasil para superar dificuldades relacionadas ao reduzido número de faculdades e à própria condição periférica do país em relação ao centro cultural e econômico internacional. Todos enfrentavam um problema comum: a escassez de leitores. Os poucos leitores que havia “eram pequeninos recifes letrados por sobre enormes oceanos analfabetos”³³

O interesse de João Ribeiro pela pintura iniciou-se na infância. Múcio Leão³⁴ relata que na cidade de Laranjeiras havia o hábito de se desenhar presépio

³² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Almanaque Brasileiro Garnier*: sob a direção de João Ribeiro. 2005, pp. 22, 24 e 25.

³³ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, p. 24.

³⁴ Múcio Leão (M. Carneiro L.), jornalista, poeta, contista, crítico, romancista, ensaísta e orador, nasceu em Recife, PE, em 17 de fevereiro de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de agosto de 1969. Eleito em 19 de setembro de 1935, para a Cadeira n. 20, na sucessão de Humberto de Campos, foi recebido em 16 de

no qual João Ribeiro demonstrou um certo talento. Na fase adulta tornou-se aluno de Baptista da Costa³⁵ que lhe dirige “o trabalho e a inspiração. De vez em quando, corrige-lhe um detalhe da tela: uma certa cor que não está bem, um certo efeito de luz que não está preciso”.³⁶

Mesmo não sendo sua atividade mais significativa no quadro da cultura nacional, a pintura fez parte da sua vida durante muito tempo. É o que demonstra o depoimento de seu filho Joaquim Ribeiro: “Meu pai vinha pro quintal. Trazia uma tela branca. Cavalete. Palheta. E o pincel, na sua mão privilegiada. Ia reproduzindo a paisagem que se descortinava diante de seus olhos. (...) Foi

novembro de 1935 pelo acadêmico Pereira da Silva. Múcio Leão além de reunir e organizar a produção de João Ribeiro de quem foi discípulo e admirador, escreveu uma biografia crítica sobre o autor de *Fabordão*. Nesse livro, cujo título é *João Ribeiro*, que Múcio Leão dividiu em cinco partes, são abordados aspectos da vida de João Ribeiro que vai de pintor amador a crítico literário e ensaísta. Dessa forma, Múcio Leão empreende análise da obra e do temperamento de João Ribeiro sob vários ângulos. Em 291 páginas, Múcio Leão mistura fatos corriqueiros do cotidiano de João Ribeiro com sua produção literária. Um traço que Múcio Leão ressalta em João Ribeiro, ao longo do livro, é o hábito deste se menosprezar, zombando dos seus conhecimentos de pintura, de gramática, de história, de crítico e, enfim, em qualquer área do conhecimento em que tenha se envolvido. Mas, em linhas gerais, a visão que Múcio Leão passa de João Ribeiro é extremamente positiva.

³⁵ João Baptista da Costa (Itaguaí RJ 1865 - Rio de Janeiro RJ 1926). Pintor, desenhista e professor. Inicia sua formação artística em 1877 no Asilo dos Meninos Desvalidos, Rio de Janeiro, onde estuda desenho com Antônio de Souza Lobo (1840-1909). Em 1885, ingressa na Academia Imperial de Belas Artes, Aiba, e é aluno de Zeferino da Costa (1840-1915), José Maria de Medeiros (1849-1925) e Rodolfo Amoedo. Em 1894, recebe o prêmio de viagem ao exterior na Exposição Geral de Belas Artes. Vai para a Europa e, em 1897, estuda com Jules Joseph Lefebvre (1836-1912) e Robert Fleury na Académie Julian, em Paris. Em 1906, torna-se professor da Escola Nacional de Belas Artes - Enba, substituindo Rodolfo Amoedo na cadeira de pintura; tem como alunos Cândido Portinari (1903-1962), Orlando Teruz (1902-1984) e Quirino Campofiorito (1902-1993), entre outros. De 1915 até 1926 assume a direção da Enba. Baptista da Costa é reconhecido como um dos grandes pintores de paisagem brasileiros da passagem do século XIX para o XX. Nasce muito pobre, fica órfão aos 8 anos de idade e passa um tempo morando com parentes. Não consegue se adaptar e foge para o Rio de Janeiro em 1873. Vive no Asilo de Menores Desamparados, onde aprende música, encadernação e desenho. O professor Antônio de Souza Lobo (1840-1909) observa sua aptidão e o estimula a prosseguir os estudos em artes, conseguindo seu ingresso na Academia Imperial de Belas Artes, Aiba, em 1885, com o apoio de Ambrósio Leitão da Cunha (1825-1898) - o barão de Mamoré. Na Aiba, Baptista da Costa aprende pintura com Zeferino da Costa (1840-1915) e depois com Rodolfo Amoedo (1857-1941), de quem assiste às aulas até se formar em 1889. Nesse período, como aluno, ele vive o processo de transição da Academia, saindo de uma orientação majoritariamente neoclássica para outra mais realista. Esse processo acompanha, de certo modo, a mudança do Segundo Reinado para a República, da Aiba para a Escola Nacional de Belas Artes, Enba. As pinturas passam a tratar de temas menos grandiloqüentes, com situações mais amenas e composição harmônica e descritiva.

³⁶ LEÃO, Múcio. *João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Livraria São José. 1954, p. 9.

quando eu era ainda criança que meu pai, como pintor, impressionou o meu espírito”.³⁷

Quando viajou para a Europa, a partir de 1895, João Ribeiro aproveitou para freqüentar cursos de pintura. Na Alemanha acompanhou o curso ministrado por Wildeburd Winck. Em Milão ingressou na classe do professor Bartezzago. Esta bagagem adquirida no exterior anima em João Ribeiro a expectativa de tornar-se um pintor reconhecido. Numa carta, de 13 de março de 1899, para Graça Aranha diz que naquele momento só estava pensando em sua pintura.³⁸ Porém, quando expôs algumas de suas telas, em 1900, ficou ressentido com a crítica que lhe foi bastante negativa.

João Ribeiro dirigiu sua atenção também para a escultura e a música. Com a mesma intensidade que fez com a pintura. Com o tempo, seu interesse pela pintura vai diminuindo; chegando a dar pouca importância a tudo que havia feito relativo a essa arte. Mas, de acordo com Múcio Leão, os quadros de João Ribeiro foram apreciados por Machado de Assis e José Veríssimo que possuíam obras suas.

A vida de João Ribeiro transcorreu entre dois sistemas de governos: Segundo Império e República. Assistiu o fim do primeiro, com a Proclamação da República; passou pela Republica velha e testemunhou a ascensão de Getúlio Vargas (em 1930). Faleceu no ano da promulgação da segunda constituição republicana (1934). No ano em que ele nasceu (1860) o país estava vivenciando as transformações políticas e econômicas provocadas pela extinção do tráfico de escravo africano com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850.

³⁷ RIBEIRO, Joaquim. “Nove mil dias com João Ribeiro”. Record Editora, Rio. 1934. Apud. Leão, Múcio. *João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1934, p. 10.

³⁸ LEÃO, Múcio. Op. cit., p. 10.

Diferentes estudiosos sobre esse período da história nacional ressaltam os efeitos dessas transformações³⁹. A abolição do tráfico de escravo acelera o processo de decadência econômica do nordeste, provocando a transferência do pólo político e econômico do Brasil para o sudeste. As lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste paulista irão se beneficiar duplamente: com o deslocamento de mão-de-obra e com o capital excedente desviado do tráfico de escravo. Caio Prado observa que a intensa atividade financeira provocada no comércio interno se materializou no advento das ferrovias no Rio de Janeiro e São Paulo. Em outro estudo, o autor também vê as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX como uma verdadeira revolução: “Nas transformações ocorridas no Brasil no curso do século XIX, nenhuma terá contribuído para modificar a fisionomia do país como a verdadeira revolução que se opera na distribuição de suas atividades produtivas. Tal revolução já se pode observar em seus começos na primeira metade do século; mas é na segunda que se caracteriza propriamente e se completa (...) Dois fatos (aliás intimamente relacionados) a constituem; um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do norte para as mais recentes do centro-sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco - e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira”.⁴⁰

³⁹ Como por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, Emilia Viotti da Costa, Caio Prado Junior, Raimundo Faoro, Jeffrey D. Needell, José Murilo de Carvalho, Roberto Ventura, Ângela Alonso, Nicolau Sevcenko e Elias Saliba.

⁴⁰ JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Circulo do Livro, 1986, p. 169.

Durante o Segundo Reinado, dois grupos se alternaram no poder: os conservadores (saquaremas) e os liberais (luzias). Além de se digladiarem entre si, cada grupo enfrentava disputas e dissidências internas. Não havia ainda o espírito partidário; interesses regionais se sobrepunham sobre as teses dos partidos, “sem falar nos interesses domésticos, vivos em ambas correntes. É constante, durante o período, a lembrança de conciliação entre os dois partidos em que se divide a opinião pública. Poder-se-ia apontar, de um lado e de outro, gente de formação e de mentalidade diversa das encarnadas pela bandeira a que se abrigava”.⁴¹

O ideal de conciliação entre os partidos, liberal e conservador, já estava presente desde a configuração dos dois grupos na Regência. Mas como programa de governo aparece no gabinete de 2 de fevereiro de 1844. Francisco Iglesias data o fim da conciliação e 12 de dezembro de 1858 com o advento do gabinete de Abaeté.⁴²

Para Sérgio Buarque de Holanda o Império começou a declinar vinte anos antes da Proclamação da República. Ele aponta como indício a “recomposição de forças e programas políticos que se opera no Brasil em 1868 com a queda do ministério de 3 de agosto e a ascensão do gabinete conservador de 16 de julho”⁴³. A súbita mudança política trouxe risco para o regime, o próprio imperador tinha consciência desse fato. Risco que se concretizou a partir de 1889.

⁴¹ Iglesias, Francisco. “Vida política, 1848 – 1868”. In. *O Brasil monárquico II, do Império à República*, H.G.C. B., vol. 3, p. 10.

⁴² Idem, p. 70.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Crise do regime”. In. *O Brasil monárquico II: do Império à República*, H. G. C. B. vol. 5, p. 7.

Quadro pintado por João Ribeiro. (Pertence à coleção de Mucio Leão)

A crise política foi consequência da própria contradição do sistema político do regime: “as contradições de um sistema pretensamente parlamentarista, mas onde a decisão última cabia ao chefe de Estado, que em algumas oportunidades a tomou de forma ostensiva”. Assim, usando das prerrogativas do poder Moderador, D. Pedro II dissolvia gabinetes sempre que lhe conviesse. O crescente descompasso entre as prerrogativas da Corte e os interesses das elites, tanto do partido liberal quanto do partido conservador, ambos mergulhados em disputas internas, deflagrou a crise que culminou no fim da Monarquia⁴⁴.

Emília Viotti da Costa demonstra que o consenso entre as elites, consolidado durante a o Segundo Império fortaleceu o conservadorismo entre elas que, a despeito do jogo político que alterna o poder entre liberais e conservadores, “mantinham concordância de pontos de vista a respeito de questões fundamentais tais como a manutenção da economia agrária e da escravidão”. Esse consenso foi mantido e perpetuado pelo sistema de clientela e patronagem, que passou a definir as relações humanas e a mobilidade social, e consolidou a hegemonia das elites brasileiras sobre os demais grupos sociais.⁴⁵ Através desse sistema de clientela e patronagem as tensões de raça e classe foram minimizadas. Porém, o desenvolvimento econômico favorecido pela demanda internacional e urbanização provocaram uma cisão em setores da elite.

Jeffrey D. Needell aponta que esse colapso foi decorrente de três mudanças fundamentais após a Guerra do Paraguai (1865 – 1870).⁴⁶ Em primeiro lugar, o crescimento dos entrepostos urbanos que se transformaram em centros políticos de novo tipo. Tinham deixado de ser apenas locais de encontro

⁴⁴ Idem, p. 66

⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, p. 11-3.

⁴⁶ NEEDELL, Jeffrey D. . *Belle Époque Tropical*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

entre a elite rural e seus aliados comerciais. Haviam se transformado, também, em distritos de profissionais liberais, burocratas, empresários, empregados do comércio e estudantes: pessoas que tinham mais acesso às informações vindas da Europa e estavam livres do jugo dos proprietários rurais que até então detinham o poder político e econômico sobre o país. Assim, as cidades tornaram-se tanto centro irradiador de cultura como centro de contestação política.⁴⁷

Em segundo lugar, a escravidão, base da economia brasileira desde o início do processo de colonização, passa a ter seus dias contados devido ao fim do tráfico negreiro, a baixa taxa de natalidade entre os cativos e a intensificação do movimento abolicionista, a partir da década de 80 do século XIX.⁴⁸

Terceira mudança: o fortalecimento econômico da elite paulista com o sucesso da expansão cafeeira para o Oeste da província de São Paulo. À medida que aumentava sua arrecadação, os fazendeiros do café também viam aumentar sua carga tributária. Assim, nos anos de 1880 a elite paulista intensifica sua pressão por participação e poder político. O próprio sistema de acesso aos melhores empregos também desagradava essa nova elite. O apadrinhamento e o nepotismo bloqueavam a ascensão de bacharéis que não eram ligados a elite tradicional.⁴⁹ Como a elite tradicional estava ligada à Monarquia, a nova elite paulista enxergava no advento da República a possibilidade de usufruir o poder; via na descentralização e na federação republicana um meio de aumentar o poder local⁵⁰.

⁴⁷ Idem, p. 20

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem, 21.

⁵⁰ Esta é a interpretação hoje clássica da crise do regime monárquico que pode ser encontrada nas obras de Emilia Viottida Costa (*Da Monarquia à República*) e de Sérgio Buarque de Holanda (*O Brasil monárquico II: do Império à República*, H. G. C. B. vol. 7).

Além da nova elite paulista, uma outra base do movimento republicano era o agrupamento de profissionais liberais nos centros urbanos. Esse agrupamento associava o atraso do Brasil à estrutura agrária. Neste ponto eles divergiam da elite paulista. Mas esses novos agentes sociais tinham como denominador comum a defesa do regime republicano de acordo com os moldes norte-americano ou francês. De acordo com Needell, o grupo formado pela elite paulista, ligada à agroexportação, reunia mais condições sócio-econômicas que o grupo urbano para efetivar a tomada do poder. Embora não dispusesse de poder econômico, o setor urbano desempenhou um papel ideológico e conspiratório importante para o movimento republicano.

O movimento abolicionista também seria favorecido pela agitação ideológica promovida pelo setor urbano. A luta pelo fim da escravidão era mais uma arma contra a oligarquia rural monarquista. No final do decênio de 1880 os movimentos republicano e abolicionista foram vitoriosos. O que provoca um rearranjo do poder no país. Novas e velhas elites iram acertar o compasso. Needell ressalta a principal diferença entre os dois movimentos: o republicano era mais heterogêneo, reunia pessoas da elite agrária e do setor urbano; o abolicionista trazia a marca da oposição entre o campo e a cidade, pois grande parte dos abolicionistas era do setor urbano. A força do movimento abolicionista denuncia o avanço dos setores urbanos no mundo da política. É entre os habitantes da cidade que os movimentos abolicionista e republicano encontraram seus mais firmes defensores, uma vez que esses movimentos eram vistos como bandeiras do progresso e da redenção nacional. Nesse processo os militares tiveram um papel importante através de manifestações que evidenciavam o descontentamento com o poder civil. Embora se costume datar esse

descontentamento a partir da Guerra do Paraguai, Sérgio Buarque de Holanda indica que dez anos antes ele já era perceptível através de diversas manifestações. Como exemplo, o autor de *Raízes do Brasil* cita um artigo publicado no jornal *O Militar* que critica o governo civil, responsabilizando-o pelas principais mazelas do país⁵¹. É importante observar que a vitória do abolicionismo (1888) e do republicanismo (1889) pode ser vista como marco da inserção do Brasil na chamada *belle époque*.

De acordo com o primeiro capítulo do livro de Nicolau Sevcenko⁵², a inserção do Brasil na *belle époque* foi compulsória. Após a abolição da escravatura e da república a idéia e o espírito da *belle époque* entraram na ordem do dia. A crença na modernidade foi fortalecida pelas alterações na forma de trabalho e na forma de governo. A partir do governo de Campos Sales as idéias da *belle époque* começaram a se materializar. O presidente seguinte, Rodrigues Alves, deu seqüência à idéia. Uma de suas primeiras atitudes no poder foi se cercar de pessoas como o sanitarista Oswaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos. O primeiro promoveu uma campanha de higienização do Rio de Janeiro que acabou contribuindo para a Revolta da Vacina. O segundo procurou urbanizar a então capital, inspirado no trabalho que o político urbanista Georges Eugène Haussmann realizou em Paris no Segundo Império, governado por Luís Napoleão⁵³. Não podemos perder de vista a proposição de Nicolau Sevcenko de que o significado dessa transformação urbana prende-se a um amplo processo de desestabilização e reajustamento social com o advento da ordem republicana. Através de seguidas crises políticas, nos anos 1889, 1891, 1893, 1897 e 1904,

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “A fronda pretoriana”. In. *O Brasil monárquico II: do Império à República*, H. G. C. B. vol. 7, pp. 306-7.

⁵² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

⁵³ NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit, p. 55.

realizava-se “como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime, aqueles que pecavam quer por demasiada carência, quer por excesso de ideal republicano”⁵⁴. Que grupo social estava sendo favorecido com esse rearranjo social? Era um grupo social composto por indivíduos moderados no anseio de reformas sociais e predispostos à ansiedade de ascensão econômica. Conciliando essas duas características, o conservadorismo arejado e a cupidez material, pode-se conceber a imagem acabada do tipo social representativo por excelência do novo regime⁵⁵. Não demorou para que os principais cargos surgidos durante a consolidação do novo regime fossem ocupados por pessoas oriundas desse novo grupo social. A ascensão dessa nova elite representou a elevação do novo modelo do burguês argentário como o padrão vigente do prestígio social. O arrivismo agressivo foi consagrado sob pretexto da democracia e o triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades.⁵⁶ O aparecimento e o estabelecimento dessa nova elite não foi um fato isolado. Ele estava associado ao impacto das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na esfera internacional, devido ao avanço das inovações tecnológicas. Em outro estudo, Nicolau Sevcenko ressalta que “nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado.”⁵⁷ Citando o historiador inglês, Eric Hobsbawm, Nicolau Sevcenko

⁵⁴ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 25.

⁵⁵ Idem, p. 26.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem. “O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso”. In. *República: da Belle époque à Era do Rádio*, História da vida privada no Brasil, vol 3. pp. 7-8.

destaca que todo esse processo de mudança foi resultado da internacionalização da economia capitalista impulsionada pela revolução científico -tecnológica.⁵⁸

Diante desse turbilhão de mudanças, o intelectual brasileiro, voltou-se “para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por ‘mosqueteiros intelectuais’”.⁵⁹

Para Nicolau Sevcenko “os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esse horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante”.⁶⁰ Como exemplo, Nicolau Sevcenko cita Tobias Barreto, aglutinador da chamada Escola

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem, *Literatura como missão*. São Paulo. Brasiliense, 1989, pp. 78-9.

⁶⁰ Idem, p. 79.

de Recife. Na condição de filho espiritual dessa “Escola”, João Ribeiro sofreu forte influência desse agitar de idéias que dominou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XIX.

Elias Thomé Saliba, por sua vez, observa um traço comum na geração que presenciou o surgimento da República: “Toda a geração de intelectuais, jornalistas e pensadores brasileiros que viu nascer a República esforçou-se para forjar um conhecimento sobre o Brasil em todas as suas peculiaridades, pois aquele momento, que se seguiu ao advento da República, aparecia uma rara, e talvez única, oportunidade histórica de o país se pôr no nível do século, integrando-se de uma forma definida no mundo ocidental. O advento da República e os efeitos combinados da nova expansão européia na Belle Époque representaram uma esperança para as gerações de pensadores do início do século XX⁶¹.”

O estudo de Ângela Alonso destaca que a geração de 1870 era formada por grupos marginalizados pelo *status quo* do Segundo Reinado. Mesmo sendo composta por grupos heterogêneos, essa geração tinha em comum a luta contra as instituições e formas que legitimavam o poder do grupo dominante no Segundo Reinado, composto pelo partido conservador conhecido como saquarema. A arma de luta que essa geração utilizou foi o repertório de idéias européias do período: “cientificismo”, “positivismo” e “novo liberalismo”. Embora não sejam idênticas, as obras da geração de 1870 são estruturalmente assemelhadas. No conjunto chama atenção um substrato comum que parece um espelho invertido da visão de mundo saquarema: o anticlericalismo, o antiindianismo romântico, o antiliberalismo imperial.⁶² Ângela Alonso considera

⁶¹ SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na república” IN Sevcenko, Nicolau org. *História da Vida Privada no Brasil*, vol. III, 6ª. Ed. S. Paulo, Cia. Das Letras, 2004., p. 296.

⁶² ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001, p. 178.

pouco produtiva a visão da historiografia tradicional, que aponta a atuação dessa geração como um movimento apenas intelectual. Para a autora o movimento era político-intelectual; a ação intelectual dos membros da geração de 1870 era motivada pela marginalização política a que estavam submetidos. Dentre os grupos que compunham a geração, um deles é o que se reuniu em torno de Tobias Barreto e Silvio Romero, conhecido como Escola de Recife, por ter se desenvolvido na faculdade de Direito de Recife. Para Ângela Alonso a Escola de Recife foi uma tradição inventada por Silvio Romero que em ensaio lançou uma espécie de plataforma que define o grupo como vanguarda intelectual com o objetivo de operar uma renovação intelectual no Brasil. A autora salienta a marginalização de Tobias Barreto e Silvio Romero em relação ao grupo dominante e a luta que o segundo travou contra essa marginalização que influía em sua ascensão profissional e social. Tanto Tobias Barreto quanto Silvio Romero foram preteridos em concurso público para professor porque não faziam parte da elite conservadora dominante. Este é um dos motivos que leva Sílvio Romero e outros membros da Escola de Recife a utilizar “um bando de idéias novas”, vindas da Europa, para lutar contra os pilares do Brasil Império.⁶³

1.2. A era das polêmicas

Como homem de seu tempo, profundamente influenciado pelas transformações do final do século XIX, empenhado, como seus pares, na construção nacional, João Ribeiro não ficou indiferente em relação às polêmicas da época, principalmente as ligadas à literatura e à língua portuguesa. Roberto Ventura estudou o papel das polêmicas nas últimas décadas do século XIX,

⁶³ Idem, p. 134.

destacando a atuação de Sílvio Romero como grande polemista do período. Segundo Roberto Ventura, “as polêmicas incorporaram a forma dialógica dos desafios da poesia popular e um código de honra tradicional, que entrava em conflito com as propostas de modernização. Deu-se a interação entre o oral e o escrito, entre os desafios da poesia popular e tais debates, o que realizou a convergência entre valores modernos e tradicionais, entre os pressupostos evolucionistas da ‘luta pela existência’ e as disputas entre grupos rivais, regidas por um ‘código de honra’, característico da mentalidade rural. Os bacharéis combatentes retomavam a tradição dos cantadores e repentistas, acrescida dos padrões de argumentos jurídicos, com as réplicas e tréplicas próprias aos tribunais.”⁶⁴

Sílvio Romero manteve, na visão de Roberto Ventura, entre a crítica e a polêmica, uma relação tensa aparentemente irreconciliável, mas com nexo entre uma e outra. “Suas polêmicas veicularam opiniões e julgamentos emitidos nos textos críticos, que se tornaram a ponta de lança de sua atuação como polemista. Na *História da literatura brasileira*, adotou uma atitude de luta e combate com a sociedade: ‘Este livro é um livro de amor, feito por homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria...’”. Desde o início, em 1870, os escritos de Sílvio Romero seriam a demonstração da coragem e tenacidade na luta por suas idéias.⁶⁵

Roberto Ventura observa que “o papel da polêmica no século XIX foi comentado por Sylvio Rabello, Brito Broca, José Aderaldo Castello e Afrânio Coutinho. Basta lembrar as inúmeras polêmicas célebres, como a da Minerva Brasileira, com Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto, Gama e Castro,

⁶⁴ VENTURA, Roberto. Op. Cit. p.10

⁶⁵ Idem, p. 72.

Abreu e Lima e Januário da Cunha Barbosa; a que se deu entre Júlio Ribeiro e o padre Seña Freitas sobre o romance *A carne*; a de Carlos de Laet com Camilo Castelo Branco; a que envolveu a redação do Código Civil com Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro. A trajetória de José de Alencar foi marcada por polêmicas. O escritor se projetou ao criticar a forma épica adotada por Gonçalves de Magalhães em *A Confederação dos Tamoios* (1856), pregando a prosa indianista que lançaria com *O guarani* (1857). Por sua vez, seu romantismo foi contestado, em 1871, por José Feliciano de Castilho e Franklin Távora nas *Questões do Dia* e, em 1875, por Joaquim Nabuco em *O Globo*. Em sua primeira intervenção como polemista, Sílvio Romero participou do debate das *Questões do Dia* e atacou a obra de Alencar a partir de uma posição anti-romântica. Essas e outras polêmicas se arrastavam por anos, em um número infindável de artigos e contra-artigos, de réplica e tréplicas.⁶⁶

Lília Schwarcz cita a polêmica entre Sílvio Romero e Machado de Assis. Segunda essa autora, a polêmica teve início após a publicação do ensaio *Nova geração*, assinado por Machado de Assis em 1879, criticando alguns novos escritores, principalmente Sílvio Romero em seu projeto de crítico literário e o didatismo da poesia de viés cientificista. A réplica de Sílvio Romero, contundente, virulenta e preconceituosa, foi publicada em 1897 sob o título *Machado de Assis, estudo comparativo de literatura brasileira*. Neste estudo, fundamentado nos critérios evolucionistas e etnográficos, Sílvio Romero compara a obra de Tobias Barreto com a de Machado de Assis. "Sem entrar nos detalhes da polêmica, o mais importante é verificar que, no julgamento muito pouco científico que Romero fez de Machado de Assis, transparecem os limites de uma outra polêmica. Ou seja, a

⁶⁶ Idem, p. 78.

disputa entre ‘homens de ciência’, que se auto-identificam a partir do vínculo com instituições científicas e de uma postura singular, intervencionista e atuante, e ‘homens de letras’, que, na visão de autores como Romero, encontravam-se afastados das questões prementes de seu tempo. Posição paradoxal a desses intelectuais da ciência: ao mesmo tempo que se ressentiam da falta de uma ciência nacional original, possuíam no país uma voz pública influente, garantida por sua posição e participação em centros de pesquisa e ensino.”⁶⁷

Pode-se caracterizar o período, de uma certa forma, como a era das polêmicas porque qualquer questão, seja política, seja literária ou não, se desdobrava em polêmica. Quem se propunha à prática militante tinha que estar preparado para o “confronto”. Por exemplo, na 11ª edição da *Gramática Portuguesa - curso superior* (1904), João Ribeiro, logo nas primeiras linhas da apresentação, faz alusão à célebre polêmica entre Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa em torno da redação do Código Civil, uma vez que, em sua argumentação, Rui Barbosa recorreu à gramática de João Ribeiro para abonar suas afirmações.⁶⁸

O próprio João Ribeiro não escapou de protagonizar algumas polêmicas. Nos *Estudos Filológicos* João Ribeiro reproduz os artigos da polêmica entre ele e o filólogo Pacheco da Silva Junior, autor de *Semântica* (1903). João Ribeiro inclui também na obra a réplica de Pacheco Junior, que na época daquela nova edição já havia falecido. A polêmica era tão comum no período que João Ribeiro chega a se referir ao “gênero polêmica gramatical”. Mas, ele não vê determinadas polêmicas com agrado. Em *O Fabordão* (1910), João Ribeiro publica, sob o título de “*Gramatiquices*”, a polêmica que travou com Silvio de Almeida após a edição

⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993, p. 40.

⁶⁸ RIBEIRO, João (1904). *Gramática Portuguesa – curso superior*. Rio de Janeiro. Alves e Cia., 1904, p. 26.

de *Frases Feitas*. Neste livro, João Ribeiro contradizia muitas interpretações filológicas que Silvio de Almeida fizera nas suas *Palestras Filológicas* que publicava em *O Estado de São Paulo*. João Ribeiro registra seu descontentamento com essa polêmica dizendo:

Uma das coisas que se devem contar entre as menos agradáveis. Deus me perdoe, é a de sustentar polêmica com os gramáticos de velho tipo, mormente se estão coléricos e irados ou se dão por ofendidos, em suas tolas vaidades.

Os homens que faute de mieux analisam Camões, revolvem participios, espulgam os transitivos e os bitransitivos formam uma casta realmente temerosa, e intratável.

O pior, porém, é que o número de gramáticos curtos, rudes ou ignorantes é assombroso. Dir-se-ia ser a gramática o espojadouro onde vão cair todas as vocações erradas, ou o esgoto que recolhe a atrabílis e a revolta de todos os desequilíbrios mentais.

Eu teria muitas razões para, nesta matéria, conservar-me silencioso.

Não quero e nem devo falar de mim mesmo; creio, porém, que não peguei jamais da pena para levantar polêmica, o que só se podia explicar por estímulos da vaidade.

Certamente, que importância haverá para o mundo ou para mim, que saia eu mais, ou menos ou tanto como qualquer indivíduo?

Por isso é que em geral para os meus confrades nessa torva e mínima ocupação de coisas de linguagem a que por deficiência de outros méritos me afeiçoei, caindo na regra comum de esterilidade e da insignificância, tenho só palavras benévolas, fáceis e até excessivas.⁶⁹

Na seqüência desse texto, João Ribeiro expõe algumas contradições e plágios de Silvio de Almeida que irá se defender em uma tréplica carregada de outros ataques a João Ribeiro.

No ano de 1913 desenrolou-se a polêmica entre João Ribeiro e Carlos Laet nos jornais *Imparcial* e *Jornal do Brasil*. Carlos Laet contesta e ridiculariza algumas interpretações feitas por João Ribeiro em *Frases Feitas* e satiriza o livro *Fabordão* com a alcunha de “Forrobodó”.

Assim, quando se pensa em qualquer área do saber intelectualizado no fim do século XIX e início do XX, as polêmicas subjacentes a este saber não podem

⁶⁹ RIBEIRO, João, *O fabordão – crônica de vários assuntos*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1910, pp. 189, 190

ser desprezadas. Ao escrever sobre questões lingüísticas, João Ribeiro se depara com as principais polêmicas em relação à língua portuguesa no Brasil. Como por exemplo, a discussão sobre a colocação pronominal que a partir das obras de José de Alencar provocou grandes discussões e o embate entre *puristas* e *dialetistas*. Da mesma forma, ao escrever sobre a história do Brasil João Ribeiro não escapa de enfrentar polêmicas sobre a escrita da história na construção nacional. Mesmo afirmando, algumas vezes, que não gostava de polêmicas, João Ribeiro, a exemplo de seus conterrâneos e confrades Tobias Barreto e Sílvio Romero, foi um dos autênticos “bacharéis combatentes” (de acordo com a definição de Roberto Ventura) no enfrentamento de polêmicas.

Em uma era de polêmicas, João Ribeiro publicou um artigo bem adequado ao contexto, em seu livro *Cartas devolvidas*. O tom de humor e ironia começa no próprio título (*Acerca dos inimigos literários*) e na referência ao destinatário (*Meu suave inimigo!*). Reproduzi um trecho dessa “carta” porque acho que ela ilustra bem não só o espírito polêmico do período, mas também do próprio autor:

Meu suave inimigo!

Certa vez, em horas desocupadas, pensei em escrever acerca dos inimigos considerados na literatura.

A falar verdade, o assunto fugia-me debaixo da pena, e convenci-me de que realmente os inimigos literários são criações metafísicas.

Não acredito muito nesses espectros.

Concedo que existam e que sejam mais visíveis que as almas do outro mundo. Mas são sempre penadas, não se sabe perfeitamente bem, se são elas, se somos nós que temos medo uns dos outros ou se são alguns velhacos apostados em nos fazer mau sangue.

Contudo, para meu uso, e dada a minha longa experiência, intentei, naquela ocasião, estabelecer um quadro ou diagrama dos inimigos literários.

Procedi como se fora eu um entomólogo paciente. Colhi-os no ar, espetei-os em alfinetes sobre cartão, e pude verificar que eram numerosos mais do que supunha.

Para mim não passavam de céleres borboletas vistosas e inócuas. Digo borboletas, porque essa comparação deve de ser agradável, quase poética e adequada a esses animálculos vaidosos.

No fim das contas, que vem a ser um inimigo literário? É um homem que gostando das letras, não gosta das nossas letras. É o seu legítimo direito: e não sei como seja possível contestá-lo.

Por que haviam de ser nossos amigos? Só as bestas é que nos contestam, mas são criaturas de Deus.

Demais, a vida literária é apenas um aspecto da mesma vida. E onde há vida, há luta contínua, árdua e difícil.

Prolongando a minha singular mania, tentei uma classificação sistemática dos inimigos. Pus-lhes ao pé os rótulos de gênero e espécie, e ajuntei os sinais simbólicos de Marte e Vênus, pois que dessas “petites bêtes” o número de machos é pequeno e as fêmeas são numerosas.

Desde logo percebi que sendo pouco agressivos e inócuos, não valia a pena registrá-los com tamanho aparato. E as causas de erro, como delas me havia de defender? Quem sabe ali não estavam muitos dos amigos do peito?

Resolvi, pois, dar por finda aquela mania.

Contudo, ainda me lembram alguns espécimes curiosos daquela coleção inútil.

Havia, por exemplo, o “inimigo impaciente”. O meu inimigo impaciente costumava acompanhar-me com assiduidade. Louvava as minhas intenções, fazia o elogio da minha sinceridade.

Eis senão quando, um dia, mudou completamente por qualquer causa oculta ou obscura. Passou a maltratar-me com a mesma assiduidade de outro tempo.

Lia, comentava, divergia. De vez em quando falava-me silenciosamente:

- Ora aí está o homem com a sua injeção do costume...

Aborrecia-me avidamente: ia, vinha, batia as azas, e dia depois em novo encontro:

- Ainda outra vez, exclamava. É insuportável esse sujeito!

Ao cabo de algum tempo o meu inimigo impaciente estava escotado. A minha presença, toda involuntária, dava-lhe na astenia dos nervos.

Não podia mais conter-se:

- É demais! Já agora é preciso escachar este palerma.

Dito e feito. O inimigo impaciente e também escritor nas horas vagas, desde logo rabisca uma carta anônima com algumas lérias ou exprime um artigo de sustância que leva às folhas e arma uma polêmica.

- Matei-o por uma vez! Diz Triunfante.

Mas, a vítima levanta-se, cura os arranhões e volta à saúde com maior apetite.

A carnificina do “inimigo impaciente” não chega ao obituário.

Esse inimigo é familiar a todos os jornalistas comensal e parasito da vida literária.⁷⁰

Nesse texto há indícios de que o destinatário da carta seja Silvio de Almeida. A descrição do “inimigo impaciente” corresponde à atitude que esse crítico do jornal *O Estado de São Paulo* tomou em relação a João Ribeiro.

⁷⁰ RIBEIRO, João, *Carta Devolvidas*. Porto. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926, pp 25-30.

1.3. João Ribeiro e Silvio Romero

No início deste trabalho, nos primeiros contatos com a bibliografia, ficou claro que eu não podia estudar João Ribeiro sem citar Silvio Romero. Porém, não demorou muito para ficar patente que tanto a temática quando o contexto é inteligível sem uma leitura de textos de Silvio Romero e seus principais comentadores⁷¹.

Pode-se dizer que João Ribeiro foi apresentado ao universo intelectual do Rio de Janeiro por Sílvio Romero quando este publicou um artigo elogioso, na *Revista Brasileira* (tomo IX, 1881), sobre os versos de João Ribeiro reunidos em uma coletânea sob o título *Idílios modernos*.

A obra de João Ribeiro teve forte influência de Silvio Romero que produziu uma série de obras que visavam a renovação e o fortalecimento da cultura brasileira através da reelaboração do influxo de idéias científicas. Essas são as idéias básicas do “movimento” que o próprio Silvio Romero denominou “Escola de Recife”. Ele situa a efervescência do movimento entre 1870 e 1880. Segundo Silvio Romero, esse primeiro decênio marcou o estudo e propaganda da “Escola de Recife” que tinha o claro intuito de cobrir uma lacuna nos estudos da literatura brasileira, introduzindo teses como *raça* e *influência estrangeira* na formação cultural e intelectual do Brasil. No manual de história da literatura que Silvio Romero escreveu com colaboração de João Ribeiro estão traçados os princípios básicos da nova escola:

A literatura não se furta às condições gerais de toda literatura antiga ou moderna, - ser a resultante de três fatores fundamentais: o meio, a raça e as correntes estrangeiras. Da ação combinada destes três

⁷¹ Estudos biográficos sobre Silvio Romero, destacando o seu papel na cultura brasileira nas últimas décadas do século XIX, foi de grande valia para este trabalho devido a proximidade intelectual que João Ribeiro tinha com ele. Entre esses estudos destaco os seguintes: *O método de Silvio Romero* de Antonio Candido, *Silvio Romero, o crítico e o polemista* de João Mendonça de Souza, *Estilo tropical* de Roberto Ventura e *Silvio Romero Hermeneuta do Brasil* de Alberto Luiz Schneider.

agentes, atuando nas idéias e nos sentimentos de um dado povo é que se originam as criações espirituais, a que se costuma dar o nome de literatura. É que se deixou de ver em tais criações a obra do acaso. Do capricho, ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do absoluto, em tal ordem de assunto. A crítica moderna desterrou de seu seio esta classe de fantasma. É que chegou definitivamente a estabelecer que era a literatura apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria. Ora, o fundamento de toda a sociologia, a sua condição primordial, vem a ser terra e gente; o meio e a população. E, como a humanidade desde os seus primórdios, se começou a formar a consciência mais ou menos nítida da identidade dos seus destinos, a despeito da variedade dos meios e das raças, claro é que desde cedo, começou a dar-se a troca das idéias, o intercâmbio espiritual, que veio estabelecendo a solidariedade geral, e formulando o que nós ousamos chamar a lei da persistência e da eloquência das forças espirituais entre os povos, ad instar do que se dá com forças naturais no mundo físico.⁷²

Nessa perspectiva, o sentido de literatura é ampliado. O crítico passa a observar na literatura liames mais perceptíveis com a sociedade em que está inserido. Para isso, ele terá que se valer das concepções valorizadas e divulgadas por Tobias Barreto: o naturalismo, o evolucionismo e o cientificismo. A incorporação das noções de *raça*, *natureza* e do elemento móbil *estrangeiro* tinha o fim de dar fundamentos “objetivos” e “imparciais” ao estudo da literatura. Essa atitude tornou possível abordar a literatura e cultura de um ponto de vista histórico-social.⁷³ Esse movimento crítico visava muito mais do que uma mudança estética, ele visava uma grande transformação política e cultural no país. Por isso que ele se insurgiu contra tudo e contra todos que eram considerados um entrave para essa transformação. Em seu estudo sobre Sílvio Romero, Antonio Cândido ressaltava essa intenção do movimento pernambucano⁷⁴.

⁷² ROMERO, Sílvio e RIBEIRO, João. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro. Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, 2001, p. 23.

⁷³ VENTURA, Roberto. Op. Cit. p. 11.

⁷⁴ “O naturalismo crítico de Sílvio Romero e Tobias Barreto teve, no Brasil, função social de combate, em prol da mentalidade científica e de uma orientação intelectual liberta do formalismo colonial e o beletrismo romântico. Um dos postulados que propugnou foi a introdução do método científico e do

Apesar de todos os limites do método proposto por Sílvio Romero, devido ao cientificismo naturalista, Antonio Candido reconhece o papel histórico importante desempenhado por ele na revisão de um ensino jesuítico baseado na retórica, para alteração do padrão cultural do país. Essa crítica que Sílvio Romero faz ao sistema educacional, principalmente pelo conservadorismo, oferece uma pista para se entender a formação humanista de João Ribeiro. O curso de humanidades entre 1870 e 1880, período de formação de João Ribeiro, era um ensino no qual preponderavam as letras clássicas latinas; sua raiz remontava à época colonial, em que a educação estava sob o controle da Igreja. Era privilegiada a aprendizagem da gramática, da retórica e da filosofia, estudadas, via de regra, nos próprios autores latinos.⁷⁵ Esse tipo de instrução também foi marcante na formação de outros contemporâneos. Comentando a releitura de “Minha formação” de Joaquim Nabuco, Sérgio Milliet ressalta a solidez do ensino no que respeita às humanidades “Da solidez do ensino, principalmente no que respeita às humanidades, tem-se a mais bela prova nas leituras de Joaquim Nabuco, e no que transparece, em “Minha formação” de sua cultura jurídica,

estudo da ciências. No Brasil de então, as ciências se achavam relegadas para segundo plano, preteridas no ensino, confinadas a poucos especialistas desajudados do governo e ignorados da opinião pública. O seu advento coincidiu com o movimento crítico, a ascensão da burguesia e o predomínio conservador, acomodava-se bem com as tradições humanísticas do ensino jesuítico, que, apesar de desarticulado pela reforma pombalina, continuou a influir em nossa formação intelectual, com raras exceções, e permaneceu impermeável ao progresso científico, do qual desconfiava como de inovação perigosa, compreendendo que a pesquisa e a descoberta substituem de certo modo a autoridade e a transmissão de verdades seculares. Nada de extraordinário, pois, que fosse um sistema educacional bem aceito pelo patriciado rural, conservador e cioso de autoridade. A formação jurídica, menos afetada pelo sopro renovador do grande Marquês e transmitida às nossas faculdades como velho formalismo canônico, pouco contribuiu para a emancipação do espírito, embora contribuísse para a paisagem cultural com o tipo urbano e antipatriarcal do bacharel, tornando quase símbolo depois do estudo de Gilberto Freyre. Ora, num Brasil entorpecido pelas humanidades clássicas mal assimiladas, que sob certos aspectos constituíam verdadeiro fenômeno de inércia cultural, a campanha pela cultura científica e pela revisão filosófica apareceu como força de renovação mental. A crítica de Sílvio, tão profundamente ligada a ela, corre paralela ao incremento dos estudos de matemática, relacionados em parte com o positivismo; à intensificação dos estudos de ciências naturais; à constituição da etnografia e da etnologia brasileira; à transformação do direito sob o influxo do evolucionismo; à fundação da Escola de Minas etc. Um verdadeiro movimento de despertar, através da revalidação dos padrões da cultura”

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo. Edusp, 1988, pp. 115-6.

⁷⁵ AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1963, p. 44.

filosófica e literária”.⁷⁶ Talvez o apreço ao estudo gramatical e filológico de João Ribeiro venha dessa formação humanística. Porém, o seu interesse pelos clássicos não será apenas retórico e superficial, seu objetivo é utilizá-los como referência do vernáculo, fato importante na construção nacional.

Além da influência de Sílvio Romero e Tobias Barreto (notórios germanófilos), a admiração de João Ribeiro pela cultura alemã foi fortalecida pelos dois anos que ele passou na Alemanha, entre 1895 e 1897. Sob o signo dessa influência, João Ribeiro não vê a história do Brasil como uma mera sucessão de acontecimentos políticos e administrativos; ele procura contemplar os aspectos ligados aos usos e costumes da sociedade brasileira, como o folclore e sua formação étnica, para buscar as características e tendências do povo brasileiro. Em outras palavras, o que ele busca é a essência ou caráter do brasileiro. Este aspecto revela que, mesmo ligado ao naturalismo cientificista, João Ribeiro não rompe por completo com o romantismo alemão que defendia a busca do espírito, de essência nacional nas tradições populares. Ou seja, a busca do que poderia ser considerado peculiar aos alemães, um “fundo nacional” para se constituir um povo em uma nação. Como era o propósito da *Sturn und Drang*. Quando trata da “psicologia étnica”, no segundo capítulo do livro *O Folclore*, João Ribeiro deixa bem evidente essa influência ao afirmar que estudar tradições, contos e superstições populares é explorar o antigo nível da alma já sobre excedido pela civilização, ressaltando que os alemães, desde os trabalhos de Herder e dos irmãos Grimm, estavam preparados para a concepção do *Volksgeist*, o espírito social:

A linguagem, o direito, a moral, a religião, a literatura ou arte são fenômenos de co-existência, de inspiração e de limitação recíproca entre os homens. Desde logo, todas estas formações sociais começam,

⁷⁶ MILLIET, Sérgio. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo. Martins e Edusp, 1981, p. 81.

como continuam, sendo sempre produtos mutuais da alma coletiva e acabam por criar em todo o curso da cultura um fundamento e um substratum antigo tornado inconsciente e instutivo. É o elemento mental conservador.⁷⁷

João Ribeiro atribui o papel de fundador do estudo folclórico brasileiro a Sílvio Romero.⁷⁸ Compenetrado na busca da essência remota da nação para, de forma análoga aos pesquisadores alemães, encontrar as bases da nacionalidade brasileira, Sílvio Romero se lançou pioneiramente ao estudo das tradições folclóricas. Assim, mesmo tendo criticado os românticos brasileiros de forma tão violenta, o autor da *História da Literatura Brasileira*, “acabou construindo uma imagem romântica da nacionalidade, encoberta por espessas camadas de retórica científicista”.⁷⁹ Por esta razão que tanto Herder quanto os irmãos Grimm também são citados por ele elogiosamente.

Em *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil* (1889), Sílvio Romero reavaliou a crítica que ele havia feito à poesia popular, no início dos anos 70, destacando a sua irrelevância e o exagero dos românticos brasileiros em resgatar uma suposta tradição popular esquecida; “sobretudo no Brasil, onde não existia uma genuína poesia popular olvidada pelo tempo”. Sílvio Romero explicou que sua intenção era “reagir a uma dupla exageração do romantismo: que temos um povo em tudo capaz de ombrear com os mais distintos do velho mundo, e que possuímos um poesia popular das mais brilhantes que se conhecem. É verdade que estas afirmações desponderadas nunca se tinham feito provar por dados inconcussos, não passando de frívolas insinuações. Todavia, é a ocasião de declarar que a reação foi bastante além de seu alvo. Nas palavras transcritas está reconhecida a existência entre nós de uma

⁷⁷ RIBEIRO, João. *O folclore (estudo de literatura popular)*. Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos, 1919, pp. 9 e 10.

⁷⁸ RIBEIRO, João, *O fabordão – crônica de vários assuntos*, p. 161.

⁷⁹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil*. São Paulo. Annablume, 2005, p. 16.

pequena poesia popular herdada, ao lado de outra quase insignificante que mais de perto nos pertence e *individualiza*. Mantenho ilesa a minha nota de falta de profundidade e originalidade nesta última, restringindo, porém, o caráter de rigor negativo que tinha a minha primeira declaração. Nós possuímos uma poesia popular especificamente *brasileira*, que, se não se presta a bordaduras de sublimidades dos românticos, tem contudo enorme interesse para a ciência.”⁸⁰ É justamente à luz das suas concepções científicas que Sílvia Romero estudou não só a poesia popular como outras manifestações do mesmo caráter.

É seguindo esse caminho aberto por Sílvia Romero, que João Ribeiro escreveu alguns livros que abordam questões lingüísticas e históricas sem desprezar elementos oriundos da tradição popular. Ao utilizarem a tradição, esses pesquisadores construíram a idéia de que o povo e a cultura brasileira é resultado do caldeamento de três grupos étnicos: o índio, o branco e o negro. Fundando, desta forma, o *mito das três raças* formadoras do povo mestiço brasileiro que teve como adeptos tanto Gilberto Freyre, na década de trinta com a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933), quanto Darcy Ribeiro, nos anos noventa, com *O povo brasileiro* (1995).

“Em países como o Brasil”, observa Alberto Luiz Schneider, “onde o estado nasceu antes que um sentimento de nacionalidade preponderasse, os intelectuais, escritores e artistas foram essenciais na produção de um imaginário nacional, produção na qual Sílvia Romero se engajou profundamente. O autor se empenhou em narrar cientificamente o Brasil e, a partir desse a priori, discorreu sobre a História, a literatura, a cultura popular, as três raças

⁸⁰ ROMERO, Sílvia. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, pp. 31-2.

fundadoras, a mestiçagem, a imigração européia e os ideais políticos”. Alberto Luiz Schneider acredita que, comprometido vigorosamente com o nacionalismo, Silvio Romero elaborou uma teoria sobre o Brasil.⁸¹ É neste ponto que a trajetória de João Ribeiro se aproxima de Silvio Romero.

⁸¹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. Op. cit. p. 17.

2. A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO NACIONAL

2.1. O sentido da construção nacional

Como já foi mencionado, o pressuposto deste trabalho é que a produção intelectual de João Ribeiro foi movida pelo interesse em contribuir para a construção da nacionalidade. Emprego o termo construção por aceitar a idéia de que nação e nacionalidade são artefatos culturais historicamente elaborados, de acordo com o pensamento de Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, e Ernest Gellner. Os trabalhos desses estudiosos a respeito da formação da nação e suas várias implicações oferecem oportunidade de refletir como um intelectual, do porte de João Ribeiro, que atuou nas duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX, pensou a construção da nacionalidade brasileira. Todos esses pensadores, em seus estudos destacam o papel da língua e da história no processo de construção dos Estados-nações e do nacionalismo.

Benedict Anderson parte da definição de que nacionalidade e nacionalismo são artefatos culturais de um tipo peculiar. Para compreendê-los de forma adequada, afirma que é preciso considerar com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modo seus significados se alteraram com o passar do tempo e porque inspiram uma legitimidade emocional tão profunda. Anderson tenta “demonstrar que a criação desses artefatos, por volta dos fins do século XVIII, foi a destilação espontânea de um ‘cruzamento’ complexo de forças históricas; mas que, uma vez criados, tornaram-se ‘modulares’, passíveis de serem transplantados, com graus diversos de consciência e a grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem à variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”. Além disto, Benedict Anderson procura

demonstrar por que esses artefatos culturais peculiares têm suscitado afetos tão profundos.⁸²

Dentro de um espírito antropológico, Anderson define nação como uma comunidade política imaginada; imaginada como implicitamente limitada e soberana. A nação “é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão; é imaginada como *limitada* porque possui fronteiras finitas, para além das quais há outras nações. É *soberana* porque nasceu em época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído; é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas”.⁸³

A explicação dos motivos que levam as pessoas a matarem ou morrerem por escassas imaginações históricas, Anderson busca no estudo das raízes culturais do nacionalismo. Anderson aponta como relevantes a *comunidade religiosa*, o *reino dinástico* e as *concepções do tempo*.

Como a existência de cenotáfios e túmulos ao Soldado Desconhecido é tão recorrente na moderna cultura do nacionalismo, Anderson resolve iniciar pela morte seu exame das raízes do nacionalismo. Segundo ele, se a imaginação nacionalista se preocupa tanto com a morte e imortalidade, isto indica sua

⁸² ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989, pp. 12-3.

⁸³ Idem, pp. 14, 15 e 16.

afinidade com as imaginações religiosas. Anderson traz à baila a observação de que “na Europa Ocidental, o século XVIII assinala não apenas o raiar da era do nacionalismo, mas também o crepúsculo das modalidades religiosas de pensamento. O século do Iluminismo, da secularidade racionalista, trouxe consigo suas peculiares trevas modernas. Como o refluxo da fé religiosa, não desapareceu o sofrimento que a fé em parte mitigava. (...) O que se demandava, então era uma transformação secular na fatalidade em continuidade, da contingência em significado. Como veremos, poucas coisas se adaptavam (se adaptam) melhor a essa finalidade do que os Estados-nação são ‘novos’ e ‘históricos’; as nações a que eles dão expressão política assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, deslizam para um futuro ilimitado. A magia do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino”⁸⁴.

O que Anderson propõe “é que o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos – bem como contra os quais – passaram a existir. Para nossos objetivos, os dois sistemas culturais relevantes são a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*. Pois ambos, em seu apogeu, eram aceitos como verdadeiros quadros de referência, tanto quanto é, hoje em dia, a nacionalidade. É essencial, por isso, considerar o que dava a esses sistemas culturais sua manifesta plausibilidade e, ao mesmo tempo, salientar determinados elementos-chave de sua decomposição”.⁸⁵

Ele observa que “todas as grandes comunidades clássicas concebiam-se como cosmicamente centrais, mediante uma linguagem sagrada vinculada a uma

⁸⁴ Idem, pp. 19-20.

⁸⁵ Idem.

ordem de poder supraterrrestre”⁸⁶. A idéia de uma língua sagrada era o meio pelo qual as grandes comunidades globais do passado eram imaginadas. E a realidade de tais aparições dependia de uma concepção lingüística estranha ao pensamento ocidental: a não-arbitrariedade do signo. Assim tanto o latim quanto o ideograma da língua chinesa eram aceitos como emanações da realidade e não a sua representação através de signos inventados aleatoriamente.⁸⁷

Porém, estas comunidades imaginadas religiosamente se desvaneceram após a Idade Média devido basicamente a dois fatores: descobertas do mundo não-europeu (que ampliaram o horizonte cultural e geográfico alterando a concepção sobre as formas de vida humana) e a deterioração gradual da própria língua sagrada devido à publicação crescente de obras em língua vulgares, principalmente após o século XVI.

No que se refere ao *reino dinástico*, Anderson aponta que ser governado por um soberano cujo poder tinha legitimidade divina era o único sistema “político” imaginável. “Pois, de várias maneiras essenciais, a monarquia “autêntica” é transversal a todas as concepções de vida política. O governo do rei organiza tudo em torno de um centro elevado. Sua legitimidade deriva da divindade, e não das populações, que, afinal de contas, são súditos, e não cidadão”.⁸⁸

No entanto, a partir do século XVII essa legitimidade automática da monarquia sagrada iniciou sua lenta decadência na parte ocidental da Europa. A queda e decapitação de Carlos Stuart, em 1649, na Inglaterra e a Revolução Francesa de 1789 foram marcos significativos dessa decadência.

Além do declínio das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, outro fator que criou condições para se pensar na comunidade imaginada das nações

⁸⁶ Idem, p. 21

⁸⁷ Idem, pp. 22-3.

⁸⁸ Idem, p. 28.

foi a alteração na concepção de tempo. “Por trás da decadência das comunidades, línguas e linhagens sagradas, tinha lugar uma mudança, fundamental nos modos de apreender o mundo, que, mais do que qualquer outra coisa, tornou possível ‘pensar a nação’”⁸⁹.

Nessa antiga concepção de temporalidade “a cosmologia e a história não se distinguiam, sendo essencialmente idênticas as origens do mundo e dos homens. Essas idéias, associadas, enraizavam firmemente as vidas humanas na própria natureza das coisas, conferindo determinado sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo à morte, à privação e à escravidão) e propiciando vários modos de libertar-se delas.”⁹⁰

Para Anderson a dissolução dos valores religiosos, políticos e culturais abriu espaço para o advento do nacionalismo: “a decadência lenta e irregular dessas certezas encadeadas, primeiro na Europa ocidental e, depois, por toda parte, sob o impacto da mudança econômica, das ‘descobertas’ (sociais e científicas), e do desenvolvimento cada vez mais rápido das comunicações, cravou uma firme cunha entre a cosmologia e a história. Não é pois surpresa que a busca se processasse, por assim dizer, no sentido de um novo modo de tornar a vincular fraternidade, poder e tempo de uma maneira significativa. Talvez nada acelerasse mais essa busca, nem a tornasse mais frutífera, do que o capitalismo editorial, que tornou possível, a um número cada vez maior de pessoas, pensarem sobre si mesmas, e se relacionarem com outras, de maneira profundamente renovada”.⁹¹

Nos vínculos entre língua e nacionalismo, Anderson demonstra como o advento do capitalismo editorial, através da língua impressa, lançou as bases para

⁸⁹ Idem, p. 31

⁹⁰ Idem, p. 45.

⁹¹ Idem.

a consciência nacional: criando campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima das línguas vulgares faladas; atribuindo nova fixidez à língua, que contribuiu para construir a imagem de antiguidade, tão essencial à idéia subjetiva de nação; criou línguas-de-poder de uma espécie diversa das línguas vulgares administrativas. Destaca também a importância política e ideológica da língua impressa⁹². “Nada serviu para “agrupar” línguas vulgares correlatas mais do que o capitalismo que, dentro dos limites impostos pelas gramáticas e sintaxes, criou línguas impressas mecanicamente reproduzidas, passíveis de disseminação pelo mercado”.⁹³

A idéia de Herder de que “todo povo possui sua formação nacional como possui sua língua”, segundo Anderson, teve ampla influência na Europa do século XIX e nas teorias subseqüentes do nacionalismo. As origens dessa idéia “o mais provável que se encontrem na profunda redução do europeu, em tempo e espaço, que teve início já no século XIV, causado inicialmente pelas escavações dos humanistas e, posteriormente, de maneira bastante paradoxal, pela expansão planetária da Europa”⁹⁴. Conquistas e descobertas provocaram também uma revolução nas idéias européias a respeito da língua. Mas somente em fins do século XVIII é que o estudo comparado de línguas, de caráter científico, realmente se iniciou. (...) Progressos nos estudos semióticos abalaram a idéia de que o hebreu fosse singularmente antigo, ou de proveniência divina.” Citando Hobsbawm, Anderson afirma que a língua tornou-se mais um terreno interior criado e realizado pelos usuários da língua do que uma continuidade entre um poder exterior e o falante humano. É a partir desta descoberta que aparece “a

⁹² Idem, p. 54

⁹³ Idem, p. 53.

⁹⁴ Idem, pp. 78-9.

filologia, com seus estudos de gramática comparada, classificação de língua em famílias e, por dedução científica, reconstruções de ‘protolínguas’ tiradas do esquecimento”. Concordando com Hobsbawm, Anderson aponta a filologia como “a primeira ciência a encarar a evolução como sua própria essência.”⁹⁵

Assim, a verdadeira revolução a respeito da língua se dá “quando as línguas antigas sagradas – o latim, o grego e o hebreu – foram obrigadas a misturar-se em condições de igualdade ontológica com variegada e plebéia multidão de língua vulgares rivais, num movimento que complementava sua degradação anterior no mercado pelo capitalismo editorial. Se agora todas as línguas compartilhavam um *status* (intra)mundano comum, então, em princípio, eram todas igualmente dignas de estudos e de admiração. Mas por quem? Logicamente, uma vez que agora nenhuma delas pertencia a Deus, por seus novos donos: os falantes – leitores – nativos de cada língua”⁹⁶. É por essa razão que Anderson fala que o século XIX foi o século de ouro da lexicografia, abundante produção de gramáticas e dicionários. Mas este fato que ele aponta como uma revolução lexicográfica teve como antecedente imediato os trabalhos de estudiosos alemães, franceses e ingleses que tornou acessível, em forma impressa, todo *corpus* existente dos clássicos gregos, com anexos filológicos e lexicográficos. E, através desses estudos, recriaram a antiga civilização helênica, fulgurante e pagã.⁹⁷

Eric Hobsbawm afirma que, de acordo com a historiografia tradicional, entre os anos de 1848 e 1870 a política internacional da Europa girava em torno da construção de Estados Nacionais.⁹⁸ No livro *Nações e nacionalismo desde*

⁹⁵ Idem, p. 79.

⁹⁶ Idem, p. 81

⁹⁷ Idem, p. 82.

⁹⁸ HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1996, p. 125.

1789, Hobsbawm justifica o estudo do nacionalismo por considerar que os dois últimos séculos da história da humanidade não podem ser compreendidos sem o entendimento do termo nação e do vocabulário que dele deriva. Ao analisar o nacionalismo, o autor coloca um problema central entre universalidade e identidade na história e, para ele, a universalidade deve prevalecer sobre a identidade nacional, étnica ou de gênero. Ele enfatiza a dificuldade de definir nação a partir de critérios objetivos ou subjetivos. Por isto não parte de uma definição *a priori* de nação. O autor busca uma abordagem que concede atenção particular às mudanças e às transformações do conceito, especialmente em relação ao fim do século XIX; conceitos que são históricos e socialmente enraizados.⁹⁹

Hobsbawm sumariza sua posição em seis pontos: usa o termo nacionalismo no sentido definido por Gellner: significando “fundamentalmente um princípio que sustenta que unidade política e nacional deve ser congruente”; como a maioria dos estudiosos ele não considera a nação com uma entidade social originária ou imutável; ainda como Gellner, ele enfatiza o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação *das nações*; *para ele* a “questão nacional”, como chamavam os velhos marxistas, está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social; as nações existem tanto como em funções de um tipo particular de Estado territorial quanto no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. “A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em

⁹⁹ HOBBSAWM, Eric J. . *Nações e Nacionalismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991, p. 18.

massa (...). As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências; por essa razão as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.¹⁰⁰

Dos estudos comparativos de Hroch, sobre os pequenos movimentos nacionais europeus, Hobsbawm incorpora dois pontos. Primeiro que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um mesmo país; segundo, por consequência, ele segue a divisão em três fases que Hroch propõe para a história dos movimentos nacionais: fase A, desenvolvida na Europa do século XIX, que foi puramente cultural, histórica e folclórica, sem implicações políticas particulares e mesmo nacionais; fase B, início das campanhas “políticas em prol da idéia nacional” com o aparecimento dos pioneiros e militantes dessa idéia; fase C, quando os programas nacionalistas adquirem sustentação de massa. É com esta fase que Hobsbawm se preocupa, apontando que o momento crucial na cronologia dos movimentos nacionais foi a transição da fase B para a fase C. Hobsbawm considera útil esclarecer a modernidade do vocabulário a respeito de nação para desconstruir a idéia de que a identificação nacional seja tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história.¹⁰¹ Esta idéia reforça a idéia de construção nacional.

¹⁰⁰ Idem, pp. 19 e 20.

¹⁰¹ Idem, p. 27.

Para Ernest Gellner nacionalismo é essencialmente um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra. É uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da população.¹⁰² Além dessa definição de nacionalismo, Gellner se preocupa em definir Estado e nação. Partindo da definição de Max Weber, ele entende o Estado como “aquela instituição ou conjunto de instituições especialmente consagradas à manutenção da ordem (quaisquer que sejam as suas outras funções). O Estado existe onde existam instituições especializadas na manutenção da ordem, como as forças policiais e os tribunais, separadas do resto da vida social. Essas instituições são o Estado.”¹⁰³

Para o termo nação, Gellner propõe duas definições provisórias que ele mesmo considera muito rudimentares e ilusórias: primeiro, dois homens pertencem à mesma nação se e só se partilharem a mesma cultura, que representa, por seu turno, um sistema de idéias, signos e associações, bem como modos de comportamentos e comunicação. Segundo, dois homens pertencem a uma mesma nação se e só se se reconhecem como pertencentes a uma mesma nação. Gellner vê as nações como artefatos das convicções, lealdades e solidariedades do homem. Assim uma simples categoria de indivíduos se transforma numa nação se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros determinados direitos e deveres mútuos em virtude da

¹⁰² GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Grávida, 1993, p. 12.

¹⁰³ Idem, p. 15.

qualidade comum de membros dela. Mesmo ressaltando a insuficiência dessas duas definições provisórias, a cultural e a voluntarista, Gellner reconhece que cada uma delas põe em evidência um elemento de grande importância para a compreensão do nacionalismo. “As definições de cultura, pressupostas na primeira definição, mais no sentido antropológico do que normativo, são notoriamente difíceis e pouco satisfatórias. Provavelmente, é preferível abordar o problema utilizando esse termo, sem adiamento demasiado no sentido de uma definição formal, e observar o que a cultura faz”.¹⁰⁴

Para este estudo, é importante a relação que Ernest Gellner estabelece entre o advento e a difusão da escrita e a consolidação do Estado que, materializada pelo processo de alfabetização em larga escala, é um dos elementos da união entre Estado e cultura que representa o nacionalismo. “O nacionalismo **não** é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado. Utiliza algumas das culturas preexistentes, transformando-as, regra geral, durante o processo, embora não possa fazê-lo com todas, uma vez que, são demasiadas”.¹⁰⁵

Embora haja diferenças nas concepções de Anderson, Hobsbawm e Gellner sobre o nacionalismo, há muitos pontos comuns. Entre esses pontos o que mais interessa para este trabalho é a idéia de nacionalismo como um artefato historicamente construído. Além disso, o destaque que dão ao papel da língua e ao processo educacional nos projetos de construção nacional. A partir desses

¹⁰⁴ Idem, pp. 19 e 20.

¹⁰⁵ Idem, pp. 77-8.

pressupostos pode-se refletir sobre a atuação intelectual de João Ribeiro. Os três autores destacam o papel da língua e do processo educacional nos projetos de construção nacional que fez parte da reflexão e da atuação de intelectual do autor da *História do Brasil* e *A Língua Nacional* que vivenciou uma atmosfera cultural em que, tanto a história quanto a língua, eram instrumentos de cristalização da identidade nacional.

2.2. O sentido da construção nacional no Brasil

Entendo como construção da nacionalidade (ou da brasilidade) o interesse e a ação de alguns intelectuais em produzir um conjunto de saberes que ao mesmo tempo em que distingue o Brasil em relação às outras nações, também o coloca no patamar de nação culturalmente civilizada. Parto da exposição de Antonio Candido sobre o *nacionalismo literário*: “disposição de dotar o Brasil de uma literatura equivalente às européias, que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria”¹⁰⁶. Como já foi dito, para Antonio Candido o interesse dos intelectuais brasileiros em construir uma nação foi motivado por fatos históricos, como a Independência e o advento do Romantismo. Para Antonio Candido, o Arcadismo, enquanto movimento literário foi um marco inicial por significar, “no Brasil, a incorporação da atividade intelectual aos padrões europeus tradicionais, ou seja, a um sistema expressivo, segundo o qual se havia forjado a literatura do Ocidente”¹⁰⁷.

Enquanto artefato cultural é evidente que o sentido de construção da nacionalidade sofreu variação ao longo do tempo. Se no princípio, inspirado na

¹⁰⁶ CANDIDO, Antonio *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)* vol 2. Belo Horizonte. Itatiaia, 8ª edição, p. 11.

¹⁰⁷ Idem.

estética do romantismo, buscava associar a brasilidade à figura do indígena idealizado, nas últimas décadas do século XIX, apoiado no cientificismo, o sentido da brasilidade era concebido como resultado da mestiçagem.

Além dos trabalhos de Antonio Candido, o tema da construção nacional no Brasil tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores.¹⁰⁸ Em sua obra, Dante Moreira Leite combate os estereótipos manifestados na idéia de caráter nacional, mostrando como foram construídos ideologicamente de acordo com o interesse de determinado grupo. Mesmo sendo uma obra nascida a partir de uma tese de doutoramento na Cadeira de Psicologia da Universidade de São Paulo, nele fica evidente que o autor dialogou com diversas esferas do saber para dar conta do seu objeto. O conhecimento de antropologia, história, sociologia e literatura, garantiram a Dante Moreira Leite a execução de um trabalho que revela o encontro e os desencontros de algumas gerações de intelectuais brasileiros que se bateram na busca do caráter nacional. Ele expõe as diferentes etapas na forma desses intelectuais verem o Brasil e as características psicológicas do povo brasileiro¹⁰⁹. Em relação às datas, observa Dante Moreira, “não devem ser consideradas com muito rigor, pois o ano de 1500 é mais ou menos simbólico, embora a carta de Pero Vaz de Caminha seja efetivamente uma descrição inicial da terra, e por isso deva ser lembrada. Além disso, a literatura colonial de descrição do Brasil foi obra, em muitos casos, de portugueses, e talvez não fosse muito errado considerar também obras de outros estrangeiros. A justificativa para

¹⁰⁸ O caráter nacional brasileiro: *história de uma ideologia* (1954) de Dante Moreira Leite, *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985) de Renato Ortiz, *A questão nacional na Primeira República* (1990) de Lúcia Lippi Oliveira e *Vida pública e identidade nacional* (2004) de Adrián Gurza Lavalle.

¹⁰⁹ O autor apresenta um esquema das fases das ideologias do caráter nacional brasileiro: I – A fase colonial: descoberta da terra e o movimento nativista (1500-1822); II – O Romantismo: a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros (1822-1880); III – As ciências sociais e a imagem pessimista do brasileiro (1880-1950); IV – O desenvolvimento econômico e a superação da ideologia do caráter nacional brasileiro: a década de 1950-1960. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Atica, 1992, p. 147-8.

isso pode ser encontrada no fato de essa literatura ser considerada como parte integrante da literatura brasileira, o que não acontece com ou outros estrangeiros”. No que se refere ao Romantismo que é um movimento nacionalista, Dante Moreira pretende apenas um de seus aspectos: o caráter nacional. E a sua continuidade no século XX. Ele esclarece que a abordagem seria outra se ele pretendesse estudar o nacionalismo na vida intelectual brasileira que, segundo ele, “é provável que o nacionalismo - em seus vários aspectos e suas várias fases – constitua uma corrente capaz de ligar, de maneira coerente, uma grande parte da vida intelectual brasileira. Dentro dessas histórias, as ideologias do caráter nacional ficarão como um aspecto decisivo em determinada época, praticamente inexistente em outras.”¹¹⁰

O capítulo nove (*Realismo e pessimismo*), que mais interessa para este trabalho, tem como figura central Sílvio Romero, porque, segundo Dante Moreira Leite, a ele cabe a versão mais ampla do Brasil, nos fins do século XIX. Além disto, a interpretação que Sílvio Romero fez do Brasil “impregnou de tal forma os estudos brasileiros que não será difícil perceber sua influência em Euclides da Cunha, em Oliveira Viana, e até em Gilberto Freire, para não mencionar a história da literatura, onde sua influência foi predominante durante muito tempo”. Dante Moreira explica que “o prestígio das ciências naturais e a tentativa de cientificizar o conhecimento do homem decorreram não do progresso científico, mas da tecnologia científica. Vale dizer, quando as aplicações tecnológicas permitiram a transformação mais eficiente da natureza – seja através da utilização da energia, seja através do controle físico dos organismos -, a ciência tinha demonstrado sua eficiência e sua utilidade. E o seu prestígio, fora dos círculos de especialistas e

¹¹⁰ Idem, p. 148.

curiosos, decorreu dessas aplicações e, principalmente, da idéia de chegar ao controle do comportamento humano. Nesse panorama, o evolucionismo de Darwin tem um lugar muito saliente, sobretudo porque permite colocar o homem, definitivamente, no campo das ciências naturais”¹¹¹ Assim, o prestígio alcançado pela biologia fez com que alguns dos seus pressupostos fossem também utilizados para o estudo da psicologia e da sociologia. O que gerou uma vasta literatura de divulgação e especulação científica que objetivava uma explicação *elementarista* do homem e da sociedade. Para Dante Moreira foi esta literatura de vulgarização científica que foi difundida no Brasil, e que justifica o uso e o abuso do conceito de ciência tanto em Sílvio Romero como por seus contemporâneos.¹¹²

Para João Ribeiro a afirmação enquanto país autônomo passava pela valorização da suas particularidades lingüísticas e históricas que ele vai buscar quer nos estudos filológicos, quer na pesquisa histórica e até mesmo no folclore. Nesses estudos João Ribeiro se respaldava em teóricos estrangeiros, principalmente nos alemães. Inspirado na Escola de Recife, João Ribeiro elaborava suas questões sobre a cultura brasileira ao calor das doutrinas dos sábios e filósofos alemães.¹¹³ Por exemplo, no livro *Fabordão* ele saúda o trabalho de *Gustavo Freytag* e critica a tradução do seu livro *Dever-e-Haver*, feita no Brasil, a partir do francês:

Gustavo Freytag nasceu em 13 de julho de 1816 em Kreuzburg na Silezia e descendia de uma família de burgomestres e pastores. Ainda que a própria tempera dos silezianos seja alegre e jovial, era ele um triste e um melancólico; a adolescência e a infância nele decorreram de modo pacífico e metódico e mais parecera que sua vocação como a dos avós seria a do funcionário provinciano. Não obstante, posto que não fosse nobre, ele tinha no mais alto grau o sentimento da dignidade pessoal e tinha-se mesmo na conta de aristocrata. Vários passos da sua vida

¹¹¹ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1992, pp. 179-80.

¹¹² Idem.

¹¹³ Ribeiro, Joaquim, *Studia*, p. 108.

poderiam demonstra-lo; o seu livro de recordações – *Erinnerungen aus meinem Leben* – está todo cheio desses assomos de amor próprio, sempre solícito em lembrar que seus pais eram Honoratioren e nunca podendo perdoar na sociedade o esquecimento da hierarquia. Compreendemos nos outros no Brasil esse sentimento que sempre foi qualidade dos nossos oligarcas; os filhos de barões e viscondes, a todo sério, andam um palmo acima do solo e olham benévola e paternalmente para a galeria democrática. Era este o caso de Freytag.

Entretanto, a sua tempera era tão profundamente liberal que foi ele um dos que mais trabalhara para destruir a barreira posta pelos preconceitos entre a burguesia e a aristocracia de sangue e foi com esse espírito de proselitismo que ele escreveu o *Dever e o Haver*, que é uma apologia do trabalho do comércio e da vida burguesa.¹¹⁴

Ainda no mesmo livro, João Ribeiro estuda a obra de Frederico Nietzsche.

Há alguns anos, negra loucura obscureceu o gênio de Nietzsche, do homem de mais fero orgulho que jamais houve, do sonhador da humanidade futura e do homem solitário e forte como a águia o Adlermensch, que virá, um dia, substituir o homem atual e ridículo, o homem-macaco, Affenmensch. O filósofo que sonhara o tipo do pró-homem (Übermensch) onipotente, fora da moral e das convenções, realizando, na plenitude de toda a liberdade, toda sua força individual, paixões, instintos ou talentos, ei-lo caído em imbecilidade lóbrega e terrível, perdida a razão e a palavra e o senso comum. Todos os amigos, senão um, lhe fugiram. Alguém apenas em desveladas noites, acompanhava esse fúnebre epílogo de vida, no canto de um hospício, e era a sua pobre mãe, carinhosa e inesgotável de ternura. Esse último raio ainda agora lhe sonegaram as inclemências da sorte. A mãe de Nietzsche morreu. A única palavra que o louco balbuciava, mamma, único e último vestígio do entendimento, já não se aplica coisa alguma. Não é meu intento traçar aqui uma exposição da filosofia de Nietzsche. Outros já o fizeram com paciente e castigado labor, mas todos também com demasias e exageros. Difícil era achar a unidade naquele caos aparente. Por que em verdade foi Frederico Nietzsche um grande e entranhável inimigo dos sistemas. Ele queria a decomposição de tudo; e a seu grado, o mundo voltaria a ser todo átomos e partículas como o sonhara Epicuro, antes do clinamen fatal que gerou o turbilhão da vida. Sistema? Não tinha essa preocupação. É muito difícil extrair dos seus livros uma intuição geral do mundo, ou uma sintaxe do universo que ele queria sem gravitações e sem obediências. A sua natureza era essencialmente fragmentaria e libérrima.¹¹⁵

Foi da própria Alemanha, onde se encontra em viagem de estudos entre 1895 e 1897, que João Ribeiro enviou artigos intitulados “Impressões da Alemanha” nos quais tece análises sobre a situação política e cultural daquele país. Esses artigos eram publicados na *Revista Brasileira*. Num deles, sob o

¹¹⁴ Ribeiro, João. *O Fabordão – crônica de vario assunto*. Rio de Janeiro, Livraria São José, PP. 91-2.

¹¹⁵ Idem. PP. 18-9.

subtítulo *Democracia e Socialismo*¹¹⁶, João Ribeiro, analisando a unificação da Alemanha, critica duramente o patriotismo, a revolução, a democracia, o liberalismo e o nacionalismo. Logo de início, já se diz desabilitado para falar da unidade alemã porque ela foi obra do patriotismo e ele diz: “não sou patriota”. Como que alguém que luta pode declarar que não é patriota e nem nacionalista? Logo de início, uma hipótese provável é que João Ribeiro não via a constituição nacional brasileira da mesma forma que via a unificação alemã. Porque, ao contrário da Alemanha, o Brasil já era um país politicamente unificado e o que João Ribeiro e seus contemporâneos buscavam era o sentido de brasilidade que, ao mesmo tempo que afirmava a especificidade do país enquanto nação, o colocava no “concerto das nações civilizadas”. Pode ser também mais um aspecto da contradição enfrentada pelos homens de letras do final do século XIX: pensar a realidade brasileira a partir de teorias e concepções elaboradas fora do país. Ainda pode-se pensar na colocação de Dante Moreira Leite, quando comenta a dificuldade de se explicar o nacionalismo, diz que, enquanto uns acham que é um movimento irracional que obsta a aproximação e o entendimento entre os homens; outros acreditam na existência de dois tipos de nacionalismo: um doentio e agressivo e outro saudável. O primeiro teria como exemplo o nazi-fascismo; o segundo exemplo poderia ser encontrado nos países sul-americanos, freqüentemente defensivo, isto é, desenvolvido como processo de simples afirmação nacional diante do imperialismo”.¹¹⁷ Porém, de certa forma, a própria polissemia que envolve o termo nacionalismo oferece uma brecha para que

¹¹⁶ Idem. “Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo”. In: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1898.

¹¹⁷ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1992, pp. 23-4.

alguém em determinado momento seja visto como nacionalista e em outro não seja considerado como tal, até mesmo por ele mesmo.

A revolução para João Ribeiro não é progresso e “pode prender sua nobreza genealógica à rebelião primeva de Lúcifer”. Ele não vê eficácia na revolução, pois esta não conduziria à civilização, que segundo Goethe é tranqüila. Neste ponto, João Ribeiro associa o crescimento da agitação patriótica aos movimentos revolucionários do século XIX e às guerras napoleônicas. Também considerou que o liberalismo estava esgotado porque a destrutividade havia chegado ao extremo e todos os privilégios estavam findos. Além da ressalva de não ser patriota e liberal, antes de fazer um esboço histórico do nacionalismo na Alemanha, João Ribeiro procura deixar patente de qual vivência histórica ele está partindo: “Com tais influxos psicológicos que me dominam a alma, o que eu, americano experimentado, poderia dizer de uma obra liberal e patriótica?”¹¹⁸

No início do esboço, observando que o pensamento político do século XIX na Europa foi a idéia das nacionalidades, João Ribeiro afirma que a Itália e a Alemanha, divididas e enfraquecidas, tinham passado pelas terríveis provas de fogo do domínio napoleônico e da santa aliança reacionária. Porém, a ausência de unidade impediu que tanto a revolução quanto a contra-revolução dessem qualquer fruto. Detendo-se mais no caso da Alemanha, João Ribeiro diz que com exceção da Prússia, que tinha fulgor próprio, o resto da Alemanha tinha caído em profunda degradação. Porém, se por um lado, o país estava fragmentado em diversos principados, por outro, graças à geração de Goethe, a unidade alemã já havia sido feita no plano das idéias, “fazendo vibrar todos os corações alemães de um outro extremo criou por assim dizer uma anfictionia espiritual entre todos os

¹¹⁸ Idem, p. 184.

membros dispersos da pátria germânica; a arte, a literatura, a ciência foram os elementos essenciais de coordenação da nacionalidade”.¹¹⁹ Apesar das disputas e o ódio, todos se sentiam compatriotas de Kant, Fichte, Schiller, Goethe e Beethoven.

A idéia de Schiller (de que “só há interpenetração nas idéias, só as idéias se podem reunir; as coisas, não; são de sua natureza impenetráveis, e uma só poderia ocupar o espaço de outra rechaçando-a pelo choque”¹²⁰) serve de mote para João Ribeiro explicar a realização objetiva da unidade alemã que só poderia ser feita pelo choque e pela guerra. “Sem expelir a Áustria, sem fazer recuar ou conter a França, a unidade seria impossível. A luta era essencial e inevitável, qualquer que fosse o resultado.”¹²¹ Com o advento de Bismarck ficou comprovada a insuficiência do ideal de Goethe, de uma “cultura tranqüila”. Em discurso de 1862, Bismarck afirmou que “as questões de nossa época não se resolvem com discursos nem votações da maioria, mas a sangue e a fogo”.¹²²

Para João Ribeiro o resultado político da unidade foi uma contradição com o espírito alemão de todos os tempos. Ele aponta que o caráter humanista e cosmopolita da civilização alemã era contraditório com o patriotismo difundido pela Alemanha unificada. “O que é o patriotismo para um Kant ou para o Goethe? O que podia ser o sentimento nacional para aqueles que tinham em mira a abóbada estrelada e o universo? Eles eram antes de tudo humanos. Só os parques camponeses podiam entregar-se ao delírio inconsciente da pátria, porque esses a montanha próxima é a coluna de Hércules que fecha o mundo.”¹²³ João Ribeiro

¹¹⁹ Idem, pp. 184-5.

¹²⁰ Idem, p. 185.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem, p. 190.

considera que dividindo os povos em nações, a civilização moderna criou novos egoísmos. Segundo ele, “o homem de hoje vacila entre a pátria e a humanidade e é raro que ele possa ser humano e patriota ao mesmo tempo. Cada bem traz a sua antinomia do mal e de certo o patriotismo é um dos aspectos demoníacos da civilização. Não hesito em dizê-lo, quanto mais bárbara uma nação, mais patriota. Em toda a sociedade a função mais bárbara da sua vida é sempre delegada ao seu órgão mais bárbaro, que é a expressão explícita do patriotismo. Não patriotismo civilizado; seria o mesmo que afirmar o egoísmo culto; quando numa sociedade se fala excessivamente do ‘dever patriótico’ está-se já cavando a ruína de sua fraternidade.” O fato da unidade alemã não ter sido feita sem patriotismo é um exemplo do aspecto satânico das obras da civilização porque essa unidade foi feita a custa do ódio, de sangue e de violência extraordinárias.

O maior mérito desse artigo de João Ribeiro é expor de forma explícita sua posição em relação ao patriotismo, que ele considera “um dos aspectos demoníacos da civilização”. O que já fica claro, logo de início, é que ele não era nacionalista, principalmente considerando o sentido político militante e sectário do termo. Embora sua produção intelectual estivesse calcada em projeto de construção nacional no sentido de contribuir para o remodelamento do Estado, visando a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e norte-americano. Na condição de um intelectual brasileiro do fim do século XIX, ou seja, em plena *belle époque*, João Ribeiro estava envolvido no mesmo dilema de todo homem de letra de sua geração: pensar a construção da nação a partir dos modelos teóricos elaborados na Europa. As elites intelectuais viviam o drama de pertencerem a duas pátrias inconciliáveis: haviam nascido no Brasil, mas suas mentes e seus

olhos estavam “fixos nos padrões europeus, concebidos então como únicos e exemplares modelos de civilização e de cultura”.¹²⁴

Em trabalho recente, Eliana Regina de Freitas Dutra deixa patente esta vinculação entre a produção lingüística e histórica de João Ribeiro com a construção nacional. A autora estuda o Almanaque Brasileiro Garnier, dirigido por João Ribeiro, e demonstra que a linha editorial deste anuário desenvolvia uma ação deliberada que conjugava atividade intelectual e política à construção da nacionalidade brasileira, procurando colocá-la em compasso com a modernidade europeia. A chave da leitura que Eliana Dutra propõe do Almanaque Brasileiro Garnier é “a utilização da tradição de um gênero de impresso, e de literatura, no caso o almanaque, por um grupo de homens de letras imbuídos de um nacionalismo intelectual e empenhados em formar, instruir, uma opinião pública urbana”¹²⁵. Parto do pressuposto de que João Ribeiro, na sua ação intelectual de construtor da brasilidade também articulou o estudo da língua com o estudo da história.

Em estudo sobre a geração de 1870¹²⁶, Ângela Alonso faz uma análise contextual do movimento intelectual das últimas décadas do século XIX e início do século XX, ressaltando a inter-relação entre os campos intelectual e político. Para ela “a apreensão do significado do movimento intelectual impõe ir além da reconstrução da lógica interna dos textos e inscrever sua produção doutrinária no processo sociopolítico em que surge. O movimento intelectual só ganha plena inteligibilidade através de uma análise contextual”. A base do argumento de Ângela Alonso é que “as formas de pensar estão imersas em práticas e redes

¹²⁴ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiros LTDA. 1968, p. 11.

¹²⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Op., cit. P. 16.

¹²⁶ ALONSO, Angela. Op. Cit.

sociais”. Sua proposta é tomar a experiência compartilhada pelos componentes do movimento intelectual como perspectiva analítica. Ao constatar a não existência de um campo intelectual autônomo no século XIX, Ângela Alonso afirma que toda manifestação intelectual no Brasil era eminentemente política. Por este motivo, ela elegeu a própria dinâmica política como perspectiva de análise.¹²⁷

Em seguida, Ângela Alonso revela as três noções básicas que amparam a sua abordagem: Estrutura de oportunidades políticas, Comunidade de experiência e Repertório. Para elaborar esses conceitos ela partiu respectivamente dos estudos de S. Tarrow, K. Mannheim e A. Swindler. A primeira se refere ao momento em os processos de crise dilatam as dimensões consistentes do ambiente político que fornece incentivo para pessoas se engajarem em ações coletivas por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso. A segunda se relaciona aos laços concretos criados por contemporâneos que vivenciaram uma mesma situação ao serem expostos aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica, compartilhando um destino comum de idéias e conceitos. A terceira noção, repertório, “é o conjunto de recursos intelectuais disponíveis numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos, noções, argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagens, metáforas.”¹²⁸

Da leitura analítica dos livros *História do Brasil* e *A língua nacional* procuro estabelecer relações entre uma certa maneira de fazer história e de pensar língua nacional com o contexto sociopolítico vivenciado por João Ribeiro, destacando a

¹²⁷ Idem, p. 38.

¹²⁸ Idem, pp. 39, 41, 43 e 44.

sua posição em relação aos assuntos mais significativos relativos a cultura e política daquele momento.

A relação entre História e Língua sugere uma abordagem teórica e metodológica que contemple um diálogo entre a historiografia e os estudos lingüísticos. Creio que a proposta da linha de pesquisa *História das Idéias Lingüísticas* realiza este diálogo e vai ao encontro da análise contextual que este trabalho pretende desenvolver. Tendo como referência Roger Chartier e Fernando Braudel, as pesquisadoras Leonor Lopes Fávero e Márcia A.G. Molina partem do princípio de que a *História das Idéias Lingüísticas* “é parte da história cultural cujo principal objetivo é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler e que (...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas”.¹²⁹ Idéias lingüísticas “é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento”. Desta forma, “A história das Idéias Lingüísticas permite, então, estudarem-se não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Aldolfo Coelho (2ª metade do século XIX), como as primeiras escritas por brasileiros (as de Morais Silva e de Frei Caneca, por exemplo) e também qualquer outro saber fundado na ciência lingüística, como o estudo, no Brasil das obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881) (..) Além disso, a História das Idéias Lingüísticas contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo, no XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam (...)”¹³⁰.

¹²⁹ FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, A. G. *As concepções Lingüísticas do século XIX: a gramática do Brasil*. Rio de Janeiro. Lucerna, 2006, p. 18.

¹³⁰ Idem, pp. 24-5.

Ainda considerando a relação entre o saber histórico e saber lingüístico, na análise do livro *História do Brasil* penso na proposta do discurso fundador como elemento importante na construção nacional. Por que “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”. Em estudo organizado por Eni Orlandi, ela e outros estudiosos mostram como os discursos fundadores se estabilizam como referência na construção da memória nacional.¹³¹

Já se tornou lugar comum a afirmação de que o século XIX é o século da História. Até Sílvio Romero constatou este fato em sua época e acrescentou: (...) “como o anterior fora da filosofia”. Por sua vez, concordando com Hugh Seton-Watson, Benedict Anderson afirma que o século XIX foi também “(...) na Europa e em sua periferia imediata, uma idade de ouro para os lexicógrafos, gramáticos, filologistas e literatos das línguas vulgares. A vigorosa atividade desses intelectuais profissionais foi fundamental na moldagem dos nacionalismos europeus do século XIX, (...)”¹³²

Por esse motivo, Anderson estranha o afastamento do estudo da língua em relação à História. O papel que destaca, dos intelectuais que estudam a língua no século XIX, indica o quanto pode ser proveitoso e de interesse o estudo que relaciona o saber lingüístico com a produção historiográfica.

A concepção da história literária como síntese do desenvolvimento histórico de um povo, surgiu no século XIX, relacionada à valorização das línguas dos Estados nacionais. Sob a influência do historicismo, “os filólogos conceberam a história literária como processo complexo, determinado por fatores externos e internos, concorrendo com os historiadores políticos, ao procurar mostrar a

¹³¹ ORLANDI, Eni Puccienelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 7

¹³² ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989, p. 81

individualidade “ideal” de uma nação por meio de encadeamento dos fenômenos literários”. A história literária, tomada como parte do processo histórico geral, se aproximou dos métodos das ciências naturais, incorporando bases científicas e objetivas. Assim, a abordagem literária se ajusta ao ideal de objetividade da concepção de história daquele momento. A introdução dos enfoques positivistas e naturalistas na crítica européia e brasileira reforçou o conceito linear e cumulativo que fazia parte dessa concepção histórica, na segunda metade do século XIX.¹³³

De acordo com Roberto Ventura, “o progresso e a modernidade foram questões centrais para os letrados brasileiros do século XIX, tanto entre os românticos quanto para os naturalistas da ‘geração de 1870’. Discutiram a possibilidade de domínio das tecnologias, como a comunicação escrita e a produção de obras literárias, que deveriam ser reproduzidas ou recriadas nos trópicos. A existência de uma literatura nacional, com obras e autores originais, se ligava à afirmação da autonomia e da soberania da recém-fundada nação brasileira.”¹³⁴

Se os trabalhos de João Ribeiro que estabelecem uma relação entre língua e construção nacional são analisados dentro de seu contexto cultural, o conceito de gramatização torna-se importante para demonstrar que, (mesmo antes de ser estudada como elemento participativo da construção da brasilidade) as línguas não-européias - no caso deste trabalho: a língua indígena e a africana - passam por um processo “civilizatório” “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas

¹³³ VENTURA, Roberto. “História e Crítica em Silvio Romero”. In. ROMERO, Sílvia e RIBEIRO, João. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro. Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, 2001, p.9.

¹³⁴ Idem, p. 10.

tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”¹³⁵. Depois do advento da escrita, a *gramatização massiva* a partir da tradição lingüística greco-latina constitui a segunda revolução técnico-lingüística.

Com o processo de afirmação nacional “o interesse prático da gramática se estende da filologia (no sentido lato do acesso ao texto escrito), que é seu lugar de origem, em direção ao domínio das línguas, aí compreendidas as línguas maternas. A gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”¹³⁶.

¹³⁵ AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992, p. 65.

¹³⁶ Idem, p. 36.

João Ribeiro, num dos seus últimos retratos

Capítulo I - João Ribeiro: historiador interessado

1 - A “História do Brasil”

Na introdução da primeira edição do seu livro *História do Brasil* (1900), João Ribeiro afirma, logo no início, que quando se propôs a escrever sobre a história nacional pensou em retornar à antiga tradição dos cronistas e primeiros historiadores que nomeavam suas histórias como Notícia ou Tratado do Brasil.

Com isso queriam significar o modo como suprimiam a escassez de fatos políticos com o estudo da terra e das gentes que a habitavam. Este belo costume logo se perdeu porque adquirindo o Brasil os foros de nacionalidade, a sua história começou a ser escrita com pompa e grande estilo da história européia; perdeu-se um pouco a vista o Brasil interno por só se considerarem os movimentos da administração e os da represália e da ambição estrangeira, uns e outros agentes da sua vida externa. Era da natureza desses agentes transformarem-se em equivalências novas, tão distintas das primitivas, que seria difícil reconhecê-las.¹³⁷

Com esta intenção, João Ribeiro estava demonstrando o seu descontentamento com uma escrita da história do Brasil que privilegiava os movimentos internos da administração, da represália e da ambição estrangeira. João Ribeiro se insurgia contra uma história escrita com a pompa e estilo da história escrita na Europa. Ao fazer essa crítica, procura se distanciar de modelos já canônicos na historiografia brasileira que na sua época tinha como exemplo mais expressivo a *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Esta postura de João Ribeiro vai ao encontro do sonho de Capistrano de Abreu que “desejava escrever uma história diferente, ‘dizer algumas coisas novas’, quebrar os ‘quadros de ferro de Varnhagen’, introduzir assuntos até então pouco estudados por vezes desconhecidos: as bandeiras, as minas, as estradas, a criação”.¹³⁸. Em 1907, com a publicação dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano de

¹³⁷ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901, p. XVII.

¹³⁸ MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo SENAC, 1999, p. 174.

Abreu coloca em prática suas idéias referentes à história nacional. De certa forma antecipado por João Ribeiro.

A *História do Brasil* de João Ribeiro é dividida em nove capítulos. Todos contêm subtítulos que variam entre quatro a quatorze. O primeiro capítulo, intitulado “*O descobrimento*” tem onze subtítulos que se estendem do ciclo das grandes navegações ao Renascimento. “*Os dois ciclos dos grandes navegadores*” é subtítulo que abre o livro. Aqui, João Ribeiro defende a idéia de que a descoberta do Brasil correspondeu a dois ciclos: atlântico ocidental e o atlântico sul. O primeiro ciclo prende-se à chegada de Colombo à América; o segundo liga-se tanto ao périplo africano quanto à iniciativa de atingir a Índia pelo périplo da América. Por essa razão, João Ribeiro assinala que a descoberta do Brasil é obra de espanhóis e portugueses. Na segunda parte (*O descobrimento do Brasil pelo ciclo dos navegadores de oeste: Janez Pinzon e Diogo de Leppe*), observa que alguns navegadores espanhóis (Alonso, Francisco e Vicente Pinzon) atingiram as costas do Brasil antes de Cabral. Para João Ribeiro “*não há dúvida alguma que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica no descobrimento do Brasil*”. Mas, a preponderância de Portugal sobre o Brasil iria prevalecer devido à sua diplomacia que assegurou junto ao papa Alexandre VI o Tratado de Tordesilhas. No terceiro tópico (*Descobrimto do Brasil pelo ciclo dos navegadores do Sul: Pedro Álvares Cabral*), João Ribeiro narra a partida e a chegada de Cabral à América a partir da orientação de Vasco da Gama¹³⁹.

Nessas três primeiras partes do primeiro capítulo, João Ribeiro liga a origem do Brasil à expansão marítima portuguesa. Embora reconheça a

¹³⁹ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901, pp. 4-10.

participação dos espanhóis, ele reafirma a ascendência lusitana do Brasil. Neste ponto, João Ribeiro não difere de Varnhagen e Capistrano e dos outros que buscam a gênese do Brasil na história lusitana. Por mais óbvio que possa parecer, devido à herança cultural e lingüística, essa genealogia é uma construção, que não escapa de uma certa teleologia, ou seja, os eventos são apresentados como se destinados a priori a resultar na formação do Brasil.

É interessante observar também nesse primeiro capítulo a marca da polêmica que era algo muito comum no período. O próprio subtítulo (Questões e dúvidas) da quarta parte do primeiro capítulo deixa explícito o caráter da polêmica. Aqui Varnhagen é atacado diretamente:

O nosso historiador Varnhagen, talvez um pouco vaidosamente, para justificar o seu título (já então o possuía) de Visconde de Porto Seguro, procurou demonstrar que o primeiro desembarque de Cabral não foi na Coroa vermelha, ilhéu da Bahia de Santa Cruz, mas no atual Porto Seguro. As suas razões são porém mal deduzidas da carta de Vaz Caminha, que é o único documento do tempo e de autor presencial dos sucessos e cuidadoso, pois era a sua profissão, em narrá-los. Gabriel Soares diz que foi o desembarque no rio de Santa Cruz, e a enseada deste nome está para o rio do frade na distância de 'obra de dez léguas' assinaladas por Vaz Caminha. Além disso, o ilhéu da Coroa vermelha daquela Bahia não deixa a menor dúvida que é o mesmo descrito pelo escrivão da armada 'ilheo grande que de baixa-mar fica mui vazio' sendo o carão da praia fechado por um recife. Essa é a opinião de Mouchez, Rohan, sem falar em antigas autoridades da geografia pátria como Ayres do Casal, entre todas. A enseada de Santa Cruz também modernamente se denominou 'Bahia Cabralia'.¹⁴⁰

Percebe-se que o tom e o ritmo desse escrito é de uma polêmica, mesmo sabendo que não haveria resposta do principal envolvido que já havia falecido há muito tempo. Outro assunto que aparece no mesmo tom é nome do país:

(...) os nomes 'Vera Cruz e Santa Cruz' desapareceram logo ao tempo da primeira colonização do país. Os escritores, sobretudo os

de condição eclesiástica, conservaram-no contra a opinião do tempo e por motivos de sentimento religioso; era essa entretanto, mas sem rigor, a denominação oficial. O nome 'Brasil' era já conhecido na Europa talvez desde o século IX, senão mesmo em épocas anteriores. 'Bresill, Brasilly, Braxilis, Bresilium. Presill, Pressil' etc., encontram-se em vários documentos medievais. Um pau de tintura assim conhecido vinha do oriente e foi de certo introduzido pelos árabes que o chamavam 'bakkam' que traduziram no latim 'bresilium', procurando a analogia da raiz semítica 'bak-kam' (ardente) com a ariana 'bradsch' (prot 'brza', it. 'brace', fr. 'braise'). Dele fala o geógrafo viajante Abuzeid El Hacen (IX século) e Edrisi (1153). A geografia mítica da Idade Média admitia uma ilha oceânica Brazir, Bersil, ao ocidente, criada e devorada por um vulcão, sem que a respeito dela mais nada se soubesse; por supô-la existir entre os paralelos da Irlanda e dos Açores, dois nomes depois fixaram-se na geografia moderna que o indicavam, a rocha do Brazil (brazil Rock, na Irlanda) e a ponta do Brasil, na ilha terceira. No dizer de Humboldt, o nome brasil emigrou de Sumatra até o extremo oeste na América, gastando nesse percurso quase mil anos.¹⁴¹

Em outro livro, João Ribeiro afirma que o nome Brasil é nosso primeiro galicismo, para espanto dos que eram acometidos de “galofobia gramatical”, mal tão comum no período.¹⁴²

Nesse trecho que aborda a questão do nome “Brasil”, percebe-se a mão do historiador e do filólogo, confirmando um dos pressupostos desse trabalho: quando escreve sobre história João Ribeiro utiliza seus conhecimentos de filologia; o contrário também é verdadeiro, seus conhecimentos de história são ferramentas fundamentais para suas pesquisas filológicas.

O tom polêmico do texto de João Ribeiro, quando discute sobre o acaso ou não da “descoberta”, coloca em evidência a preocupação com a origem da nação. Origem que se prende na aventura e desventura dos reis e navegadores portugueses. João Ribeiro afirma que seguindo a orientação de Vasco da Gama, Cabral se afastou da costa africana. Este navegador estava

¹⁴¹ Idem, pp. 13-4.

¹⁴² RIBEIRO, João. *A Língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis, Ed. Vozes em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1979, p. 213

ciente que navegando mais para oeste atingiria o domínio português garantido pelo tratado de Tordesilhas. Dois objetivos guiavam Cabral: vasculhar a possessão portuguesa e frear a expansão espanhola no Atlântico:

Era pois, natural que no interesse de explorar os seus próprios mares os portugueses não hesitassem e varrê-los com as suas esquadras; e numa época de tantos e sucessivos descobrimentos, a esperança de se haver com outros era naturalíssima. Na viagem de Cabral, que tinha rota certa para a Índia, não reinava o mesmo espírito divinatório, único que podia alentar a frota de Colombo. Não havia propósito de descobrir o Brasil, mas menos havia ainda o acaso ou a surpresa no descobri-lo; o extremo oeste do Atlântico já havia revelado um mundo incógnito desde 1492; e sem duvida alguma se as expedições marítimas portuguesas desde Dom Manoel, não fossem capitaneadas por fidalgos e homens de guerra (ao invés de marítimos e cosmógrafos como anteriormente o eram) a terra de Santa Cruz já haveria sido descoberta, antes de 1500, pelos próprios portugueses. Quanto à versão de que Álvares Cabral foi arrojado para o ocidente por tempestade é inverossímil. Não se encontra essa notícia nos primeiros documentos do tempo na relação da **Coll. Ramuio**, nem na carta de Vaz Caminha (que se abstém de relatar, é verdade, os sucessos da travessia) nem nos escritores portugueses do século XVI, que trataram do assunto, João de Barros, Damião de Góes, G. Correa, etc. Aquela afirmativa acha-se pela primeira vez em Rocha Pitta, **História da América portuguesa**, escrita no século XVII e de modo que não merece grande crédito”.¹⁴³

O interesse de saber se a chegada de Cabral à terra que se tornaria o Brasil foi um acaso ou parte de uma estratégia do governo português para dominar o Atlântico sul ganha sentido dentro do processo da construção da nacionalidade brasileira. Esse esclarecimento da polêmica serve para demonstrar a visão que João Ribeiro tinha sobre o ofício do historiador: “a própria história é uma contínua substituição de idéias e fatos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma”¹⁴⁴. É dentro desta perspectiva que a idéia de Rocha Pitta, sobre a tempestade que teria trazido Cabral para o Brasil, é descartada. Principalmente por ser uma idéia do século XVIII.

Assim, na concepção de História de João Ribeiro

¹⁴³ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901, pp. 14-5.

¹⁴⁴ RIBEIRO, João. *A história do Brasil: discurso de posse no Instituto histórico*, em 20 de abril de 1915. Autores e Livros, 16-4-1944:198.

o presente é quem governa o passado e é que fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos, de antanho¹⁴⁵.

Para Confirmar essa idéia, João Ribeiro faz referência a Mommsen que escrevendo sob a influência do imperialismo alemão, sua “História de Roma”, fez apologia de César e críticas a Cícero; e lembra que os romanos buscam em Tróia ascendência.

Para João Ribeiro, o historiador tem a obrigação de justificar o presente, de fundar a ética da atualidade. Esta atitude não se prende à mitomania. “*É estender ao passado as mais nobres ambições do presente. É ressuscitar o que é digno de ressurreição*”. Desta forma, João Ribeiro conclui afirmando que “*com esta filosofia, ou antes, com este **pragmatismo**, é que tenho meditado sobre a nossa História*”¹⁴⁶. Dessa maneira, o sentido dos fatos narrados por João Ribeiro em sua História do Brasil, mesmo os triviais como a “descoberta”, deve ser visto à luz dessa sua visão da História.

Junto a essa visão “presentista” da história, cabe destacar que para João Ribeiro a história nacional brasileira era episódica, já que era um capítulo da história européia. Em um artigo sobre o ensino de história João Ribeiro afirma:

A nossa história é em grande parte episódica, pois que não passa de repercussão da história européia dilatada até nossa história é em grande parte episódica a as nossas praias
Paralelamente a essa europeização obrigatória ou voluntária da nossa vida, existiu sempre a agitação interna original e independente da nossa formação nacional¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ RIBEIRO, João. *O ensino da história*. Autores e Livros, 16-4-1944:202.

Nesse mesmo artigo, João Ribeiro critica os professores de história que ensinam a história do Brasil desvinculada da história da Europa; como se o Brasil fosse um país isolado na sua significação histórica. Para ele, se devia estudar Portugal antes da Descoberta que também é parte da nossa história. *Mesmo as referências à história portuguesa que nos interessa são esporádicas e indiferentes*¹⁴⁸. Em outro artigo, no mesmo documento, João Ribeiro reafirma essa crítica:

O defeito dos nossos historiadores é o de separar, por preguiça ou comodidade, a história nacional da história do mundo. Essa anatomia reduz-nos a uma vida meramente celular, fora da morfologia histórica.¹⁴⁹

. É dentro dessa visão de história nacional integrada em história universal que o estudo dos fatos relacionados à expansão marítima portuguesa ganha sentido na *História do Brasil de João Ribeiro*, como atesta o início do primeiro parágrafo em que o autor afirma que a escravidão foi o primeiro impulso que levou os portugueses às terras africanas. *“Não haviam ainda os turcos fechado o caminho do Oriente, no fundo do mediterrâneo, e já os portugueses eram os grandes navegadores ocidentais”*¹⁵⁰.

Na última parte (*Síntese final. O humanismo e o renascimento*) do primeiro capítulo confirma duas de suas teses sobre a construção da história do Brasil que foram apresentadas acima: a história é moldada pelo presente; a história do Brasil é episódica, ou seja, é apenas uma página da história européia. Nessa 11ª parte do capítulo, João Ribeiro relaciona a época do descobrimento ao *Humanismo e ao Renascimento*. Ele indica as contradições

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem. *As idéias de História Nacional*. Autores e Livros, 16-4-1944:204.

¹⁵⁰ Idem. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901, p. 3.

provocadas pela revalorização da Antigüidade clássica no meio cristão, levando à convivência entre idéias pagãs e misticismo religioso.

A 'nova cavalaria do oceano' beata e atroz, é ao mesmo tempo mística, religiosa, fanática e cruel; - em todas as regiões, e em toda a parte o seu escopo é dilatar a fé, mas não sem antes de tudo dilatar o império. A elevação e a indignidade, a crueldade e a doçura, a ambição e a piedade, comercio de escravos com catequese dos fiéis. Las Casas e os Pizarros e Almagros, Anchieta e os aventureiros, os santos e os heróis florescem todos nesse momento de transição para a história moderna¹⁵¹.

João Ribeiro vê esse jogo de antíteses se manifestar individualmente, por exemplo, em Cristóvão Colombo que tinha a idéia herética de atingir "el levante por el poente" (partindo do pressuposto da esfericidade da terra), mas, no entanto, era extremamente religioso, até a superstição¹⁵². Citando Pitágoras e Aristóteles - que acreditavam na forma arredondada da Terra - e Sêneca e Platão, que acreditavam na existência de outras terras além da conhecidas, João Ribeiro conclui que *a América também foi obra da renascença*¹⁵³. Assim agindo, João Ribeiro põe em prática sua concepção de história estendendo ao passado *Clássico* suas mais nobres ambições do presente: ligar, via expansão marítima, a gênese do Brasil à história antiga da Grécia e de Roma.

Os capítulos IV e V têm o mesmo título: *A Formação do Brasil*. A diferença está nos subtítulos. Enquanto o primeiro é *a História comum*, o segundo, é *História local*. Por história comum, João Ribeiro entende a história que abrange todo o Brasil. A história local trata do aspecto específico, ligado à história de um estado ou de uma região. Porém, após a leitura se constata que esta divisão não é tão precisa e simples como a princípio parecia. Episódios da

¹⁵¹ Idem, p. 47.

¹⁵² Idem, p. 47.

¹⁵³ idem, p.48.

história do Brasil apresentados como *História comum* poderiam também ter sido arrolados como História local.

No capítulo IV, dividido em 14 partes, João Ribeiro inicia apresentando a administração da colônia como inapta, principalmente no aspecto político. Se comparada na época à ação de Maurício de Nassau, a limitação administrativa portuguesa ficava mais patente. Coerente com a sua perspectiva de explicar os fenômenos sociais em termos raciais, João Ribeiro escreve:

Os administradores do Brasil português, conforme as qualidades próprias da raça, são antes reacionários (o que os faz às vezes parecer libérrimo) do que conservadores, e em caso nenhum liberais; confundem a autoridade com despotismo, como os governados a liberdade com o espírito faccioso. Alguns são notáveis pelo talento militar, quase todos medíocres pelo espírito político. Em qualquer caso, o grande merecimento deles é a escola de severa honradez em foram educados e de que dão fulgurante exemplo aos seus inferiores.¹⁵⁴

João Ribeiro ressaltou nos subalternos (os capitães-mores e outros oficiais) a venalidade e o vício da corrupção da forma que governam o povo. Mas o excesso de escrúpulos, segundo ele, limitou a possibilidade dos governadores gerais tomarem atitudes em benefício do Brasil, levando muitos deles, a exemplo dos antigos donatários, se arruinarem em relação à fortuna e ao bem estar.

Os governadores deviam solucionar dois problemas capitais: a questão do índio cuja liberdade convinha à coroa favorecer, e a defesa contra as ameaças externas.

A primeira, entretanto, é que acende discórdias constantes na colônia, sobretudo entre colonos e jesuítas, e as quais não raro afetam o prestígio da administração, como sucedeu por mais de uma vez. Nas questões externas, só em 1750 é que começa francamente a ação diplomática com o antigo litígio das fronteiras, antes disso entregue ao sistema de usurpação por ocupação e represálias.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Idem, p. 138.

¹⁵⁵ Idem.

Para João Ribeiro o Brasil começa a tomar feição a partir do enfrentamento dessas duas questões. Assim, a formação nacional passa a se efetivar com a pacificação na colônia em relação aos indígenas e ação diplomática. Além disso, a coroa readquire as antigas capitanias hereditárias através da compra por indenização ou através da força, que passam a jurisdição do Governador Geral.

No que se relaciona à lei, no início da formação do Brasil, João Ribeiro afirma que *todas as leis da metrópole são aquém do Atlântico interpretadas com maior brandura a princípio*; fazendo uma clara referência ao pensamento do teólogo humanista holandês Caspar Barlaeus que, para justificar os desmandos da época colonial, cunhou a idéia de que a linha do equador separava o vício da virtude, resumida e popularizada na frase “Não existe pecado ao sul do equador”. Na observação de João Ribeiro as leis sobre os índios, no Brasil, são liberais e os escravos negros tiveram a seu favor a filantropia dos brancos.¹⁵⁶

Mas no que se refere à administração colonial, o motivo de verdadeiro terror dos administrados são os governadores subalternos, *capitães-mores*, que se impõe pelo uso indiscriminado da força e abusos diversos, auxiliados por agentes ferozes, com cujos processos bárbaros, sob o manto da lei, faziam extorsões e exerciam infames vinganças.

No que se refere à religião, estava a pleno vigor o regime do *padroado*, o clero era mantido como uma classe de funcionário de Estado e exerceu grande influência no tempo da Colônia.

¹⁵⁶ Idem, p. 139.

O estabelecimento da justiça, como parte da formação do Brasil, também mereceu referência de João Ribeiro:

A justiça era a princípio administrada pelos juízes ordinários e um ouvidor geral, que vinha de três em três anos, e quando eram graves os casos se lhes juntavam o Governador e o Provedor-mor dos defuntos e outros letrados. Em 1608 foi criado o Tribunal da Relação da Bahia. O povo esperara com frieza a vinda dos desembargadores, mas logo se deu por satisfeito quando teve deles a experiência da inteireza no julgar e da expediência dos negócios.¹⁵⁷

Nesse processo de formação, João Ribeiro não deixa de se referir às leis do marquês de Pombal, que trouxeram muitas conseqüências para o Brasil:

São ora leis protecionistas da agricultura, principalmente de certos ramos novos e incipientes, e o mal inspirado protecionismo das Companhias de Comércio (do Maranhão, da Paraíba) que oram em breve extintas. Concessão de licenças (muito limitada é certo) para algumas indústrias (fábrica e lonas da Bahia); a renovação do quinto do ouro em vez da capitação (mas monopolizando para a coroa o contrato dos diamantes), e o ato mais importante, que foi a incorporação das capitanias que eram ainda feudatárias, ao domínio da coroa. Outras leis suas foram contraproducentes, despóticas em grande número e algumas delas pelo menos abomináveis como o foi, pra desgraça da educação nacional e desamparo das raças oprimidas, a expulsão dos jesuítas.¹⁵⁸

Depois de escrever sobre aspectos mais administrativos da formação do Brasil, João Ribeiro estuda o processo de interiorização da Colônia que, no início, ele associa à criação de gado. Em sua explicação aparecem os matizes do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo.

O conhecimento do interior do país, entre as capitanias da Bahia e do Estado do Maranhão, foi realizado, graças à natureza do terreno, que é quase uniforme na geognose dessa região. O primeiro trecho do sertão é verdejante, cortado de rios e cheio de flores; é o Mimoso da linguagem sertaneja; o segundo trecho com seus sangradouros de pouca água forma o Agreste com rara vegetação das caatingas que, por um processo de seleção, desfolham nos meses de sol como as plantas da zona fria no inverno. A terra é salitrosa e Árida.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Idem, p.140.

¹⁵⁸ Idem, p.142

¹⁵⁹ Idem.

Nessa passagem que lembra trechos da primeira parte de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, João Ribeiro descreve o cenário em que o homem sertanejo habita e desenvolve o abastecedouro de animal do Brasil antigo. Fiel à idéia de que a psicologia coletiva do povo (psicologia étnica) se encontra nas suas tradições, contos e superstições, identifica nos sertanejos da região os núcleos de população que conservaram melhor as tradições que o folclore nacional ainda exprime. Identificando-os como etnicamente mais puros e superiores que os do litoral que são quase todos enegrecidos pela escravidão:

Os sertanejos são brancos e muitas vezes louros, mais frequentemente ruivos; tem virtudes cavalheirescas, o sentimento talvez exagerado de honra, o que os faz freqüentemente apelar para as armas, que todos desde a infância manejam com perícia. Desconfiam da civilização e do litoral, onde a hospitalidade é rara ou pérfida, aonde só descem na feiras e para cambiar o,s produtos. Deles é que se tem origem seitas religiosas, gérmen de tumultos que, de vez em quando, ensangüentam o sertão. Para que nisso, como o gado que apascentam, traem qualquer coisa do sangue árabe. São descendentes de portugueses e ilhéus que internados desde o século XVII, perderam o contato permanente da civilização; e com essa perda aprenderam, de instituto próprio as indústrias essenciais à vida. Vestem-se em geral de couro, da cabeça aos pés; de couro e chifre são os seus utensílios domésticos, onde guardam líquidos e sólidos; alimentam-se de caça, do leite, frutas acidas e da carne, e desta fazem a farinha com que ajuntam o leite, substitutivo freqüente da água.¹⁶⁰

Mais uma vez nesse trecho, percebe-se um paralelo com o livro *Os Sertões*. Publicado, em 1900, ou seja, dois anos antes do livro de Euclides da Cunha, a *História do Brasil* de João Ribeiro expressa opinião parecida em relação ao sertanejo, no que tange ao seu espírito belicoso que somado ao fanatismo religioso resultou na carnificina que foi Canudos e outros movimentos congêneres. A diferença entre os dois autores, neste ponto, está na pureza da raça do sertanejo defendida por João Ribeiro. O sertanejo de Euclides da Cunha, que é antes de tudo um forte, é tipo mestiço bem definido; oriundo de cruzamento uniforme realizado à máxima intensidade. “É desgracioso,

¹⁶⁰ Idem, p. 143.

desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humilde deprimente.”¹⁶¹

No capítulo *O sertão*, nos *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu estuda a ocupação do sertão pelos paulistas vindos de *São Vicente e Piratininga*. Essa gente de São Paulo, conhecida como bandeirantes, que os jesuítas chamavam de mamelucos, “isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata, pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas”¹⁶². Portanto, “os paulistas são sobretudo mamelucos, e Capistrano vê o povo brasileiro mais como um mestiço de índio e branco. O mestiço de negro e branco é litorâneo e pertence ao mundo português.”¹⁶³ Da mesma forma que João Ribeiro, Capistrano de Abreu destaca a importância do sertão como zona de criação de gado. Mas, tanto em um autor quanto no outro, fica ressaltada a importância desse povo no domínio do sertão brasileiro na formação do Brasil.

No dizer de João Ribeiro:

A esse povo sóbrio como os beduínos deve-se o conhecimento do sertão brasileiro, que há três séculos ocupam.

A princípio criadores de gado, antes de feitas as entradas que repeliram os índios, estabelecem-se apenas nos recôncavos das povoações, naturalmente por maior segurança dos caminhos; na Bahia vão até a Torre d’Avilla (governo de D. Francisco de Souza), mas a conquista de Sergipe abriu o caminho do Sertão Agreste (das caatingas), além de Itabaiana; daí é que irradia a expansão sertaneja até o Paraíba num período de oitenta a cem anos; as antigas passagens do Rio de S.

¹⁶¹ CUNHA, Euclides. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro Francisco Alves / Publifolha, 2000, p. 99.

¹⁶² ABREU, Capistrano. *Capítulos de História colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 129.

¹⁶³ REIS, José Carlos *As identidades do Brasil de Vranhagen a FHC*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2001, 105.

Francisco, Urubu de cima e Urubu de baixo, marcam as linha dessa radiação.¹⁶⁴

As povoações antigas de Geremoabo, Geru, Capim Grosso, Cabrobó, de diferentes épocas, são antigos pousos de sertanejos; verdadeiras pegadas de vaqueiros que percorreram a região.

O domínio do sertão está associado à guerra contra os holandeses que acelerou a abertura de caminhos para tropas de guerrilha. O desbravamento do sertão foi acompanhado pelo estabelecimento de estações de criação. Por sua parte a Coroa não demonstrou interesse por essa atividade econômica porque não lhe gerava impostos.

Nesse processo de interiorização do Brasil, da mesma forma que Capistrano de Abreu, João Ribeiro ressalta o protagonismo das entradas e bandeiras no domínio e na expansão do território brasileiro.

As Entradas eram expedições feitas pelo colono à cata de índios para escravizá-los ou ainda à busca de minas de metais e pedras preciosas, do que corriam sempre fantásticas notícias. É uma fase inteiramente nova, diferentes do movimento pastoril (ao qual precede) e tem maior analogia com as empresas dos pioneiros da América do Norte. Com as expurga-se o território do perigo das ciladas e mesmo da presença dos índios e com elas estabelecem-se por terra as comunicações outrora fluviais ou marítimas.¹⁶⁵

As bandeiras, diz João Ribeiro, eram organizadas para a exploração das terras, tinham constituição especial, que só tornavam compreensível o gênio e a pertinácia dos aventureiros que as compunham. Com base em uma visão determinista, João Ribeiro afirma que “só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados.”

¹⁶⁴ João Ribeiro. *História do Brasil*, p. 144.

¹⁶⁵ Idem, p.148.

Apoiando-se no relato do Frei Vicente do Salvador, João Ribeiro explica a ação dessas Entradas, que resultaram na terrível caçada de milhares de indígenas. Fato que foi agravado, como já foi citado, pela expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que garantiu a vitória dos paulistas no longo embate travado com os jesuítas por causa dos índios.

Em uma interpretação do capítulo *O sertão*, dos *Capítulos de Histórias Colonial*, Ronaldo Vainfas, assinala que “Capistrano ensaia, nesse capítulo, uma análise verdadeiramente etno-histórica: quem comia o quê e onde, se peixe fresco ou farinha de mandioca, carne ou rapadura, ou como dormiam, se em redes ou catres, tudo a serviço de sua tese central de que às vésperas da independência, havia muitos Brasis nos modos de viver e sobreviver, no caráter, nas *incomunicabilidades*. Há muitos Brasis neste capítulo e há também uma história da cultura material e uma história social.”¹⁶⁶ Muito dessa afirmação de Ronaldo Vainfas pode ser aplicada ao trabalho de João Ribeiro, porque ele antecipou na *História do Brasil*, em sua primeira edição em 1900, muitas das idéias desenvolvidas nos *Capítulos* de Capistrano que foi lançada em 1907.

Na ótica de Joaquim Ribeiro a afinidade historiográfica, em alguns pontos, entre João Ribeiro e Capistrano de Abreu se deve ao fato dos dois se inspirarem na história cultural alemã (*Kulturgeschichte*) que naquele momento defendia uma história fora das amarras da política e da economia e só ressaltava aspectos da administração governamental. Ambos almejavam uma história do Brasil que falasse do povo brasileiro, da sua luta e formação. É por esta razão que na introdução da primeira edição de *História do Brasil*, João Ribeiro criticou os livros didáticos de então que davam excessiva importância à ação dos governadores e

¹⁶⁶ VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu – Capítulos de história colonial”. In: *Introdução ao Brasil. Uma banquete no Trópico*. São Paulo. SENAC, 1999, P. 186.

à administração. E também salienta, que “pelo exclusivo conhecimento das guerras nunca poderemos conhecer os povos como nunca lograremos conhecer a vítima pelas informações do algoz”.

Na sua explanação, Joaquim Ribeiro defende a idéia de que Capistrano da Abreu sofreu inegável influxo de João Ribeiro para compor os *Capítulos*. Ele abona sua tese utilizando dois argumentos básicos. Primeiro a antecedência do trabalho de João Ribeiro; segundo a afinidade intelectual e profissional de ambos. “Além de amigos e colegas, não seria estranhável o intercâmbio espiritual entre os dois professores de história do Colégio Pedro II”. Depois da leitura dos dois livros, é difícil não achar razoável a observação de Joaquim Ribeiro: “Realmente quem ler o que João Ribeiro escreveu sobre a história do período colonial e comparar com o texto de Capistrano de Abreu não pode negar o visível comércio de idéias.” O fato de Capistrano não fazer nenhuma referência da possível inspiração da *História do Brasil* não impede, para Joaquim Ribeiro, de se “reivindicar a existência desse influxo palpável, claro e evidente. E só espíritos destituídos de percepção crítica, podem contestá-lo.”

Mas a diferença que mais salta aos olhos é a presença do negro, que em Capistrano de Abreu foi quase ignorada; enquanto em João Ribeiro foi significativamente considerada:

A escravidão negra começou com os descobrimentos portugueses na África. Foi um português, Gilianes, o primeiro que aprisionou nas Canárias alguns hoens, que escravizou e trouxe a vendê-los na Europa; O príncipe Henrique, estranhando essa crueza, mandou que o aventureiro os restituísse à pátria d'onde foram roubados. A ousadia do pirata porém, foi logo despertando a cólera de outros/ a lúgubre aventura encontrou defensores e foi logo largamente imitada. Em 1442 Antão Gonçalves aprisionou vários mouros da Costa do Ouro e só os restituiu e resgatou a troca de escravos negros, em número de dez, os primeiros que lavraram o solo europeu. Começou assim o infame comércio. Muitos teólogos e doutores justificavam essa maldade que, parecia-lhes, era castigo predestinado à raça de Cam e um benefício feito à barbaia irreligiosa e perdida para a fé e para a civilização. Desde logo, quando descoberta a

América, foram nela em 1501 introduzidos os escravos negros, a pedido de Nicolau Ovando de Hispaniola. A experiência demonstrou o quanto se devia preferir o negro ativo e submisso ao índio indomável e indolente. Os próprios teólogos defendendo com Las Casas a liberdade dos índios ao mesmo tempo eram indiferentes ou aconselhavam a escravidão africana.(p. 182) No Brasil, o escravo negro foi introduzido ao tempo dos primeiros estabelecimentos. A escravidão vermelha precedeu decerto à negra; e daquela já se fala em 1531, quando Martin Affonso concedeu a Pero de Goes permissão de levar para a Europa dezessete escravos índios; mas desde cedo na Capitania de S. Vicente são escravos negros que trabalham na agricultura da cana. Deve datar pelo menos do ano de 1532. Nesse tempo os escravos índios custavam quatro mil reis cada um, e era fácil capturá-los, mas morriam em grande número, e fugiam ou eram difíceis de conter, os demais. Os índios eram maus agricultores. Como escravos serviam melhor de canoeiro, soldados e agentes da indústria extrativa. Por isso foram sempre caçados, apesar da lei, no extremo norte ou no sertão do sul. Na zona marítima oriental era preferível o escravo negro. Além do que, os índios tinham seus defensores nos jesuítas e no próprio governo d'el rei. A escravidão africana tornou-se a principal, e na verdade, a mais útil.¹⁶⁷

O português, observa João Ribeiro, entre todos os povos, era o que mais exercia a escravidão em larga escala. Como uma parte significativa da África caíra em suas mãos, os comerciantes portugueses passaram a dominar o tráfico estabelecendo entrepostos comerciais em diferentes pontos do litoral africano.

De acordo com a concepção seguida por João Ribeiro, de que a formação do Brasil se deve ao caldeamento de índios, brancos e negros, e que estes últimos tiveram um papel relevante, no livro *História do Brasil* a origem dos negros escravizados no Brasil é apresentada levando em consideração a diversidade étnica e cultural, conforme a região geográfica de origem.

Vários pontos da costa do continente negro, e sobretudo as ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, São Thomé, Ilha do Príncipe e mais as terras de Angola, Bengala, Moçambique, estavam sujeitos ao governo português, que ali criara vassalos ou aliados entre os príncipes negros e monopolizava o domínio dessas regiões, que eram o entreposto do comércio interior, donde também vinham os escravos. Entre São Filipe de Benguela, dependência da Angola e residência da autoridade militar e de um ouvidor, e as terras de sudeste e leste dos presídios de Caconda, Ambaca, Canjanco, etc. estabeleciam-se portugueses que lavravam plantações para alimentos dos negros que escravizavam, e ainda faziam mais o comércio do marfim e outros produtos. Dessas fazendas, aqui e ali dispersas, foram ousados aventureiros penetrados até a contracosta

¹⁶⁷ João Ribeiro. *História do Brasil*, p. 181-2.

oriental; o fruto dessa travessia era a captura dos grandes negros, e de raça etíope, de compleição fortíssima e pele escura, os Cácimbos, os Xexys (Geges), os Xingas ou Gingas, que, embarcados em São Felipe de Benguela ou em Novo Redondo, vinham para qualquer destino da América.¹⁶⁸

Pela informação que tinha disponível na época, João Ribeiro teve a preocupação de falar da origem do negro e do esquema econômico que arrastaram da África para cá. Após indicar o que denomina as fontes da escravidão, João Ribeiro não deixa de se referir às narrativas que contam os crimes e as atrocidades que se cometiam no tráfico negreiro. Mas em relação à escravidão em si, embora condenando-a, João Ribeiro comunga da idéia de que no Brasil ela não foi tão horrenda como em outros países, porque para ele a escravidão entre nós sempre era corrigida pela humanidade, pela filantropia, pelo espírito cristão e pela caridade de nossa gente. Esta idéia, de uma suposta escravidão branda no Brasil, que foi reelaborada por autores como Gilberto Freyre, tornou-se um dos argumentos para fundamentar a elaboração do mito da democracia racial. A seguinte passagem reforça essa idéia:

Desde os primeiros tempos da colônia o sentimento da filantropia trabalha em favor dos negros. Costumes belíssimos instituem-se entre os senhores: como o de apadrinhar os remissos ou fugitivos, o eu impede o castigo, e nenhum senhor viola. O costume de ceder um dia ou dois (sábado e domingo) ao trabalho do negro é confirmado mais tarde por lei (1700) e também o reconhecimento da propriedade privada do escravo. Outro costume, é o de alforrias na pia o que se fazia com uma espórtula insignificante (de 5\$ a 20\$) que era recusada; esse hábito era freqüente, sobretudo quando as crianças traziam a pele mais clara. A religião concedia-lhes uma parte no culto, e santos negros (S. Benedito e N. S. do Rosário) protegiam irmandades numerosas de pretos. A própria afinidade de raça, entre os negros, fazia-os reunir em sociedades, onde, revivendo os costumes africanos, tinham reis e vassallos e exerciam autoridade uns sobre outros, até o limite que a civilização dos brancos permitia. Essas associações, que existiam no Brasil como no Haiti, foram sempre impossível na América do Norte, onde o negro, mesmo depois de livre, vive segregado e não merece consideração social em grau de qualquer natureza.

Aqui escolhiam sempre um dia de festa com permissão dos senhores, para celebrar a coroação do Rei do Congo, festa que eles faziam coincidir com a católica dos Três Reis: celebravam então a chegada,

¹⁶⁸ Idem, pp.182-3.

com a simulação de navios de guerra e fortins portugueses; e para esse aparato os senhores ofereciam recursos.

A prova da nossa filantropia era demonstrada por esse regime dos bons costumes. Nunca tivemos, como os ingleses e franceses, um Código negro.

Os negros das Ordens eram bem tratados, arrogavam-se só escravos dos santos respectivos e por isso não podiam ser vendidos.

Nas fazendas, agrupavam-se em famílias senão no sentido da lei, ao menos da religião. Usavam o sobrenome do senhor, e eram por eles estimados, sobretudo quando criados dele. Era freqüente o costume de alforriar em testamento, de todo ou sob condição os bons escravos e recusar o dinheiro de alforria que o negro pouco a pouco juntava para redimir o cativo. A emancipação não era pois entre nós, como nos Estados Unidos, impedida ou regulada por lei; era negócio particular entre o senhor e o escravo, e aquele se satisfazia freqüentemente com a 3ª e 4ª parte do valor legal. Ainda mais. Os próprios negros que não podiam agradar aos senhores tinham o direito de procurar senhor, e assim mudar de cativo.

Todos esses costumes testemunham em favor da nossa índole e liberdade.

Não é nosso intento fazer a apologia da escravidão, cujos horrores principalmente macularam o homem branco e sobre ele recaíram. Mas a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, e paz e a liberdade, e outros bens que pais e filhos jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África.¹⁶⁹

Nota-se que João Ribeiro procura dar um significado à escravidão no Brasil. E esse significado concorre para construção de uma história do Brasil harmônica, embora não isenta de conflitos, garantida pela suposta filantropia cristã e a índole de liberdade do brasileiro. Assim, no ato de escrever história ocorre uma busca do sentido, ou de novos sentidos, dos acontecimentos, levando em consideração novos interesses do historiador de acordo com o seu contexto histórico e a sua visão historiográfica. Em uma perspectiva da análise do discurso¹⁷⁰, o enunciado “desde os primeiros tempos da colônia o sentimento da filantropia trabalha em favor dos negros” pode ser interpretado como um discurso fundador do mito da democracia racial, porque reinventa um passado, ou instaura uma tradição de relação harmoniosa entre senhor e escravo.

¹⁶⁹ Idem, PP. 188-190.

¹⁷⁰ ORLANDI, Eni Puccienelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

Ainda nesse capítulo, que trata da formação do Brasil (cujo subtítulo é história comum) João Ribeiro não deixa de falar das rebeliões e revoluções nativistas. Ele destaca duas rebeliões: a rebelião contra o monopólio, liderada por Manoel Bekman, em São Luiz do Maranhão, em 1684; e a rebelião da Bahia, em Salvador em 1682. Quanto às revoluções nativistas são estudadas a pernambucana e a mineira (emboabas).

Manoel Bekman era um rico proprietário que entrou em desavença com o governo colonial. Aproveitando-se de uma festa religiosa popular, Bekman acompanhado de mais sessenta seguidores, proferiu inflamado discurso contra o governo colonial por causa do monopólio; e contra os jesuítas pelos conflitos em relação aos índios. “À questão do monopólio juntava-se pois essa outra incandescente da escravidão dos indígenas, que a cobiça do colono fomentava.”¹⁷¹ Rapidamente após revolta popular, Manuel Beckman e seus seguidores saíram vitoriosos e instalaram um governo revolucionário. Logo instituíram uma Junta de governo composta por dois representantes de três classes: clero, nobreza e povo. A primeira medida do novo governo foi a abolição do monopólio e o banimento dos jesuítas. A chegada da notícia da rebelião à Lisboa, levou a Coroa a preparar a reação que foi liderada por Gomes Freire de Andrade, um experiente guerreiro e estadista.

Pouco teve a fazer contra a revolução, que já estava por assim dizer dissolvida e desmoralizada. Um ano de governo é sempre demais para um regime revolucionário; promessas e ambições, que o tumulto e a anarquia favoreceram, agora mal satisfeitas ou desenganadas, pediam a volta da ordem legal. Gomes Freire, ainda nas águas do porto de São Luiz, foi informado desse estado de ruína do malsinado governo, e desessombradamente fez desembarcar as tropas, que se apossaram dos fortes e tiveram logo a adesão da guarnição e do povo, que assistia impassível ao desembarque.

¹⁷¹ RIBEIRO, João, *idem*, p. 196.

A rebelião foi derrotada; Manuel Bekman e outros líderes foram condenados. Resumi este episódio porque ele demonstra a posição de João Ribeiro em relação à revolução; pelo trecho citado pode-se inferir que ele não acredita no movimento revolucionário como elemento construtor da nacionalidade. Como já foi observado, para João Ribeiro a revolução não é progresso e liga a sua genealogia “à rebelião primeva de Lúcifer”. Ele não vê eficácia na revolução, pois esta não pode conduzir à civilização. Citando Goethe, ele afirma que a civilização é tranqüila.¹⁷²

A mesma idéia prevaleceu quando tratou da rebelião da Bahia. O pivô da revolta foi o governador geral, Antonio de Souza Menezes que, pretendendo vingar a morte de seu comandante militar Francisco Telles de Menezes, cometeu uma série de arbitrariedades que acabou provocando a revolução, mas, como afirma João Ribeiro, “para a felicidade de todos, aportou à Bahia o novo governador geral, o Marquês das Minas, que conseguiu restabelecer a concórdia”. Porém, uma nova rebelião teve início em 1712, no governo de Pedro de Vasconcellos e Souza, quando pôs em prática o aumento do imposto destinado à defesa e à fortificação. Os revoltosos elegeram um *juiz do povo* para representá-los e foram ao palácio do governador exigir a revogação do novo imposto e o restabelecimento do antigo preço do sal. A reivindicação não foi atendida, o que

aumentou a exacerbação dos rebeldes, que resolveram, com as próprias mãos e à força, fazerem-se justiça; dirigiram-se ao contratador do monopólio do sal, cujo domicílio foi varejado; saqueado os cofres e gavetas, que abriram, ao que se seguiu a demolição do prédio, que abateu entre as vozearias da canalha amotinada. A família do infeliz contratador, como ele inocente, logrou escapar à fúria indecorosa da ralé.¹⁷³

¹⁷² Idem. “Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo”. In: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1898.

¹⁷³ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 202.

Os adjetivos nos enunciados “canalha amotinada” e “fúria indecorosa” ilustram a posição de João Ribeiro em relação às rebeliões. Para ele a experiência dessa rebelião provou que a concessão liberal dos *juízes do povo* tolhia e às vezes anulava a ação do governador e que “era próprio deste tribunate revolucionário agitar as baixas paixões do vulgo e nelas fundar o seu único prestígio”.

A revolução nativista pernambucana, a guerra dos mascates, foi travada entre a aristocracia brasileira dos senhores de engenho, que em sua maioria habitava Olinda, e os negociantes portugueses de Recife, apelidados, com escárnio, de *mascates*. A raiz do conflito estava na luta pela hegemonia; Olinda, antiga capital decadente não aceitava ceder espaço para próspera Recife, devido ao “espírito nativista dos pernambucanos, que nunca podiam tolerar de boa vontade os ascendentes dos portugueses”. O conflito entre os dois grupos durou um ano.

A revolução nativista em Minas, também chamada de revolta dos emboabas, tem como principais antagonistas os paulistas, responsáveis pelo estabelecimento das primeiras minas de ouro, e os forasteiros (emboabas) que foram atraídos pela notícia da descoberta de ouro na região. O desfecho da revolta foi em favor dos emboabas que conseguiram impor duras perdas aos paulistas.

Com a descrição dessas duas revoluções nativistas, João Ribeiro fecha a primeira parte (a) do capítulo “A formação do Brasil” que trata da história comum. Em seguida João Ribeiro escreveu a parte (b), chamada história local, que cuida da história de grandes grupos locais espalhados pelo território brasileiro.

Foram esses grupos (que ainda o são por vários aspectos) não menos de cinco: 1º O **Extremo Norte**, o antigo Estado do Maranhão (do

Amazonas ao Ceará) que até os tempos da independência desenvolveu-se separadamente do governo geral, e ainda no momento da emancipação política pensou-se nas cortes portuguesas separá-lo do resto do Brasil como o fez a Inglaterra com o Canadá ao emancipar-se a América do Norte. 2º O **Norte**, a capitania geral de Pernambuco, em cuja esfera de influência, provada sempre na conquista holandesa e na revolta de 1817, entravam R. G. do Norte, Paraíba e Alagoas; corresponde esse grupo ao Brasil holandês no momento do armistício. 3º O **Centro**, isto é, a Bahia e as dependências suas, Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro a ela agregadas. 4º O **Interior**, que é S. Paulo com as terras de oeste, sul e norte, conquistadas pelos bandeirantes paulistas, isto é, Paraná, Goiás, Minas, Mato Grosso, que depois se desagregaram e formaram capitanias à parte. 5º O **Rio de Janeiro**, a única cidade do litoral da colônia que tinha grande importância equivalente e logo maior que Bahia e Pernambuco; ao Rio fica submetido todo o fraco litoral do sul, (aberta apenas a exceção de S. Paulo) isto é, Santa Catarina e Rio Grande, ambas de povoação recente.¹⁷⁴

João Ribeiro expõe a característica de cada um desses grupos, destacando o papel de cada na formação do todo que se tornou a nação brasileira.

O capítulo VI (Definição territorial do país) trata uma preocupação entre os que lutam pela afirmação da nacionalidade: a demarcação e defesa da fronteiras. Não por acaso que esse capítulo, que se divide em duas partes, tenha como título da primeira parte As fronteiras. Nesta parte, João Ribeiro afirmou que no século XVIII a definição do território exato tornou-se inevitável. As ocupações e conquistas realizadas por jesuítas e paulistas ampliaram a área da antiga colônia. Desta forma, afirma João Ribeiro, em outro livro:

Ficava já muito longe a capitulação de Tordesilhas que foi o primeiro esboço de limitações entre Espanha e Portugal, no momento da conquista da América. A decisão arbitral de Alexandre VI papa de origem espanhola com toda a sua imprecisão geográfica num tempo que ainda o Brasil não fora descoberto era realmente uma convenção imaginária entre as possibilidades de ambos os países com o intuito evidente de embargar a audácia dos navegadores portugueses.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Idem, pp. 227-8.

¹⁷⁵ Idem, *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro. Oficina Industrial Gráfica. 1930, p. 9

Para estabelecer a extraordinária extensão do Brasil, ocorreram conflitos de duas origens: com a Espanha e com a Guiana. Esta região, observa, João Ribeiro, é apenas a expressão geográfica do ardente território entre o Orinoco e o Amazonas. Ele acha curioso que tanto espanhóis e portugueses não se interessaram por essa região que Colombo apontou como a *Estrada da Paraíso* (Orinoco) e onde mais ou menos colocou a lenda o *El Dorado*. Diante deste abandono, a região tornou-se uma espécie de compensação para os holandeses, franceses e ingleses, que não conseguiram fixar-se no Brasil.¹⁷⁶

Os franceses conseguiram fixar-se na vizinhança do domínio português, na ilha de Caiena fundaram uma colônia (1664) que, pertence à Companhia francesa de comércio das Índias Ocidentais, logo dez anos depois passou ao domínio da Coroa da França (1674); os aventureiros franceses de Caiena foram expandindo o seu comércio até aquém do Cabo Norte e tentaram por vezes, não sem êxito, navegar pelo rio Amazonas contra a resistência das autoridades brasileiras; por outra parte, nas terras interiores eram freqüentes os protestos dos missionários contra os aventureiros daquela nacionalidade. Gomes Freire de Andrada (1685-87), capitão general do Pará, enviou neste sentido uma reclamação ao governador de Caiena atestando o direito português sobre ambas as margens do rio e a sua exclusiva navegação. Era esse protesto tido a conta de inútil impertinência num tempo em que reinava sobre os franceses o mais poderoso dos seus reis [Luiz XIV].¹⁷⁷

No que se refere às Guianas inglesa e holandesa, João Ribeiro lembrou que ambas não tinha limites determinado com o Brasil.¹⁷⁸ E que os limites mais naturais, mas às vezes incertos, seriam a divisória das águas do norte e das do Amazonas pelas elevações ou serras de Tucumumaque, Acarai. Em relação à América espanhola, a questão de limites foi regulamentada na época colonial

¹⁷⁶ Idem, *História do Brasil*. pp. 263-4.

¹⁷⁷ Idem, p. 265-6.

¹⁷⁸ De fato, na época da primeira edição do livro *História do Brasil* (1900) ainda não havia uma demarcação precisa entre o Brasil e as Guianas. No livro *As nossas fronteiras*, de 1930, João Ribeiro atualiza a informação datando a assinatura de tratados com essas duas Guianas. O acordo com a Guiana inglesa foi efetivado em 6 de junho de 1904 e retificado em 22 de abril de 1926; o tratado de fronteira com a Guiana holandesa foi assinado em 5 de maio de 1906. Ribeiro, João. *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro. Oficina Industrial Gráfica. 1930, pp. 126 e 134.

principalmente pelos dois tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777).¹⁷⁹

Na segunda parte, intitulada *As guerras do Sul. A colônia de Sacramento e as Missões do Uruguai*, João Ribeiro diz que

Para os lados do sul da América, em 1675, o último estabelecimento português era Laguna, e o primeiro espanhol era Buenos Aires; o largo trecho intermédio do litoral estava desocupado. Resolveu então D. Pedro II de Portugal criar um posto militar extremo no rio Prata. Sentinela avançada que devia guardar a fronteira portuguesa que devia guardar a fronteira portuguesa da América. Foi assim fundada em 1680 na margem esquerda do Prata a **Colônia do Sacramento**, pelo governador do Rio, D. Manoel Lobo.

Tornou-se esta colônia, em terras cuja posse ainda não estava regulada, o verdadeiro pomo da discórdia, entre portugueses e espanhóis. Sucessivamente é ela tomada, saqueada, destruída e depois restituída e reedificada, conforme as vicissitudes da política européia.¹⁸⁰

A abordagem que João Ribeiro fez em relação à fixação das fronteiras do Brasil demonstra a idéia de que a formação nacional pressupõe a consolidação de uma comunidade no território. Além disso, essa preocupação com demarcação territorial, por parte de alguns intelectuais, revela, na afirmação de Nicolau Sevcenko, um “temor obsessivo extremamente difundido e sensível em todo tipo de escritor, de que o Brasil viesse a sofrer uma invasão das potências expansionistas, perdendo a sua autonomia ou parte do seu território. Espantados com o ritmo delirante com que as grandes potências procediam à retalhação do globo terrestre, com os quistos de imigrantes inassimiláveis que se formavam e cresciam em seu território, e com o próprio vazio demográfico de amplos espaços do país que assumiam a feição de uma terra de ninguém, disponível a qualquer conquista, políticos, jornalistas, cronistas e escritores assumiam uma

¹⁷⁹ Idem, *História do Brasil*. pp. 267-8.

¹⁸⁰ Idem, p. 274.

postura de alarme e defesa, dando o melhor de si para aliviar a nação dessa aflição que em parte eles mesmos geraram.”¹⁸¹

Mas, além das questões de demarcação das fronteiras havia o problema da integração nacional. Como promover a consolidação da nação em um enorme território caracterizado por obstáculos e particularidades regionais? Esta era agravada pela distância e a precariedade dos meios de transporte.

No trabalho de Eliana Regina Dutra sobre o Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914), encontra-se um estudo que responde a questão colocada acima. “A construção e a consolidação da nação no espaço vai implicar em diferentes estratégias instrumentais e cognitivas, que o Almanaque vai acolher, e mesmo acionar”.¹⁸² Uma das estratégias implicou no estabelecimento de um patrimônio geográfico, o que significou descobrir o território pela história. Desta forma, tornou-se importante o estudo da “evolução da ocupação e a história do povoamento, a origem da nomenclatura dos povoados, vilas e acidentes geográficos, o histórico dos itinerários das expedições foram etapas importantes na construção de uma identidade geográfica que se queria disponibilizar. Textos de geógrafos, naturalistas, narrativas de viajantes, engenheiros e técnicos, vão ocupar, a seu modo, as páginas do Garnier com descrições minuciosas, dados estatísticos, atlas, mapas, itinerários, e quadros do terreno e das localidades dos territórios, os quais vão mostrar no espaço geográfico um espaço nacional. Os limites, o aspectos físicos, os acidentes geográficos, os rios e montanhas, as riquezas e os recursos naturais, as vias de comunicação, a população, o Brasil do interior, são elementos que vão retratando o país, fixando seus contornos,

¹⁸¹ SEVCENKO, Op. Cit. p. 84

¹⁸² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Almanaque Brasileiro Garnier: sob a direção de João Ribeiro*. Tese de titulação, Belo Horizonte, UFMG, 2005, p.130.

modelando a imagem de uma nacionalidade futura bastante promissora. O território, com as pujantes riquezas nele concentrada, torna-se assim um espaço de afirmação da nacionalidade brasileira em construção”.¹⁸³

João Ribeiro, que foi editor do Almanaque Garnier a partir de 1906 até 1914, em sua *História do Brasil* já havia cumprido parte desse programa quando identificou os cinco grupos locais em que se repartia o país.¹⁸⁴ Também foi dentro dessa preocupação com fronteiras e com a emergência de conhecer e integrar todas as regiões do país que o Almanaque Garnier, em 1910 e 1911, trouxe longas matérias sobre a expedição do Marechal Cândido Rondon, dando conta ao leitor “da existência de um Brasil que ele desconhece, inteirando-o da envergadura do esforço implicado na construção da nação republicana. O leitor é levado a compartilhar dos esforços de trabalho desses novos bandeirantes, das energias despendidas nos traçados dos caminhos ao longo das cabeceiras dos rios; do reconhecimento de vários desses rios e de sua respectiva travessia, com suas referências em segundos e as indicações de latitude; o contato com a tribo dos índios Nhambiquaras. (...). Pelo texto do próprio Rondon o leitor é inteirado da dimensão científica da missão e dos seus aspectos geográfico, etnográfico, antropológico e botânico (...).¹⁸⁵

Depois de tratar das fronteiras, João Ribeiro se ocupa com a questão da autonomia nacional no capítulo VII do livro *História do Brasil*, cujo título é o *espírito de autonomia*. João Ribeiro associa a luta pela autonomia do Brasil com formação étnica através da miscigenação. Esse capítulo é dividido em quatro partes: 1 – *Os antecedentes*, 2 – *Os conspiradores*, 3 – *Conspiração mineira*; 4 - *A execução do Tiradentes*.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Como já foi citado: 1º *O Extremo Norte*, 2º *O Norte*, 3º *O Centro*, 4º *O Interior* e 5º *O Rio de Janeiro*.

¹⁸⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. pp. 146-7.

Segundo o autor, para o advento da autonomia do Brasil concorreram episódios externos: Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e a exploração e o despotismo colonial e interno: o aparecimento da raça mestiça. Porém, esta só poderia agir com eficácia para a formação nacional sob a tutela de elite esclarecida, ilustrada na Europa de onde traziam os *primeiros germes da revolução* adquiridos de uma cultura universitária fundamentada nos princípios de Montesquieu, Rousseau e Voltaire. Havia, neste ponto, João Ribeiro reafirma a ligação da história nacional com os movimentos da história ocidental, deixando evidente uma visão *evolucionista* da história na qual a história humana é vista de forma linear, cujo ponto culminante seria a sociedade européia do século XIX. Nessa ligação, o homem de letra assume um papel fundamental; ele seria o elo que daria continuidade na América de uma história engendrada na Europa, ajustando a província ao padrão ocidental. É por este motivo que João Ribeiro prega que os historiadores brasileiros não devem separar a história nacional da história do mundo. A partir desse ponto de vista ele critica alguns historiadores do seu tempo:

O defeito dos nossos historiadores é o de separar, por preguiça ou comodidade, a história nacional da história do mundo. Essa anatomia reduz-nos a uma vida meramente celular, fora da morfologia histórica.¹⁸⁶

Entre os intelectuais pioneiros de inflamado ardor patriótico, inspirados na Ilustração do século XVIII, João Ribeiro cita Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel e José Joaquim Maia. Este último, João Ribeiro destaca como um entusiasta da Independência dos Estados Unidos que chegou até mesmo estabelecer contato com Thomas Jefferson, então ministro da recente república:

Na sua correspondência com John Gay, o grande político americano refere a conferência que teve com o estudante brasileiro em termos muito simpático; percebera para os Estados Unidos a vantagem de uma

¹⁸⁶ RIBEIRO, João. *As idéias na história nacional*. Autores e Livros, 16 de abril de 1944, p. 204.

grande aliança no sul do continente. Na entrevista que tiveram próximo às águas de Aix, recebeu informações exatas da possibilidade de êxito de uma revolução se Brasil fosse amparado pelos Estados Unidos.¹⁸⁷

Assim, o movimento de autonomia era uma conspiração de letrados. Mas, que só seria bem sucedida com a contribuição da raça mestiça. A ausência desta na Inconfidência Mineira pode ter sido o motivo do seu fracasso. É o que se pode inferir do seguinte trecho:

Quando os conspiradores de Minas resolveram angariar simpatia longe do foco revolucionário e enviaram *Tiradentes* ao rio lavraram só com isso a sua sentença; o que de fato a realidade confirmou. Um século antes, Minas confundir-se-ia com São Paulo, de onde recebeu o primeiro alento vital, e agora estava tão distanciada dos bandeirantes e principalmente do centro português, administrativo e comercial do Rio, como do país mais exótico do universo. Asilado no cimo das suas montanhas, de que tanto se orgulham os mineiros, só encontrariam um eco ao seu grito de liberdade fora do Brasil, ou em parte nenhuma. Desse isolamento das veleidades nativistas já podiam ilustrar-se como os exemplos de São Paulo e Pernambuco na história anterior.¹⁸⁸

Embora sendo malograda, a Conjuração Mineira com seu caráter de elevação intelectual e teórica, foi vista, por João Ribeiro, como precursora do movimento de autonomista brasileiro. Para João Ribeiro, tão altos exemplos nunca desaparecem sem deixar um grande proselitismo e que nenhum *homem de intelectual* do Brasil poderá estar jamais obrigado ao lealismo português:

O prestígio dos inconfidentes dissipou o último trabalho dos preconceitos e quebrou, ao menos para os espíritos, as cadeias da escravidão colonial.¹⁸⁹

Entre esses inconfidentes destacavam-se alguns homens doutos e ilustrados como Thomas Antonio Gonzaga, Claudio Manuel da Costa e Ignácio J. de Alvarenga. Mas, afirma João Ribeiro, que

(...) a alma da propaganda era o alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha originada de sua profissão, o *Tiradentes*, homem de espírito religioso, de grande coragem e de nobilíssimo

¹⁸⁷ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, pp. 288-9.

¹⁸⁸ Idem, p. 291.

¹⁸⁹ Idem, p. 292.

caráter, mas (tão engalanado andava de seus planos) o mais indiscreto de todos.¹⁹⁰

Tiradentes tornou-se herói da República. Essa construção ganhou força após 1890 quando 21 de abril foi declarado feriado nacional. Em seu compêndio João Ribeiro reforma essa imagem de herói:

Tiradentes era um espírito grandemente forte e na religião achou mais largo e substancioso conforto do que os outros companheiros de espírito leviano ou inconsiderado.¹⁹¹

A descrição que João Ribeiro fez dos momentos que antecederam a execução de Tiradentes assemelha a uma verdadeira apoteose de um herói que parecia ciente de sua missão heróica. João Ribeiro escreveu que “a cidade estava aparelhada como para uma grande festa em honra à divindade do governo supremo”. Nota-se também, na descrição dramática de João Ribeiro, um esforço de sacralização da pátria através dos gestos religiosos do herói a caminho da execução:

Tiradentes tinha ‘as faces abrasadas’, caminhava apressado e intrépido e monologava com o crucifixo que trazia à mão e à altura dos olhos. Nunca vira tanta Constância e tamanha consolação!(...) Subiu ‘ligeiramente’ os degraus, sem desviar os olhos do santo Crucifixo que trazia e serenamente pediu ao carrasco que não demorasse, e abreviasse o suplício. (...) Depois do *credo*, a um frêmito de angústia da multidão, viu-se cair suspenso das traves o cadáver do mártir.¹⁹²

Em relação ao ano de publicação do livro *História do Brasil* (1900) de João Ribeiro, o mito Tiradentes herói nacional estava ainda em construção (o livro foi publicado dez anos após a lei que transformou o dia da execução do mártir em feriado). Partindo desta constatação, pode-se considerar que João Ribeiro, enquanto autor de um compêndio que teve grande aceitação na época e algumas

¹⁹⁰ Idem. P.295.

¹⁹¹ Idem. p.299.

¹⁹² Idem, p. 299 e 300.

décadas depois¹⁹³, desempenhou um papel importante na cristalização de Tiradentes como herói nacional da República. Essa participação de João Ribeiro na construção do herói do novo regime pode ser vista como um dos aspectos da atuação política do homem de letras no final do século XIX, confirmando a afirmação de Ângela Alonso de que toda manifestação intelectual no Brasil era eminentemente política.¹⁹⁴

Enquanto historiador interessado na construção da nacionalidade, João Ribeiro tinha consciência do poder da mitificação do herói como instrumento político. Esse poder foi ressaltado por José Murilo de Carvalho quando afirmou que “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumento eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.”¹⁹⁵ A República no Brasil, recém-inaugurada, necessitava criar e propagar seu panteão, nisto o trabalho dos intelectuais era fundamental, principalmente dos historiadores autores de livros didáticos. Assim, o compêndio de história do Brasil de João Ribeiro deve ser lido levando em conta esse contexto.

No capítulo VIII do livro – *O absolutismo e a revolução: República e Constituição* – torna-se mais patente a postura política de João Ribeiro. Ele ressalta que a vinda de D. João VI ao mesmo tempo em que provocou transformações culturais e econômicas substanciais acirrou a rivalidade entre portugueses e nacionais.

¹⁹³ A História do Brasil de João Ribeiro foi editada até a década de sessenta. Há uma edição de 1964, revista e ampliada por Joaquim Ribeiro.

¹⁹⁴ ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 38.

¹⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 55.

João Ribeiro culpa o príncipe regente português de ter desmoralizado a monarquia principalmente por ele ter montado um aparato administrativo composto em grande parte por arrivistas portugueses adulares que mal tinham habilidades para as posições que ocupavam:

As antigas dignidades a que estavam ligados os méritos, os serviços, a responsabilidade ou a virtude, foram logo esbanjadas entre pessoas equívocas e nulas. Tal foi o excesso dessa liberalidade, diz Armitage, que no período de sua administração concedeu mais insígnias honorárias do que todos os soberanos da sua dinastia conjuntamente. Honras e dignidades monárquicas, com a perda do sentimento da hierarquia e do mérito, tornaram-se logo ridículos no ridículo dos seus indignos possuidores. Os bajuladores e favoritos, e a numerosa comitiva do rei, aos milhares, sem trabalho aquinhoaram-se em emprego novamente criados, pela prodigalidade insensata da Corte, que via nesse imprevisto dos personagens uma necessidade do seu culto externo. Desde logo, com tão perverso oficialismo que se derramou pelas capitâneas, renasceu com extremo vigor a antiga corrupção e a venalidade dos magistrados e funcionários, e parecia-se voltar aquele tempo em que o Frei Manoel do Salvador diziam serem quatro caixas de açúcar bastante para vergar a vara da justiça. E assim escoavam por um lado as vantagens que por outro tinham vindo da emancipação colonial, e não seria temerário afirmar que apenas os abusos da metrópole haviam mudado agora os seus arraiais para mais perto. (...) Era assim e sob tão sombrios auspícios que se implantava aqui a instituição monárquica.¹⁹⁶

Esse corpo administrativo, segundo João Ribeiro, formou uma espécie de nova nobreza lusitana no Rio de Janeiro que contribuiu ainda mais para afundar o sulco de antagonismo entre os portugueses e os brasileiros. Esse antagonismo se materializou em dualismo político: enquanto os portugueses, *filhos do reino*, aderiram ao *constitucionalismo*, visando democratizar a monarquia, os *mamelucos*, filhos da terra, abraçaram ao radicalismo republicano. A reforma política de 1820, em Portugal, foi fruto do *constitucionalismo*, ao passo que o radicalismo gerou o movimento de 1817. Dessa forma, o *absolutismo* implementado por D. João VI foi pressionado por dois adversários: constitucionalista e republicano.

¹⁹⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, pp. 308-10.

Na descrição que João Ribeiro fez desse momento político demonstrou sua posição política; mesmo frisando a inaptidão de D. João VI, João Ribeiro saldou a forma com que o seu absolutismo combateu a revolução de 1817, procurando afastar do país o contágio da revolução que já abrasava a América Latina.¹⁹⁷ Sobressai assim a postura anti-revolucionária de João Ribeiro; para ele as revoluções eram obras satânicas. Isto ele já havia deixado patente no artigo que escreveu quando estava na Alemanha quando disse que a revolução para ele não é progresso e que a sua genealogia remonta a revolta de Lúcifer.¹⁹⁸ Na parte do livro *História do Brasil*, em que comenta as agitações do período regencial, João Ribeiro afirma que

A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos. A irritação dos exaltados trará a agitação federalista extrema, o perigo separatista que durante a Regência ameaça o país do norte ao sul, a anarquização das províncias.¹⁹⁹

Esta aversão de João Ribeiro à revolução não significava um mero reacionarismo; significava uma descrença em qualquer transformação social que não fosse conduzida ou tutelada por uma elite esclarecida, ilustrada na Europa, para que a história nacional não se desprendesse do curso da História Universal. Além disso, nota-se uma postura crítica em relação a movimentos, que acaso tivessem obtido sucesso, poderiam fragmentar o país.

De qualquer forma, diante das novas idéias, o absolutismo não podia mais se manter nem em Portugal e nem no Brasil. Mas parece que num primeiro momento, para João Ribeiro, o *constitucionalismo* era preferível ao radicalismo republicano. É o que se pode inferir das seguintes observações:

¹⁹⁷ Idem, p. 311.

¹⁹⁸ Esse artigo que já citado neste trabalho foi publicado na *Revista Brasileira* em 1898 sob o título de “Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo”.

¹⁹⁹ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 354.

O *constitucionalismo* foi no mundo o triunfo máximo que conseguiu a revolução do último século. Era lícito repelir as fórmulas da Convenção; mas era já impossível emperrar-se nos moldes do absolutismo. Ninguém mais acreditava nas teorias antigas do *direito divino* e da *aliança do trono* e do altar; ao contrário, em sua essência o cristianismo está ao lado da fraternidade e da igualdade e foi de certo a grande alavanca da democracia moderna.

O *constitucionalismo* desviava a ficção da soberania, do príncipe para o povo, do rei para os congressos eletivos e a sua obra na Europa vai completar-se logo em seguida com a política da *unidade* dos povos e raças, dispersos e retalhados pelas combinações e conchavos dos príncipes.²⁰⁰

Em seguida, João Ribeiro comentou a repercussão da revolução constitucional no Brasil, mas ressaltando que em Pernambuco, palco da Revolução de 1817, ela foi encarada com indiferença.

O último capítulo do livro, *O Império – progresso da democracia*, traz a visão de João Ribeiro sobre a emancipação e consolidação política do Brasil. O processo de Independência foi visto como desdobramento do embate entre portugueses e brasileiros. D. Pedro I foi apontado como conciliador desse conflito para que a emancipação se concretizasse. João Ribeiro expôs uma visão positiva sobre D. Pedro I, mesmo ao comentar sua atitude de dissolver a Assembléia Constituinte:

Não era de certo a intenção do Imperador, pela dissolução da constituinte, retroceder ao absolutismo; ao contrário, apesar da sua educação incompleta e de sua inexperiência, ele sempre foi o que um poeta mais tarde chamou o *Rei da liberdade*, epíteto bem merecido do soberano que deu a constituinte a dois países. Pensou pois em reunir uma comissão que elaborou imediatamente a carta constitucional do Império, que foi brevemente aclamada e jurada pelos povos do Rio e pelo Imperador (25 de março, 1824) e mais tarde pelas câmaras municipais. Essa Constituição, onde os radicais viam garrotada a liberdade nas malhas do despotismo, era obra da sensatez e do mais puro espírito liberal.²⁰¹

Essa visão positiva em relação a D. Pedro I pode corresponder à intenção de João Ribeiro de reforçar, ou não contradizer, o culto construído em torno do

²⁰⁰ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 321.

²⁰¹ Idem, p. 346.

Príncipe Regente como Imperador herói fundador da nação. A Abdicação de D. Pedro I foi explicada por João Ribeiro como resultado da pressão advinda do aumento de deputados opositores na Câmara e da Imprensa por jornais federalistas e republicanos, que acirraram os rancores entre portugueses e brasileiros, acusando D. Pedro I de proteger as paixões hostis dos portugueses. Tudo isso foi potencializado pela indisciplina militar.

Fundamentado no livro *Um Estadista do Império* de Joaquim Nabuco, João Ribeiro analisa o resultado político da Abdicação, concordando que em certo sentido 7 de abril é uma repetição, uma consolidação de 7 de setembro. A Abdicação surpreendeu a nação porque se esperava do Imperador somente uma mudança de ministério. Ainda citando Joaquim Nabuco, João Ribeiro diz que os espíritos não estavam preparados para o que fazer após a Abdicação.

Os espíritos não se tinham preparado para soluções que não anteviam, e com sempre acontece com os movimentos que tomam o país de surpresa e vão além do que se desejava, as esperanças tornam-se excessivas, os espíritos abalados pelo choque exaltaram-se, e deu-se então este fato que não é nada singular nas revoluções: os mais ardentes revolucionários tiveram que voltar a toda a pressão e sob a inspiração do momento, a máquina para traz e para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida. Foi esse o papel de Evaristo sustentando a todo o transe a monarquia constitucional contra os seus aliados da véspera. Os revolucionários passavam assim de um momento para outro a conservadores, quase a reacionários, mas em condições muito mais ingratas do que o verdadeiro partido conservador quando defende a ordem pública, porque tinham contra si, pelas suas origens e pela sua obra revolucionária, o ressentimento da sociedade que eles abalaram profundamente.²⁰²

Nesse processo, João Ribeiro mostra o papel da imprensa como elemento agitador do período e a relativa liberdade de opinião do Primeiro Império. Entre os órgãos de imprensa ele destaca a *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga como a que exerceu maior influxo. É interessante observar que a descrição que João Ribeiro fez de Evaristo da Veiga como homem de imprensa e engajado na

²⁰² Idem, p. 356.

construção nacional, vai ao encontro de sua própria postura enquanto jornalista guiado pelo mesmo objetivo:

Evaristo da Veiga quis com a *Aurora Fluminense* fundar um jornal escrito com simplicidade, sem a afetação bombástica das folhas oposicionistas e demagógicas, mas também sem a mentira e o servilismo das folhas oficiais. Queria antes ser sincero que brilhante. A sua intenção, compreendendo que vivia numa nacionalidade de inexperientes, era vulgarizar por extratos e traduções as idéias dos economistas e filósofos políticos ingleses e americanos, mal conhecidos e pior interpretados. Essa fórmula de atividade intelectual estava entre nós na moda dessa época;²⁰³

Para João Ribeiro foi a ação de Evaristo da Veiga que conteve a onda demagógica de 7 de abril, defendendo a unidade nacional. A postura contra os movimentos separatistas foi o que João Ribeiro mais admirou no jornalista e no homem político Evaristo da Veiga.

Do período regencial João Ribeiro destaca a luta contra as revoltas separatistas e as lutas parlamentares que resultou na criação do Partido Conservador; ele considera que

A Regência, com seu governo eletivo e democrático, com a frágil simpatia de um partido sem têmpera despótica, e infenso às asperezas da luta, sem apoio e com animadversão declarada do exército, sitiada entre os restauradores e os exaltados sem mendigar o favor dessas extremas parcialidades, e antes as combatendo, foi de certo a era da maior virilidade na história política do Brasil.²⁰⁴

João Ribeiro fecha o livro *História do Brasil* tratando da a *Abolição* e da *República*. A política de D. Pedro II adotou, em relação a escravidão, a idéia de uma emancipação gradual. Referindo-se à Guerra da Secessão dos Estados Unidos, João Ribeiro afirma que a Abolição exigia meditada prudência e sucessivas reformas para se evitar as atrocidades de uma guerra civil. Esta cautela que gerou a leis de 1871 (Ventre Livre) e de 1885 (Sexagenário). A Lei Áurea de 1888, que emancipou os escravos, observa João Ribeiro:

²⁰³ Idem, p. 358.

²⁰⁴ Idem, p. 367.

(...) mais que todas humana e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores; ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam o valor aproximado de quinhentos contos. A humanitária reforma produziu pois inúmeros descontentes entre aqueles que representando a fortuna pública, eram por isso mesmo os esteios da Monarquia conservadora, instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal sofrida pelos exaltados e radicais que estavam quase todos, como era natural, entre os abolicionistas.²⁰⁵

Assim, o movimento republicano foi fortalecido tanto pela adesão de agricultores insatisfeitos com a Abolição quanto pela indiferença de outros ex-monarquistas conservadores. Contando com o apoio nas fileiras do exército da habilidade da imprensa republicana, a República foi instaurada em 1889.

A República, assinalou João Ribeiro, era uma antiga aspiração do povo genuinamente nacional, ou a raça mestiça. Enquanto a Monarquia representou a vitória da conciliação entre portugueses e brasileiros, a República significou o triunfo exclusivo dos nativistas.²⁰⁶

²⁰⁵ Idem, p. 385.

²⁰⁶ Idem, p. 385.

HISTORIA DO BRASIL

POR

JOÃO RIBEIRO

Professor de Historia da Civilização e Historia do Brasil
do Gymnasio Nacional

Com um prologo de Araripe Junior

CURSO SUPERIOR

2ª EDIÇÃO

SBD-FFLCH-USP

145387

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

RIO DE JANEIRO

S. PAULO

Rua do Ouvidor n. 134

Rua S. Bento n. 45

1901

27605

BIBLIOTECA
HISTÓRIA - FFLCH
USP

1.1 História e construção nacional

O termo formação presente no título dos capítulos IV e V pode revelar a preocupação com a construção nacional através do levantamento de elementos específicos que de uma forma ou de outra participaram da formação do país. Esse é bastante recorrente na história intelectual do Brasil. Em estudo sobre Antonio Candido, Otília Beatriz Arantes e Paulo Eduardo Arantes afirmam que “salvo em casos flagrantes de auto-engano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*”. Para os autores a recorrência do termo é prova de uma verdadeira obsessão nacional e citam os principais casos: *Formação do Brasil contemporâneo*; *Formação política do Brasil*, *Formação econômica do Brasil etc.*²⁰⁷ De acordo com eles, quando publica a *Formação da literatura brasileira*, constituindo a trajetória dos brasileiros no anseio de ter literatura, Antonio Candido parecia partilhar com o mesmo desejo coletivo de construção nacional.²⁰⁸

Para João Ribeiro o sentido do termo *formação do Brasil* era o de construção nacional. Nos dois capítulos (IV e V) ele identifica os elementos constitutivos da formação nacional que subdivide em *história comum* e *história local*.

Na apresentação da 16ª edição da *História do Brasil*, em 1957, sob o título *A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional*, Joaquim Ribeiro

²⁰⁷ ARANTES, Otília Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido de Formação: Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Editora Paz e terra, 1997, p. 11.

²⁰⁸ Idem, p. 13.

faz uma “genealogia” da formação historiográfica do autor. Realçando novamente a filiação de João Ribeiro à historiografia alemã, especificamente à história cultural (*Kulturgeschichte*) que tinha como grandes expoentes Riehl, Burckhardt e Gustav Freytag. Contrariando a escola de Ranke que fazia a história gravitar em torno da noção do Estado, esses historiadores da *Kulturgeschichte* focalizavam a cultura de modo a permitir a identificação de outros fatores que concorrem em sua multiplicidade para o evento histórico. Esta postura “deu ao historiador um ângulo de visibilidade que o ponto de vista tradicional não pode oferecer, pela estreiteza de sua órbita”. Na esteira dos seus conterrâneos sergipanos, como germanófilo, João Ribeiro repercutiu o movimento ***Kulturgeschichte*** no Brasil; não apenas nos seus estudos de história, mas também nos seus estudos filológicos.²⁰⁹

José Honório Rodrigues considera que a *História do Brasil* de João Ribeiro não fez nenhuma pesquisa decisiva, mas trouxe alguma contribuição importante ao nosso saber histórico. Podem ser destacados alguns subsídios originais e algumas interpretações felizes. O determinismo geográfico, presente na obra, não impediu João Ribeiro de periodizar com acerto e assim contribuir para uma melhor delimitação das diferentes categorias históricas de nossa evolução.²¹⁰

Brito Broca, em artigo intitulado *Um grande Livro*, ao mesmo tempo em que destaca a importância do livro *História do Brasil*, se mostra surpreso com o fato do livro ter sido pouco reconhecido enquanto obra significativa. Para Broca, João Ribeiro reforma inteiramente o plano da nossa história, escrevendo, ao mesmo tempo, um trabalho de alta qualidade literária. Pelo estilo, a harmonia da

²⁰⁹ RIBEIRO, Joaquim. “A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional” In. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1964, 18ª ed. p.V.

²¹⁰ RODRIGUES, José Honório *Teoria da história do Brasil*, 5ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978, p. 138.

construção, a arte. Ele também vê na história de João Ribeiro uma oposição à história consagrada no período, de autores como Varnhagen, Pereira da Silva e Melo Moraes. Com João Ribeiro a história deixa de ser obra de reis, dos chefes de Estado e dos heróis, para ser o esforço de um povo para se constituir em nação.²¹¹

Para Eliana Dutra, a *História do Brasil* de João Ribeiro apresenta uma interpretação republicana da história. Ela observa que, para João Ribeiro, fazer história era também fazer filosofia; só a reflexão filosófica pode assegurar o “sentido” da obra histórica. “Na sua história do Brasil, esse sentido foi procurado nas forças que teriam criado o espírito nacional no país, e esse espírito seria republicano”.²¹² Por essa razão João Ribeiro vê a República como a única forma de governo capaz de realizar o verdadeiro ideal da fundação da nação. Não é à toa que ele enxerga na República a “forma política definitiva” que vai ao encontro de “uma interpretação da História do Brasil onde a existência de uma raça mestiça seria a pedra de toque que determinaria o futuro republicano no país”. João Ribeiro observa no advento de uma raça mameluca o responsável pelo desaparecimento de uma lealdade em relação a Portugal.²¹³

Na introdução do livro, como já foi observado, João Ribeiro afirma que sempre houve nos movimentos de emancipação do Brasil duas correntes liberais separadas: uma que ele nomeia mameluca, que desde o século XVII deseja em suas revoluções a república, o federalismo e o abolicionismo: a outra, da sociedade colonial, que formou o constitucionalismo, o império e com ele a centralização e a unidade. João Ribeiro vê o fim dessa corrente com a

²¹¹ BROCA, Brito. “Um grande livro”. In. *Horas de leitura: Primeira e Segunda Séries*. Campinas, Unicamp, 19..., pp. 207-10.

²¹² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Op. Cit. p.203.

²¹³ Idem.

progressão das raças nacionais, os mamelucos. A Independência provocou a supressão das fontes da sociedade colonial e seu substrato estaria desaparecendo com o surgimento da República, a partir da ação das raças nacionais.²¹⁴ Nesse ponto nota-se que ao escrever a História do Brasil, João Ribeiro busca demonstrar os elementos que participaram da construção nacional. Ele pratica o que Eliana Dutra define como uma pedagogia da nacionalidade. A mesma que foi praticada quando João Ribeiro foi diretor do Almanaque Brasileiro Garnier.²¹⁵ A identificação da nação com o Estado Republicano, que é atribuída a João Ribeiro foi uma das linhas mestras da concepção de História desse almanaque, a outra foi a escrita da história “como um monumento nacional, praticada por alguns historiadores afinados com a moderna ciência da história”, demonstrando o encaminhamento do país na rota da cultura e da civilização.²¹⁶

Nas duas últimas décadas do século XIX a qualidade de “erudição” ganha características metodológicas bem definidas para os estudos historiográficos. Essa erudição passa assim a qualificar uma certa parte da produção cultural de um grupo de intelectuais que começa a se “profissionalizar” no campo dos “estudos históricos”, antes que as universidades iniciem a formação de especialistas nas áreas de história, sociologia, antropologia etc.²¹⁷ João Ribeiro foi um representante do tipo de erudito/historiador do fim do século XIX que marca as alterações no fazer historiográfico.

No discurso de posse no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1915, João Ribeiro deixa evidente o que ele entende por saber histórico e como

²¹⁴ RIBEIRO, João. Op., cit., p. XX.

²¹⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Op., cit., p. 204.

²¹⁶ Idem, p. 196.

²¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.

se pode usá-lo para responder questões sobre o sentido mais profundo de nossa identidade nacional, indagação que sempre mobilizara as atenções de nossos intelectuais. Se apresentando como intelectual que há 30 anos se dedicava ao ensino e à escrita sobre as questões nacionais, João Ribeiro ressalta que a história é feita “do” e “pelo” tempo, por isso não é matéria acabada, e sim uma “contínua substituição de idéias e de fatos”. Portanto, sua longa prática como historiador o conduziu à reflexão sobre a permanente transformação dos materiais do passado segundo a ótica do presente e que ao grado do presente, todo passado se transforma.

O presente quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho.

Hoje elevamos estátuas a Tiradentes, porque o nosso ideal de agora determinou esse culto. A fuga de D. João VI como se lia nos compêndios. Também em França os revolucionários de 89 ergueram um culto aos Brutos vingadores de Lucrécia. E assim, o presente modela e esculpe o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo.

A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a ética da atualidade.

O contrário seria o suicídio das nossas aquisições.

Os romanos buscaram em Tróia a sua falsa ascendência. Os bandoleiros eram já então homens honrados.

Isso não é falsificar por vanglória nem deturpar por jactância, nem mentir por amor da mentira. É estender ao passado as mais nobres ambições do presente. É ressuscitar o que é digno de ressurreição.

Com esta filosofia, ou antes, com este **pragmatismo**, é que tenho procurado surpreender o caráter ou a expressão mais geral de nossa vida.

O caráter de um povo, ou, o que é o mesmo, o fato mais assíduo e freqüente da sua História, pode talvez esclarecer-nos a sua vocação ou o seu destino.²¹⁸

Para Ângela Gomes essa perspectiva não significa que João Ribeiro abandone a idéia de “verdade”, porque ela não significa nem falsificação e nem mentira. A “verdade” existe e pode ser documentada através de pesquisa

²¹⁸ RIBEIRO, João. *A história do Brasil: discurso de posse no instituto Histórico*. Autores e Livros, 16 de abril de 1944, p. 198.

rigorosa. O que ocorre é que essa pesquisa historiográfica sofre o impacto da ótica do presente.²¹⁹ Essa autora observa que João Ribeiro, ciente do *métier* do historiador, estava voltado para classificação e coleta de documentos, mas, além disso, estava atento ao que considerava um dos atributos do historiador, que na sua postulação toma a forma de um consciente comprometimento com o presente. “Tal comprometimento se traduz tanto na constatação de ser o ‘passado’ um objeto construído pelo tempo presente, quanto na constatação de haver sempre um conteúdo ‘ético’ no trabalho do historiador. (...) Há uma diferença profunda entre ‘recuar’ no tempo para a comprovação de uma tese – usando os ‘exemplos históricos’ como meios – e trabalhar com o ‘tempo’ como uma noção que se conforma segundo o olhar do historiador. Nesse sentido, há uma dupla dimensão nesse olhar: ele precisa compreender os valores e ideais presentes na época e na sociedade que estuda e saber que está inevitavelmente inserido no contexto de sua própria época”.²²⁰

Para João Ribeiro o sentido profundo de nossa história é o “conservadorismo exagerado” de nosso povo: “o seu senso profundo e demorado das oportunidades”. Para patentear seu ponto de vista, passa a examinar fatos determinantes da história brasileira: “a luta pelo ‘mar fechado’, a adoção das capitanias hereditárias, a escravidão interminável, a Monarquia duradoura e República arredia”. Ainda, segundo João Ribeiro, citado por Ângela Gomes, “em todas as nossas experiências históricas, desde os primeiros passos, fomos ‘lentos, tardios e precavidos’”. Ele fecha esse

²¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit. p. 109.

²²⁰ Idem, p. 109-10.

raciocínio lembrando que na fauna brasileira tem um curioso animal que é único: a preguiça, que nos remete a um dos pecados capitais.²²¹

No artigo antes citado, João Ribeiro retoma a idéia da história como obra de erudição e de filosofia que interpreta fatos passados, dando-lhes um sentido sempre ligado às perspectivas do presente. Ele vê o Brasil “vagaroso” devido à sua extensão territorial, que exige grande esforço de coordenação o que provoca dispersão de energia. Ângela Gomes, embora observe neste ponto uma base geográfica-biológica, considera pouco ficar só nesta interpretação, porque o autor visa também fixar nesta visão um movimento político-cultural que marcaria a identidade do povo brasileiro. É por esse motivo que João Ribeiro retorna aos momentos cruciais de nossa história e lhe dá um outro sentido. Assim, o nosso território colonial foi explorado pela cobiça internacional pelo anacrônico “mar português”; os fundamentos dos sentimentos federativos vinculam-se às capitanias, tradição arcaica e feudal; a escravidão de persistência inaceitável evitou a guerra civil; a Monarquia evitou a fragmentação do país.²²² Dessa forma, nem sempre a lentidão é vista como desvantagem, porque no processo histórico do Brasil ela pode esconder mistérios e grandezas.

1.2 Polêmicas em torno do ensino de História

Como já foi observado, a *História do Brasil* de João Ribeiro apareceu como compêndio destinado ao curso superior. Com essa obra ele entra no embate sobre a questão curricular do saber histórico. Desde os primeiros anos do surgimento do Estado nacional a partir de 1822, a história proposta para o

²²¹ Idem.

²²² Idem, p. 110-1.

ensino nas escolas públicas do Brasil tem sido objeto de disputas de grupos divergentes. “As divergências entre as facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi perceptível pelo embate travado entre a História Sagrada em contraposição à constituição de uma História laica, de caráter positivista e cientificista.”²²³

A História Sagrada tinha seu conteúdo “disseminado em diferentes textos escolares, ou seja, nos livros de leitura para o ensino das ‘primeiras letras’ e em compêndios de História Universal destinados ao ensino secundário. No ensino primário, inicialmente, a História Sagrada era introduzida no próprio processo de alfabetização, estando inserida nas cartilhas e livros de leitura”. Os objetivos da História Sagrada eram bem delimitados: visavam a exortação moral através de um conjunto de acontecimentos de ordem históricas contidos na Bíblia²²⁴.

História Profana baseava-se nos pressupostos da ilustração que valorizava a racionalidade humana como fundamento da História da Humanidade e cujo agente principal era o Estado. Partindo das idéias de Charles Seignobos, essa concepção de história se fia na crença de “uma predestinação do povo europeu, da raça branca cristã, originária da Grécia e de Roma, que determinava os rumos de todos os povos. Negava-se a Idade Média, ‘tempo das trevas’ e tempo da Igreja recuperando a *antigüidade* como origem, raiz da civilização.”²²⁵

A instituição da República fortaleceu o ensino de História Profana, porque se difundiu a idéia de que a o ensino religioso devia ficar mais ao

²²³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana”. In: Ver. Brás. De Hist. São Paulo. V. 13, n 25/26, set. 92/ag. 93. p. 194.

²²⁴ Idem, p. 200.

²²⁵ Idem, p. 208.

encargo da família da igreja que do Estado. A escola devia ensinar uma moral que se restringisse “às noções essenciais de moralidade humana, comuns a todas as doutrinas e necessárias a todos os homens ‘civilizados’”. Pretendiam inculcar a idéia de uma moral eterna e universal sem que forçosamente estivesse de acordo com os preceitos e dogmas da doutrina Cristã, devendo o cidadão aprender a conviver com ‘as tradições, as crenças, as práticas de um culto cristão, israelita, ou qualquer outro’”.²²⁶

Para Circe Bittencourt parecia que se havia estabelecido um consenso de que a formação moral era tarefa da Igreja e a cívica do Estado. Assim, a moral profana da disciplina Instrução Moral e Cívica encarregava-se, em princípio, de ensinar dois conceitos básicos: família e pátria. “A introdução do ensino de Instrução Moral e Cívica nas escolas representou, dentro desta perspectiva, um apêndice da História, ou um acréscimo a esta disciplina, servindo para desenvolver o sentimento patriótico, direcionando a moral secular. Tal ‘sentimento patriótico’ não possuiu uma unanimidade entre os autores, variando entre ufanismos e a busca de um conhecimento capaz de gerar algumas atitudes de participação política.”²²⁷ A citar trecho do prefácio que João Ribeiro escreveu para o livro *A história do Brasil ensinada pela biografia dos heróis*, de Silvio Romero, Circe Bittencourt observa que tanto um quanto o outro vinculam-se à perspectiva que visa a participação política através do ensino da História. Para a autora, a História do Brasil de João Ribeiro “corresponde à criação de uma história nacional profana, alicerçada na busca da uma identidade cultural laica.”²²⁸

²²⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado. São Paulo, F. F. L. C. H. / USP, 1993, pp. 165-6.

²²⁷ Idem, p. 166.

²²⁸ Idem, p. 229.

A quem era endereçado o livro *História do Brasil*? Enquanto compêndio de história era endereçado aos estudantes. Mais precisamente aos estudantes do curso superior, como indica a página de rosto. Embora simples esse dado é significativo porque sendo enquadrado no gênero didático, o livro carrega determinadas características que influem na sua difusão e apreciação. Ligado ao poder instituído desde sua origem, o livro didático está mais sujeito à ingerência externa que outras obras não-didáticas. Além disso, as didáticas carregam a “peja” de ser obra menor; simplificação de um saber mais elaborado em outra esfera. Geralmente o autor do compêndio compila, no caso da História, fatos pesquisados ou registrados por outros estudiosos. Seria a transposição do saber erudito para o saber a ser ensinado, na afirmação de Circe M. F. Bittencourt. Mas esta autora não aceita a idéia de que o saber produzido pelas disciplinas escolares sejam simples redução ou simplificação do conhecimento erudito, porque “as investigações sobre a história das disciplinas (...) têm apontado para dimensões mais complexas sobre as relações entre os dois tipos de conhecimento e sobre a noção de ‘disciplina escolar’” Para Circe Bittencourt o saber erudito é um corpo dinâmico de conhecimento elaborado por especialistas que não compartilham de maneira pacífica os conteúdos, métodos e pressupostos de uma área científica específica. E que na construção de conhecimento atuam grupos diversos e muitas vezes heterogêneos e em muitos casos divergentes, ocasionando conflitos e alianças. Além disso, no ambiente escolar esse saber erudito estabelece outras relações de saber pela prática social de professores e alunos.²²⁹

²²⁹ Idem, “Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana”. In: Ver. Brás. De Hist. São Paulo. V. 13, n 25/26, set. 92/ag. 93. p.193.

A própria peculiaridade da *História do Brasil* de João Ribeiro, quer na sua concepção formal quer no seu conteúdo, não confirma uma possível hipótese inicial de que ela seja, enquanto pertencente ao gênero didática, uma obra menor ou uma vulgarização de um saber mais elaborado ou erudito. Três exemplos podem confirmar que a história escrita por João Ribeiro, a despeito do objetivo do autor, não é um mero compêndio. Em primeiro lugar, João Ribeiro transpôs para o estudo da história do Brasil elementos do cientificismo determinista (principalmente meio e raça) aliado a uma concepção culturalista da história. Em segundo, o impacto e a repercussão que o livro teve fora dos muros escolar, sendo livro de referência de jornalistas, políticos e outros letrados do período. Por último, pode-se destacar o fato da *História do Brasil* de João Ribeiro ter se tornado referência importante de livros que provocaram grandes impactos nos estudos sobre a sociedade brasileira; por exemplo: *Os africanos no Brasil* (1902) de Nina Rodrigues; *Formação Histórica do Brasil* (1911) de Oliveira Lima; *Casa-grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre.

O compêndio de João Ribeiro foi editado em momento de embate político e cultural. Politicamente era o momento de afirmação do regime republicano. Em relação à cultura era a ocasião da afirmação da nacionalidade, em que a produção de trabalho sobre a história nacional e a sua difusão eram pontos-chave. João Ribeiro estava bem ciente disso, basta observar a data da primeira edição do livro: 22 de abril de 1900, data do quarto centenário da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral.

Porém, o principal embate era entre o saber profano e o saber laico que se traduzia na História Sagrada versus História “Profana” ou “Civil”. A primeira tinha como base o cristianismo na aceção católica. A segunda era baseada no

cientificismo e no positivismo do período. “A visão histórica predominante que se divulgou por intermédio do ensino escolar durante o século XIX, foi a cristã. Esta versão histórica, entretanto, foi sempre alvo de polêmicas, com opositores que buscavam introduzir uma história profana capaz de inserir na futura geração de políticos e da elite econômica, os valores da modernização”²³⁰. Ainda que predominante, ao longo do século XIX, a História Sagrada foi sempre combatida pelos que defendiam a versão da História Civil. Houve momentos mais amenos, mas a conciliação foi impossível.

A História nacional começou a ganhar corpo a partir da década de cinquenta do século XIX. A ordenação cronológica surge como uma das questões básicas da História do Brasil na perspectiva da História Civil. “A construção da História Profana da nação enfrentava o problema de estruturar e articular os períodos para estabelecer a noção de um tempo histórico onde o sujeito principal era o Estado Nacional”²³¹. O que prevaleceu foi uma visão teleológica em que os fatos foram concatenados para o surgimento de uma “grande nação”.

Circe Bittencourt observa que “a crítica ao ensino de história do Brasil ocorria exatamente no momento em que esta disciplina escolar passava a se constituir internacionalmente como a área destinada a servir como formadora da cidadania e da moral cívica, passando a tornar-se obrigatória para as gerações escolares”. O processo de laicização do ensino foi reforçado pelo cientificismo das novas concepções historiográficas, favorecendo o surgimento de livros didáticos desvinculados da História Sagrada. “Os manuais passaram a se destacar pelo tom nacionalista, claramente ideológico, associado,

²³⁰ Idem, p. 203.

²³¹ Idem, p. 209.

contraditoriamente, ao cientificismo baseado em princípios de rigor e objetividade”²³².

Foi nesse contexto que a *História do Brasil* de João Ribeiro surgiu, concebendo a especificidade da formação nacional brasileira na fusão étnica do branco, do índio e do negro em país situado nos trópicos. Esta concepção só foi possível dentro do pressuposto de uma História laica a serviço da construção de uma nação resultante do caldeamento das três “raças”. É o que João Ribeiro deixou claro na introdução da primeira edição da *História do Brasil*, quando afirmou que nas suas feições e fisionomias própria, o Brasil deriva do colono, do jesuíta, e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Em outra parte do livro João Ribeiro reafirma a idéia da construção nacional a partir da ação e fusão dos três elementos étnicos:

O branco inteligente mas ávido e atroz, o negro servil e o índio altivo mas indolente, são os três elementos donde vai sair a nacionalidade futura. Mas a agitação étnica é toda subterrânea e está repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção.²³³

A construção dessa nacionalidade foi jogada para o futuro porque ela só poderia ser realizada ou completada pela população mestiça que João Ribeiro denomina como raça nova. Para o autor de *História do Brasil*, essa raça nacional é a base física da revolução e das grandes transformações do país; responsável pelo advento do *Abolicionismo* e da *República*.²³⁴

²³² Idem, p. 213.

²³³ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 71-2.

²³⁴ Idem, p.283.

João Ribeiro estende essa mesma interpretação para a história da

América:

O que sucede aqui sucede por toda a América latina, onde os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos. As revoluções americanas vestem as formas liberais e cosmopolitas mas são no fundo exclusivamente patrióticas e nativistas; para o europeu que a descobriu a América é a terra comum; para o americano é terra exclusiva.²³⁵

²³⁵ Idem.

Capítulo II - João Ribeiro: filólogo²³⁶ interessado

1 “A Língua Nacional”

O livro *A Língua Nacional* surgiu em contexto de disputa entre dois grupos. De um lado estavam aqueles que defendiam que a expressão lingüística do Brasil devia seguir os padrões estabelecidos em Portugal; do outro estavam os que pregavam a originalidade, ou especificidade, do português falado e escrito no Brasil. De forma genérica, o primeiro grupo foi denominado de *purista* e o segundo de *dialetista*.

No estudo em dois volumes, *O Português no Brasil*, Edith Pimentel Pinto, comenta a personalidade “paradoxal de João Ribeiro” cuja linha de pensamento não de fácil determinação, por causa de suas constantes reformulações. Como exemplo Edith Pimentel cita que no auge do *purismo*, em 1905, João Ribeiro publicou *Páginas de Estética* em que defendia idéias antagônicas as que

²³⁶ Como acontece com diversos termos em ciência social, o conceito de Filologia não é unívoco. Em estudo recente (*Elementos de Filologia Românica*), Bruno Fregni Bassetto fez um histórico do termo Filólogo e resume o resultado em três partes:

1) “As primeiras ocorrências nos textos gregos dos séculos V e IV a. C. apresentam a acepção etimológica de ‘amigo da palavra’, isto é, aquele que gosta de falar ou de ouvir a palavra. Um ou outro texto sugere a conotação de ‘tagalera’, como Ateneu, (38b); a grande maioria, porém, dá ao termo o significado de ‘estudioso’, ‘que gosta de aprender’, como em Plutarco (*Catão Maior*, 22,2) e Cícero (*Ad Atticum*, 11, 17), ou de ‘culto, sábio’, ‘refinado’, como estágio subsequente de quem aprendeu através da palavra, como em Aristóteles (*Retórica*, 1378b) e Cícero (*Ad Atticum*, XIII,12, 3).

2) Com Eratósteles de Cirene (275-194), filólogo é sinônimo de sábio, pessoa de vasta cultura e conhecimento em todos os ramos, expressos em muitos livros. Trata-se de uma espécie de título, posteriormente atribuído também a Ateius e Longinus. Esses filólogos estão sempre relacionados com a palavra – escrita ou falada ou ouvida – em geral. De fato, é uma especialização semântica do vocábulo, mas que coexiste com o significado etimológico e suas derivações polissêmicas mais imediatas. Nessas acepções, o termo é encontrado em textos até o século VI, quando se torna raro até praticamente desaparecer.

3) Com os primeiros indícios do Renascimento, na segunda metade do século XIV, volta-se a estudar novamente os clássicos na Itália e depois em toda a Europa. Reaparecem os filólogos, como os Escalígeros, Saumaise, Casubon, Wolf, entre tantos outros nomes conhecidos, que estudam, comentam e editam os clássicos latinos e gregos. Com isso se fixa o conceito moderno, em sentido estrito, de filologia como a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura.

Com exceção da conotação “tagarela”, todas as outras acepções do termo filólogo se encaixam a atitude

de João Ribeiro no trato com a palavra e vai ao encontro de sua definição de filologia: “A Filologia abrange a crítica, o comentário dos textos antigos, a história das línguas, principalmente naquilo que elas possuem do elemento literário e culto; (...) A vasta extensão do termo foi limitada por um adjetivo:

Filologia Comparada e nesse estado não essencialmente e *Lingüística*” (RIBEIRO, João. *Rudimentos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, J.Ozon+editor, pp. 7 e 8).

passara a defender em *A Língua Nacional*, em 1921. Ela ressalva que é justamente essas reformulações que lhe permitia colocar-se em dia com as últimas tendências em matéria de língua. Na opinião de Edith Pimentel, João Ribeiro escreveu *A Língua Nacional* “possivelmente contaminado pelo nacionalismo revigorado nas proximidades do centenário da Independência (...)”²³⁷

Trabalhos de ordem geral sobre o português do Brasil, afirma Sílvia Elia, foram ocupando o lugar deixado vago pelas monografias regionalistas. Sílvia Elia toma como ponto de partida o livro de Virgílio de Lemos *A Língua Portuguesa no Brasil*, publicada em 1916. Esse livro proclamava a existência de “um dialeto brasileiro, numa primeira fase barbarizado na boca das gentes incultas e, numa segunda, polido e disciplinado (naturalmente pelas camadas cultas), no sentido de aproximá-lo ‘dos bons e velhos padrões metropolitanos’(...)”²³⁸ Porém, o trabalho de Virgílio de Lemos teve pouca repercussão principalmente pela dificuldade de comunicação que havia na época. O livro fora publicado na então província da Bahia. Por isto, para Sílvia Elia, o primeiro trabalho sobre o assunto que teve maior repercussão nacional foi *A Língua Nacional* de João Ribeiro.

A orientação teórica de João Ribeiro em relação ao estudo lingüístico passou do critério naturalista para concepção culturalista ligada à história cultural (*kulturgeschichte*) alemã. O movimento contra a abordagem naturalista, no campo das ciências sociais e humanas surgiu a partir das escolas filosóficas alemãs de Baden e Marburgo. Mesmo apresentando algumas diferenças, essas duas escolas

²³⁷ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*; textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro: LTC/EDUSP, 1982, pp. XXXV e XXXVII.

²³⁸ ELIA, Sílvia. *Fundamentos Históricos-Lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2003, p. 15.

tinham como ponto comum considerar “a reflexão sobre a cultura o problema central da filosofia e visam uma filosofia de ação. Tanto uma como outra procuravam compreender o mundo da cultura e seus mundos particulares (a ciência, a moralidade, a religião, o direito, a arte) como uma criação do espírito”. Em suas análises, ambas adotaram critérios antinaturalistas.²³⁹ Desta forma, em seu estudo filológico, João Ribeiro passa a considerar as condições históricas e sociais do momento em que a língua está inserida. Essa perspectiva culturalista, no estudo da língua, leva João Ribeiro a valorizar a etnografia e o folclore na explicação de termos e frases do vernáculo.

A visão de João Ribeiro sobre folclore pode ser uma das chaves para entender a sua análise sobre a língua e história nacional. Essa é encontrada na síntese que João Ribeiro faz do seu *O folclore*:

(...) é, pois, uma pesquisa da psicologia dos povos, das suas idéias e seus sentimentos comuns, do seu inconsciente, feito o refeito secularmente e que constitui a fonte viva donde sai os gênios e as individualidades de escol. É como a linguagem cotidiana e vulgar em confronto com a expressão altíloqua dos escritores e dos poetas.²⁴⁰

Para João Ribeiro o papel do folclorista é buscar a psicologia coletiva, que ele também denomina psicologia étnica, alma do grupo, alma da raça, que seria o fundo comum e camada primordial *que explica e define o caráter especial de cada povo. No seu tríplice aspecto psíquico antropológico e histórico.*²⁴¹

Essa visão fica patente quando João Ribeiro recorre à psicologia para explicar a diferença de colocação pronominal (próclise) no Brasil em relação a Portugal. Usando como exemplo as frases *me diga...* e *me faça o favor...*, Ribeiro observa nestas a suavidade e doçura em contraposição à *diga-me* e

²³⁹ RIBEIRO, Joaquim. *Introdução*. In:

²⁴⁰ RIBEIRO, João. *O folclore (estudo de literatura popular)*. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos, 1919, pp. 14-5.

²⁴¹ Idem, pp. 7-8.

faça-me, que são duros e imperativos. E infere que *O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem*. Enquanto no primeiro pede-se, no segundo ordena-se. O que seria um suposto erro gramatical, para João Ribeiro é expressão diversa da personalidade nacional; porém, assinala que quando pretendemos ser imperativos nós praticamos, inconscientemente a vernaculidade dos pronomes. Por exemplo, se há necessidade de ordenar a retirada de alguém, entre brasileiros se diz : *Safa-se! Raspa-se! suma-se!* Para Ribeiro a expressão é vernaculizada pela ênfase, por isso ela só é admitida onde não contraria a índole do brasileiro. Na conclusão dessa explicação psicológica ele cai no determinismo nacional: *Em geral todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício d'alma, destrói os meios-tons, e os matizes criados sob a luz e céu americano*“.²⁴² E, também, aponta a lei do menor esforço presente na história da linguagem como a razão principal da transformação de “*diga-me*” em “*me diga*”. Neste ponto, a preguiça do brasileiro, longe de ser um crime , segue uma lei da língua.

A visão de João Ribeiro sobre o folclore serve para dar um lastro de coerência entre a sua concepção de história e de língua nacional, principalmente no que se refere à idéia de psicologia étnica, ou a alma coletiva. Seguindo o pensamento de um conjunto de autores alemães (entre eles Hermann Steinthal, Moritz Lazarus e Wilhelm Wundt) que na segunda metade do século XIX desenvolveram os primeiros trabalhos numa área que ficou conhecida como psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), João Ribeiro explica a formação dessa psicologia étnica:

²⁴² RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*, p. 11-2.

A linguagem, o direito, a moral, a religião, a literatura ou arte são fenômenos de coexistência, de inspiração e de limitação recíproca entre os homens. Desde logo, todas estas formações sociais começam, como continuam, sendo sempre produtos mutuais da alma coletiva e acabam por criar em todo o curso da cultura um fundamento e um substratum antigo tornando inconsciente e instintivo. É o elemento mental conservador. (...) Tudo que é do homem vem do seu lar, da família, prole, do bando, - ambiente inesgotável donde se alimenta, base física donde se desprende mais tarde a sua energia, sensibilidade subtil e pessoal. (...) O que verdadeiro, porém, é o Volksgeist, o espírito social, que nos dá a exegese de todas as coisas do espírito.²⁴³

Diante disso, para João Ribeiro não dá para prescindir da psicologia étnica para explicar os fenômenos e as doutrinas sociais. Essa concepção teórica de João Ribeiro não contradiz a sua idéia sobre a formação racial da sociedade brasileira. Na verdade ela complementa. Se o Brasil é formado pela miscigenação de três etnias (o branco, o índio e o negro), o estudo sobre a formação da brasilidade deve partir do estudo das tradições, contos, superstições populares das três etnias. Por essa razão, que tanto na *História do Brasil* quanto em *A língua nacional* encontramos referências no sentido de demonstrar que nas vicissitudes da língua e da história pode-se encontrar a alma brasileira.

Neste ponto também, João Ribeiro se aproxima de Sílvio Romero. Para ambos o complexo das tradições brasileiras é mais variado do que a portuguesa por causa da presença do índio e do negro.

Temos problemas etnográficos e lingüísticos que não existem em Portugal.

O primeiro trabalho a fazer neste terreno era, depois de coligir os materiais, indicar o que pertence a cada uma das raças que constituíram o nosso povo, e, por último, quais são as produções recentes originadas dos mestiços e das populações atuais.

Começemos pela poesia anônima.

Aí os autores diretos são os portugueses ou seus descendentes brancos e mestiços; não porque os índios e os negros não tivessem também uma poesia rudimentar; mas porque, predominando a língua portuguesa, as canções tupis e africanas tinham de passar para esta língua, a fim de derramarem-se entre as populações novas.

²⁴³ RIBEIRO, João. *O folclore (estudo de literatura popular)*, pp. 9-10.

Só improvisavam na língua portuguesa, como sua, os europeus e seus descendentes. Os negros e índios, reduzidos à escravidão, ficavam porém bilíngües; falavam seu idioma nativo e o português. (...) Os negros e índios bilíngües sabiam naturalmente as canções originais de sua raça e podiam comunicá-las aos seus descendentes na língua adotiva. Assim se explicam os fenômenos da justaposição de duas línguas num mesmo canto, e da existência de certos cantos espalhados em nosso idioma, os quais são de feição evidentemente tupi ou africana.²⁴⁴

Para Sílvio Romero a experiência história que transpôs a língua portuguesa para a América a diferenciou do português europeu, principalmente pela ação de outras etnias. Por isso, João Ribeiro afirmou que a nossa língua é a portuguesa, mas enriquecida e adaptada ao novo e longínquo ambiente a que veio respirar²⁴⁵.

Publicado em 1921, *A Língua Nacional* surgiu como um manifesto que visa demonstrar não só a especificidade da língua portuguesa falada no Brasil, em relação a falada em Portugal, mas também demonstrar a importância da língua na construção e na afirmação da autonomia nacional. Nas *Cartas Devolvidas*, comentando esse livro, João Ribeiro afirma

Em livro que anda por aí – *A Língua Nacional* – sustei a doutrina fácil de que nós outros brasileiros tínhamos direito à independência da linguagem com que nos comunicamos na América.

Não era propriamente um direito a constituir, mas, era a apologia daquilo que já estava feito por movimento incoercível.

Parecia-me, e parece-me ainda inexplicável toleima a tentativa de imobilizar a língua portuguesa que herdamos dos nossos maiores.

- Não sofrerá a língua, que em toda a parte tem história e evolução, as suas alterações normais e inevitáveis?

- Sofre-as, sim (responde um extremado purista), mas só em Portugal é que as sofre; cá, todo nosso dever e expediência consiste em tomar informação do que vai acontecendo por lá.

Foi contra essa férrea e estúpida coação que lancei o flébil desafio da língua nacional.

“A língua nacional, escrevi, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida, independente e livre em seus movimentos”

²⁴⁴ SÍLVIO, Romero. *História da literatura brasileira*, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto), p. 123-4.

²⁴⁵ Em texto escrito em 1873, Machado de Assis aborda a questão da língua portuguesa na América: “Na há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força, entram no domínio de estilo e ganham direito de cidade”. Assis, Machado. *Instinto de Nacionalidade*. In: Crítica literária. Rio de Janeiro. W. M. Jackson Inc. 1955, p. 147.

Não era coisa nova,em verdade. Teoricamente, esse direito de independência vinha reclamado pelos nossos grandes escritores desde Alencar: e na prática todos nós, consciente ou inconscientemente, estávamos, estamos e estaremos sempre a diferenciar e a integrar o nosso vocabulário e nossos modismos idiomáticos.²⁴⁶

A afirmação de que a língua nacional é por essência a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos, João Ribeiro escreveu no posfácio do livro *A Língua Nacional*, intitulado Epílogo. Naquele mesmo espaço, ele esclarece a sua intenção ao fazer tal afirmação:

Com esse intuito, e esse fundamento, foram escritas as páginas do nosso livro que não inculcam língua nova, mas revelam os matizes, as variações, e a originalidade do pensamento americano.

Não procuramos sistematizar o vocabulário acrescido à língua européia, trabalho que já foi iniciado pela Academia Brasileira. Quisemos apenas dar uma amostra da fraseologia nacional, com o estudo das origens e com a documentação que pudemos alcançar em alguns momentos de pesquisa e de experiência.

Em grande parte, os fragmentos aqui reunidos viram a primeira luz na excelente revista dos esposos Clóvis e Amélia Bevilaqua – **Ciências e Letras**. Aqui lhes agradecemos a generosa e amiga hospitalidade.

Outros fragmentos saíram na – **Revista de língua portuguesa** – que dirigida com grande competência por meu amigo o dr. Laudelino Freire é hoje o órgão mais importante e de maior autoridade na matéria.

Outra parte ainda é inteiramente inédita, como é provável que o pareça toda a obra, para quase todos os leitores.

Pode ser causa de reparo a repetição de dois fragmentos já editados no meu livro – **Folclore**; mas não era razoável excluí-los do lugar mais apropriado.

Concluimos esta advertência final fazendo a observação de que as grafias incoerentes dessas páginas resultam da variedade, que ainda é regra, nas publicações impressas.²⁴⁷

Citações longas, mas necessárias porque expõem o próprio autor explicando e contextualizando sua obra.

A Língua Nacional tem trinta e um fragmentos que abordam aspectos característicos do brasileiro. Parto do princípio que ao escrevê-los, João

²⁴⁶ RIBEIRO, João, *Carta Devolvidas*. Porto. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926L, p. 149.

²⁴⁷ Idem. *A Língua Nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1933, p. 263.

Ribeiro buscava contribuir com a formação, ou construção, da brasilidade. A leitura de alguns títulos deixou isto evidente.

Logo no primeiro, *A Língua Nacional*, João Ribeiro medita sobre o sofrimento do homem no uso da sua própria língua para fugir da pecha de incorreção; a isso ele atribui o sucesso das seções jornalísticas que orientam como se fala e se escreve em Lisboa ou em Coimbra. Mas, no seu ponto de vista é “incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras”. O tom deste capítulo, que abre o livro, é panfletário e polêmico; bem ao gosto da época. Principalmente, levando em conta que o livro foi publicado um ano antes das comemorações do centenário da Independência. Momento propício para a reafirmação da nacionalidade. Nesta perspectiva, considerando o tom e o estilo, essa primeira parte do livro pode ser encarada como “um grito de independência lingüístico”. É o que fica patente na seguinte passagem:

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e métodos diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais. Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável. Falar diferentemente não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é a aberração teratológica da fisionomia paterna.

Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes.

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras.

O fato mais característico (por ser mais estudado e conhecido) é o da chamada colocação dos pronomes.

Fora daí, há uma multidão de outros pequeninos fatos que nos atarantam a ciência e dão largas ensanchas aos profissionais do – “o que se deve dizer”:

- Uma casa mobiliada.

- Não, senhor; diga uma casa “mobilada” que é como se diz em Lisboa.

- O trem “descarrilhou”.

- Alto lá! Diga “descarilou”, que é o certo. E “trem” não é palavra de bom cunho. “Comboio” é que é.

Eis o que é intolerável.

Ora pois. Somos um povo; vimos de festejar um século de Independência e não temos mais que uma Gazeta de Holanda cheia de calúnias e mentiras lingüísticas.

A primeira lição elementar de todas as ciências é que objetivamente não pode haver um fenômeno bom e outro mau ou ruim.

Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômenos.²⁴⁸

Nessa passagem que, pelo estilo, poderia ser chamada de manifesto lingüístico, João Ribeiro associa língua nacional brasileira com a liberdade e independência do Brasil em relação a Portugal: “Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português”.²⁴⁹ Fica implícita a idéia de que região e história diferentes reclamam expressão lingüística diferente. No caso brasileiro, formado por raça mestiça o idioma português deve ser, portanto, diferente do português de Portugal. *Expressões diferentes envolvem ou traduzem estados d'alma diversos.*²⁵⁰

Porém, ressalta João Ribeiro que sua luta pela língua nacional não é a defesa ou, muito menos, a apologia de solicismos, de barbaridades e defeitos indesculpáveis. “Tratava-se da independência do nosso pensamento e de sua imediata expressão”. Fundamentando sua proposição, João Ribeiro demonstra que a questão da afirmação da língua nacional não é exclusividade do Brasil. Outros países, com passado colonial, enfrentaram o mesmo problema. A título de exemplo, João Ribeiro cita o caso americano na figura de Rupert Hughes, romancista norte-americano, que propôs a independência de uma “Statish language”.

Em verdade, cá no sul como ao norte, precisamos de afirmar a existência de uma língua de Estado.

²⁴⁸ RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*, pp. 8 a 10.

²⁴⁹ TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos*. São Paulo, Ática, 1994, p. 87.

²⁵⁰ RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*, p. 10.

Esta não será uma língua nova mas um propósito da indiferença pela língua alheia.

O Sr. Rupert Hughes é um romancista de valor e que já mereceu o epíteto de Balzac americano, pelo vigor da expressão e sentimento da realidade. Neste momento o seu ultimo romance – “What’s the world coming to?” – escrito após a Guerra, conseguiu enorme popularidade.

Não é espírito vulgar que necessite de qualquer escândalo literário para forçar a atenção dos seus compatriotas.

Pois bem. Se tivéssemos de trasladar as palavras de seu artigo sobre a independência da língua americana, bastar-nos-ia substituir, os termos “statish” e “english” por – brasileiro e português – para que logo se percebesse a identidade dos casos.

Vale, pois, por uma justificativa do que temos escrito.

Vejam bem com Rupert Hughes rompe a questão: “Impõe-se desde já uma nova declaração de Independência.

“Será possível imaginar que um autor inglês (leia-se – português) tenha hesitações em empregar um termo qualquer sob o receio de que não seja entendido pelos americanos ou que estes o não aprove?”

“A hipótese é em si mesma absurda.

“Entretanto é essa a coisa mais comum entre os escritores da América; todos eles se preocupam de saber se a expressão necessária que lhe ocorre é ‘bom inglês’ (leia-se – bom português) e se está nos dicionários registrada com a pecha de ‘coloquial U. S.’ (leia-se – brasileirismo)”.

É exatamente o que sucede no Brasil, por uma submissão voluntária e inexplicável.

Devemos convir, como diz Rupert Hughes, que isso é absurdo, desprezível e servilmente colonial (“absurd, contemptible and servilely colonial”).²⁵¹

No próximo capítulo, intitulado *Antigüidade do brasileirismo*, João Ribeiro mostra que os primeiros brasileirismos apareceram no período colonial em documentos literários, nas cartas dos jesuítas e nas crônicas dos antigos historiadores. É a partir de novos vocábulos e expressões presentes nesses documentos que começa tornar-se claras as diferenças entre o português americano e português do Velho Mundo. Eram expressões técnicas e peculiares ao Novo Mundo; eram vocábulos que descreviam objetos, plantas, frutos e animais e seres novos, que não tinham designação específica na língua dos conquistadores europeus²⁵².

Ainda nesse capítulo, João Ribeiro segue fazendo um levantamento histórico dos brasileirismos, dando a Gregório de Matos o título de primeiro

²⁵¹ Idem, pp. 18 a 20.

²⁵² Idem, p.23.

escritor verdadeiramente nacional por, já no século XVII, retirar das vozes indígenas e africanas recursos para expressão de sua veia cômica.

No campo da lexicografia, João Ribeiro registra a ação de Antonio de Moraes e Silva, que nos primeiros anos do século XIX (1813), seguindo a planta do dicionário de Bluteau, compôs um dicionário com grande número de “vozes brasílicas ou portuguesas já diferenciadas na América”. Já na sua gramática que é de 1802, Antonio de Moraes apresenta anotações sugeridas pela linguagem brasileira.²⁵³

A divergência entre o vernaculismo português e o americano, diz João Ribeiro, se estabeleceu após 1822, com a Independência. Na colônia, os indivíduos mais inflados pelo separatismo adotaram nomes e apelidos indígenas ou nacionais (“Gês, tupinambás, Montezumas, etc.”) em oposição aos nomes portugueses. Na metrópole, ocorria o contrário. Antipáticos e ressentidos com a Revolução Francesa e com a hostilidade napoleônica, alguns intelectuais lusitanos abriram guerra contra os galicismos.

A guerra ao galicismo, a Arcádia literária e todas as formas de exagerado purismo representam a reação que desde os fins do século XVIII implantou a idolatria do – português de lei – que dispõe ainda hoje de alguns soldados fanáticos retardatários.²⁵⁴

João Ribeiro diz também após a separação política do Brasil em relação a Portugal, o movimento romântico, no viés indianista, acentua mais a divergência do português americano do português da Europa. Ele destaca que nesse período a divergência lingüística gerou “polêmicas talvez estéreis e questões talvez supérfluas, mas significativas”.²⁵⁵

²⁵³ Idem, p. 24.

²⁵⁴ Idem, p. 25.

²⁵⁵ Idem, p. 26.

João Ribeiro achou oportuno reproduzir, nesse segundo capítulo, um dos documentos mais antigos a respeito dos brasileirismos, escrito entre 1824 e 1825 pelo visconde de Pedra Branca, mas foi divulgado quase um século depois justamente na primeira edição de *A Língua Nacional* que é 1921.

Veio a luz no momento propício. Em Paris, o grande centro científico nos começos do século XIX, começava o ardor pelos estudos etnográficos.

Achava-se na capital francesa um brasileiro, Domingos Borges de Barros, barão e depois visconde de Pedra Branca, poeta e diplomata, ministro do Imperador, entusiasta da Independência da sua pátria, havia pouco emancipada da antiga metrópole.

Por essa ocasião preparava Adrien Balbi o volume de - Introdução à l' Atlas ethnographique du globe, em que se incluíam informações a respeito das raças e das línguas, espalhadas pela superfície da terra.

O visconde de Pedra Branca foi o colaborador do sábio geógrafo na parte referente à língua portuguesa da antiga colônia. Escreveu, pois, a breve e interessante informação que vamos transcrever e que por ser quase ignorada (pois não sabemos de referência alguma entre nós feita a esse trabalho) terá pelo menos o mérito de curiosidade bibliográfica.

Acreditamos que nesse mérito há alguma coisa melhor que a curiosidade: e era o conhecimento do assunto. Brasileiro, mas ao mesmo tempo possuindo os seus estudos universitários de Coimbra, a Pedra Branca não podia escapar o sentimento da diferenciação entre a língua da metrópole e a extinta colônia. Essa circunstância aumenta o valor de suas apreciações.

Também, e é uma consideração que lhe acresce a valia, o documento constitui a primeira contribuição teórica, que possuímos nesta matéria.

Até então os brasileirismos eram cá empregados no uso corrente, mas não ofereceram assunto a nenhuma dissertação acadêmica de origem portuguesa ou brasileira.²⁵⁶

Dessa colaboração de Pedra Branca, João Ribeiro destaca alguns tópicos:

Faceira – (coquette) é um brasileirismo que estranharam e censuraram mais tarde alguns críticos portugueses, Pinheiros Chagas e outros, pouco conhecedores da história da sua mesma língua. Faceira no século XVIII era sinônimo de casquilho, elegante, pelintra, *petimêtre*; a palavra tornou-se obsoleta em Portugal mas conservou-se no Brasil ainda que só aplicada exclusivamente à elegância feminina.

O *Anatomico Jocosos* que é um repositório da linguagem popular consagrou todo um capítulo (...) às ridículas dos faceiras. A palavra naturalmente ocorre muitas vezes: “Em Deus, amanhecendo, se levantará o verdadeiro *faceira* e sairá à janela...” “Assim preparado, caminhará o nosso *faceira* para a igreja”. “De tarde sairá para fora o bom *faceira* depois de formar o seu refresco de polvilhos...”

²⁵⁶ Idem, p. 27-8.

Seria escusado multiplicar as citas. A palavra foi aplicada ao pelintra ou ao elegante, ainda que o significado de *músculos da face* fosse o normal; a colônia apenas aceitou no vocábulo o significado que ainda hoje é nosso. E este caso não é único. Foram conhecidos naquele século, *Noruega* com o mesmo sentido que tem no Brasil e outros vocábulos ainda que não é aqui o lugar de registrar.

Tope – é também um arcaísmo; se os portugueses dão-lhe agora de preferência o sentido de – entrave – como registra Pedra Branca, nem sempre significou colisão ou choque – porque desde Bluteau está mencionado como palavra antiga no sentido de molho de fitas, em geral no chapéu. O tope verde e amarelo, auri-verde como lhe chamaram os poetas, veio a construir as cores nacionais da nossa bandeira, e dos dias da Independência

Capoeira – Nesta palavra não houve propriamente – *changement de signification*. Trata-se apenas de um homônimo casual entre o português *capoeira* derivado de *capão* (galo ou frango) e um vocábulo tupi – *ca-poan-êra* (literalmente mato redondo que existiu). Este sufixo era dá a noção de tempo passado aos nomes tupi-guaranis; temos assim substantivos de tempo passado – *capoeira*, *tapera* etc. Sem indicação expressa de origem brasileira, o nosso Moraes já tinha registrado o vocábulo na frase – *capoeira de foice* – que tem o sentido da palavra nacional.

Sotão – é um termo de sentidos contraditórios e opostos em Portugal; tanto significa o andar mais alto como o mais baixo. No Brasil está sempre o *sótão* no alto das casas e opõe-se a *adega* e *porão*. Evidentemente, a confusão de idéias nasceu do influxo romano (*so-sob-soto*, posição inferior) e da concorrência do árabe *sotéa* (açotea, posição superior).

Cécia – é outro arcaísmo português; *faceiras* e *cécias* são populares no século XVIII, e nos escritores modernos arcaizantes, ainda que escrevam *sécia*. Pedra Branca pensava naturalmente no verbo *cecear*, *ciciar*: os brasileiros foram sempre acoimados de *ceceosos*, isto é, de pronunciar o s como se fora c. Madureira Feijó, desde o século XVIII, recomendava não confundir as duas prosódias dando ao s o valor de c brando, (...) Contudo, não raro, os próprios portugueses confundiam e confundem ainda essa sutil distinção como o prova a palavra *sécia* ou *cécia* e ainda outras escritas diversamente *cerzir* e *serzir*, *Cintra* e *Sintra*, *cizânia* e *sizania*, *assuccena* e *assucar*, *açúcar* e *açucena*, *massa* e *maça*.²⁵⁷

João Ribeiro observou que a aparente confusão de excertos e vocábulos no trabalho do visconde de Pedra Branca se deve ao fato dele não ter buscado distinguir as origens tupis, africanas ou européias das palavras. Procedimento fundamental no trabalho de João Ribeiro, no qual defende a idéia de que a língua portuguesa no Brasil sofreu influxos de vocábulos indígenas e africanos.

²⁵⁷ Idem, pp. 33-7.

No entanto, mesmo apontando algum erro tipográfico e pequenas imperfeições na lista arrolada por Pedra Branca, João Ribeiro achou conveniente divulgar o documento, o mais antigo estudo sobre brasileirismo, para o conhecimento de amadores e estudiosos.²⁵⁸

Nos outros capítulos de *A Língua Nacional*, com o objetivo de documentar a realidade lingüística brasileira, autônoma em relação a Lisboa ou Coimbra, João Ribeiro recorre (além da própria tradição filológica brasileira e européia) aos relatos de antigos cronistas do século XVI, ao folclore europeu, indígena e africano (manifestado quer em lendas, quer em provérbios populares) e à historiografia nacional. É possível demonstrar isso observando a análises que ele faz em alguns capítulos.

Por exemplo, em *Beber água de chocalho*, João Ribeiro refere-se a um dito popular da região do nordeste para designar qualquer pessoa que fala demais, que “*fala pelos cotovelos*”. A este, dizem, *bebeu água de chocalho*. Segundo o autor, essa expressão é de uso freqüente em toda região que vai de Pernambuco ao Ceará, onde tanto superstições quanto crença firme em remédios populares fazem parte do cotidiano. O dito se refere à superstição de dar água em um velho chocalho à criança que nos primeiros anos de vida apresenta dificuldade para falar. De acordo com a crença popular o chocalho tem a virtude milagrosa de desembaraçar meninos e meninas.²⁵⁹

Medicina caseira e universal. O chocalho tem para o povo a virtude mirífica de desembaraçar a língua e as crianças que bebem por um chocalho dentro de poucos dias taramaleam algumas palavras. O abuso desta medicina leva naturalmente a formar tagarelas e papagaios precoces. Donde a observação aplicável a qualquer falador:

- *Bebeu água de chocalho*.

²⁵⁸ Idem, p. 38.

²⁵⁹ Idem, 39.

O fato e a explicação, observa João Ribeiro, já tinham sido documentados por outros estudiosos do folclore, como Pereira da Costa, autor do livro *Folclore pernambucano*.²⁶⁰

Na Pindaíba é outro vocábulo estudado por João Ribeiro e se refere à pessoa que está em extrema penúria ou necessidade; em falta de dinheiro e recursos. Ele disse que o modismo é de origem brasileira e indígena, mas as explicações propostas não lhe parecem satisfatórias, quando submetidas a cuidadosa análise.

João Ribeiro se refere à Beaurepaire Rohan²⁶¹, que registrou a expressão está *na pindaíba* no sentido exposto acima, definiu *pindaíba* como “a vara ou caniço a que se prende o fio do anzol”, e que o sentido da frase se prende a este fato. Para João Ribeiro era provável que Beaurepaire Rohan tivesse seguido a orientação de Batista Caetano²⁶², que definiu *pindaíba* como *vara do anzol*, do tupi *Pinda-ib*. E sugeriu a seguinte frase: *Che pinda-irehe aico Che caruha guama-ri* – “na minha vara de anzol estou (dependendo) para ter o que comer; vulgo, estou na pindaíba”.²⁶³ Ainda que aceite a origem indígena da palavra *pindaíba*, João Ribeiro rejeita a interpretação proposta pelos dois estudiosos:

A frase, aliás correta, foi adrede formulada com alguma imprudência e com o fim de extrair a etimologia da expressão. Mas e de si mesma coisa insustentável apesar da autoridade do nosso americanista. *Estar com o anzol* e, pelo contrario, ter o suficiente; ao menos para o índio, pescador ou caçador, não é o último recurso, e antes é o estado habitual e o da prosperidade.²⁶⁴

²⁶⁰ Idem, 40.

²⁶¹ Henrique Pedro Carlos, Visconde de Beaurepaire-Rohan. Polígrafo brasileiro (Niterói – RJ 1812 – 1894). Engenheiro militar chegou ao posto de marechal de exército. Distinguiu-se inicialmente levantando cartas geográficas, realizando explorações fluviais e traçando estradas. Em sua obra destacam-se a *Carta Geral*, e a *Carta do Império do Brasil*, de 1883. (...) É autor de uma valiosa memória econômica, *o futuro da grande lavoura e da grande propriedade* (1878), e de um Dicionário de vocábulos brasileiros (1889). [Grande Enciclopédia Larousse Cultural].

²⁶² Caetano de Almeida Nogueira Batista (Jaguari MG 1826 – Rio de Janeiro RJ 1882). Escreveu: *Ensaio de ciências* (1876); *Princípios e origem dos índios do Brasil*.

²⁶³ RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*, p. 48. neste ponto João Ribeiro também cita o jesuíta Ruiz de Montoya que no século XVII registrou a língua guarani, do tronco Tupi.

²⁶⁴ Idem.

Para João Ribeiro o sentido próprio para os índios de *estar na pindaíba* é o estar preso, num cipoal, tolhido ou amarrado. E não o de falta de dinheiro cujo fato de ter ou não ter era indiferente ou insignificante para os indígenas: "Não era noção compatível com a sua vida primitiva e inculta"²⁶⁵ Em seguida, João Ribeiro faz sua própria interpretação. *Pinda-aí* para ele é anzol, por analogia do *pau torto*, ou *graveto*, *cipó*, *não direito*, *recurvo*. Para ele este é o sentido preciso de *aí* e observa que algumas lianas conservam esse nome, citando o exemplo de *cipó Siconia acubada* dos botânicos conhecido no sul com o nome de *yagua pindá* e ainda a salsa e cipoal espinhento que se conhece com o nome de *unha de gato* era o Nhampindá dos índios:

Há, portanto, neste lugar uma confusão de denominação, mais ou menos afins, que convém esclarecer: *pindá*, anzol; *pinda-í* (ib) a vara de anzol, cipó ou graveto; do mesmo modo que *ibira-aí* pau não liso, com voltas, cipó, cipoal. Ora, se a expressão tem o sentido que proponho, é claro que tanto vale usar *pindá* como *ibira*. E é justamente o que acontece e escapou ao exame de Batista Caetano.²⁶⁶

Assim, João Ribeiro vê equivalência entre *estar na pindaíba* e *estar nas embiras*. Ele observa que até mesmo Beaurepaire Rohan registra *estar nas embiras* como se achar em dificuldades. João Ribeiro conclui afirmando que entende que *estar na pindaíba* ou *estar na embira* é estar amarrado, sem saída, em dificuldades e apuros. Porém a civilização trocou essas dificuldades naturais pela de dinheiro; assim surgiu o sentido moderno da expressão.

Nota-se que na explicação da locução *Na Pindaíba*, João Ribeiro construiu o seu ponto de vista recorrendo tanto ao conhecimento da língua e da cultura indígena quanto sua prática de filólogo. Tudo isto para fundamentar sua

²⁶⁵ Idem, p. 49.

²⁶⁶ Idem, pp. 49-50.

tese que a língua portuguesa foi enriquecida na América na convivência com outras culturas.

Assim, observa-se em João Ribeiro a busca da língua nacional como um elemento básico da construção da nacionalidade da mesma forma que em seus estudos históricos. Aqui, o historiador cede espaço ao filólogo. Mas, não há incompatibilidade porque da mesma forma que João Ribeiro recorreu a seus conhecimentos de filologia quando escreveu a *História do Brasil*, ao estudar a língua nacional seus estudos de história foram fundamentais. Por exemplo, no capítulo *Ditos históricos* ocorre uma clara aproximação do historiador com o filólogo.

Nesse capítulo, João Ribeiro comenta alguns modismos e expressões históricas e políticas. Estes últimos, diz João Ribeiro, são muito numerosos, mas pouco importantes.

Nascem, granjeiam imediata popularidade e logo desaparecem. A câmara dos servis de Silveira Martins, a confraria dos pedintes do senador Zacarias, e outros e epítetos, de vez em quando renovados sob aspectos vários, divertem a galeria por algum tempo, prestam-se a caricatura, mas tem vida precária e efêmera. Mais tempo que essas durou o eufemismo da indecisão calculada e marombeira no modismo – ficar na expectativa simpática – atribuído a um antigo parlamentar, a Barros Pimentel, o velho. Ainda volta a vida, com a volta também freqüente das atitudes dúbias. Sob a presidência do marechal Hermes tornou-se proverbial o *chateirismo*. No tempo da abolição os negros criaram o modismo da igualdade social: *tão bom como tão bom*. Seria inútil esboçar aqui um catálogo estéril em que entrassem o *fico!* de Pedro I, o *quero já!* ou o *já sei, já sei*, de Pedro II e outras antiquilhas mais ou menos históricas que se não repetem mais. Não pertencem à linguagem popular.²⁶⁷

Porém, João Ribeiro constatou a persistência de uma frase de origem política que conseguiu vulgarizar-se, tornando-se um modismo definitivo. Trata-se de *Para inglês ver!* Frase que designa qualquer atitude hipócrita que visa apenas manter a aparência. João Ribeiro acrescenta:

²⁶⁷ Idem, pp. 75-6.

Não é só o vício de exibicionismo, a boa parte; mas é também a contingência de aparentar alguma atividade útil. *Para inglês ver* – é, em suma, a hipocrisia da ação. A frase nasceu em outros tempos.²⁶⁸

João Ribeiro aponta que essa frase tem sua origem no tratado entre Brasil e Inglaterra, no qual esta última, para reconhecer nossa independência, exigia a suspensão do tráfico negreiro. Como o governo brasileiro, atendendo interesses das oligarquias escravocratas, não cumpria sua parte no acordo, os ingleses protestavam com freqüência. Em resposta, nossos dirigentes, coniventes com o crime, tomavam medidas falaciosas, simulavam interesse pela causa humana e expediam avisos e decretos *só para inglês ver*. Até a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, esse dito expressava a atitude da elite brasileira em relação à supressão do tráfico negreiro.²⁶⁹

Em nota no final do livro, intitulada *Index*, João Ribeiro apresenta outra explicação para a expressão *para inglês ver*. Trata-se de uma carta que o autor recebeu em 1913 de Vicent Ferrer, então vice-cônsul português, comentando um artigo em que João Ribeiro apresentou a mesma versão exposta aqui.²⁷⁰

Provérbios ou palavras de ascendência africana aparecem em diversas páginas do livro *A Língua Nacional*. No estudo desses vocábulos, João Ribeiro demonstra mais uma vez sua habilidade de polígrafo relacionando etnologia, folclore, filologia e história. É o que ocorre quando ele explica o termo *Jisabu*,

²⁶⁸ Idem, p. 76

²⁶⁹ Idem, pp 76-7..

²⁷⁰ Idem, p. 250. A carta do vice-cônsul foi escrita em Lisboa em 1º de abril de 1913. Acho útil reproduzi-la na íntegra para demonstrar o caráter polêmico que envolve a busca das origens de ditos populares, sejam eles históricos ou não: “Lendo com intenso prazer, aliás o que me ocorre com tudo quanto V. escreve, o seu artigo na **Ciências e Letras** referente a frase ‘*para inglês ver*’, penso que lhe não desgostará saber da versão que a respeito corre em Pernambuco e na Bahia, abonada pela opinião de alguns escritores antigos. Diz-se que D. João VI, ao chegar a Bahia, na sua quase fuga para o Brasil, decretando sob influência do Visconde de Cayru ou pelas sugestões do governo inglês, o que é mais provável, a liberdade dos portos brasileiros, mandara iluminar a cidade e como se lhe perguntasse, porque assim se regozijava em tão angustioso momento respondeu: **para o inglês ver** – referindo-se aos navios ingleses, que se achavam no porto. Quem do Rio de Janeiro mandou dizer a Napoleão: ‘Diga a S. M. o Imperador que eu agora estou na América’, era muito homem para emitir a frase aludida, que teve sorte, fez carreira e hoje tem uma justa e oportuna aplicação. Releve-me etc.”.

que significa provérbios em uma língua angolana. A maior parte desses anexins, constata João Ribeiro, tem sua origem mais na maledicência do que na sabedoria:

O anexirista é sempre um motejador da espécie humana, e é quem lhe descobre as fraquezas, as vaidades ridículas, as manhas encobertas ou as malícias evidentes. Os próprios negros o dizem num seu brocardo. A escravidão negra no Brasil implantou com as raças africanas muito da sua literatura popular, mormente da sua fraseologia. Alguns desses ditados aparecem entre nós, sob roupagens portuguesas, demasiado transparentes para deixar entrever a colisão de idéias e de sentimentos dos dois fatores étnicos que tanto influíram na linguagem popular do Brasil. Entretanto, há dificuldade no discernir o rumo daquelas correntes, e é bem possível que o empréstimo de modismos seja recíproco entre os dois elementos adventícios na América.²⁷¹

A dificuldade de remontar a verdadeira fonte de um provérbio é aumentada pela presença das duas raças, diz João Ribeiro, em íntimo contato ou pelo retorno de negros alforriados à pátria africana. Por isto, para João Ribeiro, é mais fácil de constatar a fusão de duas correntes quando não é possível retroceder à origem mais verossímil, portuguesa, africana ou de criação secundária e mista. Como exemplo desse fato ele cita o provérbio português *No comer e coçar tudo está no começar*:

É evidente que se trata de uma alteração pela identidade das sílabas (co -) das palavras essenciais do modismo: há também no seu contexto um equívoco determinado pelo vocábulo comer que tem igualmente o sentido *coçar*, pruir, ou provocar coceira, comichão. E, acima de tudo, o anexim é portuguesíssimo, idiomático e antigo. Se procurarmos um equivalente nos *Jisabu*, lá veremos por igual o equívoco, (...) alteração entre os dois verbos que equivalem respectivamente a come e a coçar:

Ni kuria ni kuriaia
Uria, anga urija.

É o texto que copiamos literalmente. Ninguém, todavia, acreditará que o modismo do quimbundo passou ao português ou suscitou a formação do prolóquio vernáculo conhecido.²⁷²

²⁷¹ Idem, p. 68.

²⁷² Idem, p. 69.

A partir desta constatação, João Ribeiro assente que o estudo dos provérbios africanos muito contribui para esclarecer a paremiologia brasílica, pelo menos em algumas das suas variantes e versões divergentes dos textos lusos.

A questão dos vocábulos africanos reaparece em *Quilombo – Mocambo*. Neste capítulo João Ribeiro aponta um fenómeno sempre possível na dialeção da linguagem culta no Brasil: a confusão entre vocábulos indígenas e africanos. Basta qualquer semelhança ou analogia quer na forma quer no sentido para que surjam freqüentes contradições entre etimologistas que acabam conferindo origens, remotamente distintas, a palavras que resultaram de encontro fortuito de duas línguas em conflitos. João Ribeiro exemplifica o fenómeno apresentado um estudo do vocábulo *Quilombo*.²⁷³

É curioso o fenómeno de extensão de sentido que na América adquiriu o vocábulo quilombo; no Brasil é uma multidão de negros escravos; no Sul tem o sentido de lupanar e bordel. A palavra *quilombo* significa entre nós uma espécie de república de negros fugidos à escravidão. Os quilombos por vezes reuniam grande número de escravos que assim procuravam evitar os rigores do cativo. O mais famoso foi o Quilombo dos Palmares que se formou durante as guerras holandesas no século XVII. Já nesse tempo era palavra vulgar. Qual a sua origem? Tudo parecia indicar que devia ser africana. Mas não o quiseram assim entender alguns dos nossos etimologistas, que viram num derivado da palavra, *quilombola*, ou *calhambola*, uma deturpação da forma tupi *caanhembora*. Não era, todavia, insensata essa opinião. (...) Apenas era demasiado exclusiva. O *caapór* = aquele que vive no mato, entidade demoníaca conhecida dos índios, é palavra que nenhuma afinidade tem com o *quilombola*, só aplicável aos pretos que desertaram na casa dos senhores. Houve, aqui, uma dessas raras e curiosas fusões de dois vocábulos diferentes. É evidente que segundo as normas da sufixação vernácula de *quilombo* (asilado) não se poderia derivar *quilombola*, o fugitivo ou asilado nos matos. Nem tão pouco se depara esse modo de derivação na língua africana donde procede *quilombo*. Explica-se a forma *quilombola* (de radical banto-africano) pela existência de outra análoga da língua tupi. De fato, *canhembora* ou *canhem*, termo já conhecido de Anchieta e das primeiras relações dos conquistadores e missionários com a raça indiana, significa o fugitivo, o índio que se apartou da sua aldeia ou se extraviou da tribo. Destarte, a palavra africana recebeu um sufixo verbal *ora* - próprio da língua tupi, formando

²⁷³ Idem, pp. 141-2.

o misto híbrido *quilombola*. Ou, mais exatamente, a palavra derivada de *quilombo* e tomou as formas conhecidas *calhambola* e *quilombola*.²⁷⁴

João Ribeiro ainda apresenta outra derivação para *quilombeiro* que, segundo ele, é mais regular, portuguesa e vernácula; usada no interior do Brasil. Para o autor, em Angola quilombo é a paragem, pouso para descansar nas viagens pelo interior africano.²⁷⁵

Em garimpo na busca de brasileirismo, João Ribeiro também recorreu à literatura e aos historiadores quinhentistas. É o que se pode notar na explicação da frase popular: *é tempo de murici, cada um cuide de si*. João Ribeiro lembra que Euclides da Cunha atribuiu-a ao infeliz coronel Tamarindo na derrocada de Canudos, dando, no entanto, ao termo *murici* a idéia de uma época de pânico e terror. Mas João Ribeiro observa que aparentemente nada justifica essa expressão a não ser a rima inconsciente e irracional que ela encerra, porque há muita frase célebre e vazia que só por força de consoantes consegue a popularidade. Porque:

*O murici é uma planta das terras agrestes e fracas, como já descrevia Gabriel Soares no século XVI; frutifica, como as outras, na época própria e não assinala nenhuma calamidade. Não é venenosa e nem se relaciona a qualquer intempérie das regiões áridas do norte: desde o sertão ela floresce até a beira-mar.*²⁷⁶

A partir dessa constatação, João Ribeiro se propõe a responder a seguinte questão: Por que *murici* simboliza maus dias de terror e pânico? A resposta ele encontra no intercâmbio comercial entre Brasil e Índia, na época colonial e do império português; cujas constantes idas e vindas de marinheiros e fidalgos fizeram chegar ao Brasil a notícia da terrível epidemia *morexi* ou

²⁷⁴ Idem, pp. 141-4.

²⁷⁵ Idem, p. 144.

²⁷⁶ Idem, p. 180.

murixy, nome indiano e asiático do *cholera-morbus*, e também das espécies parecidas a esta, a cólica, o miserere, o vólculo.

Terrível epidemia de *morexi* foi o que houve em Goa, no inverno de 1543, quando lá governava Martim Afonso, o mesmo fidalgo que com a sua família e apaniguados tinha aqui no Brasil grandes interesses e propriedades; e lá estavam Tomé de Sousa e outros no momento climatérico. Ainda então a ciência médica não tinha definido a doença nem ainda menos imposto o nome latino, hoje vulgar, de *cholera-morbus*. O nome antigo do *cholera* era *murexy*, como assinala Gaspar Correa que foi testemunha da calamidade, nas suas *Lendas da Índias*. (...) Foi a primeira epidemia do *cholera* terribilíssima, qual no-la descreve o cronista em negras cores e na qual os enfermos apenas “duravam um só dia” e eram tantos que o pânico tomou a cidade. O terror do *murixi* foi-se, por fim, tornando familiar nas suas medonhas irrupções. Nos diferentes dialetos maharatas do Malabar português corriam as variantes *murixi* e *mordexi* ou *mordexim*. Diogo do Couto, na sua Quarta Década (...) diz que *mordexi* é nome corrupto e se deve dizer *morxi*. Cumpre dizer aqui que o *morxi* de Couto (*morixi* em Gaspar Correa) é mera corruptela prosódia muito freqüentemente praticada pelos portugueses quando adotavam palavras exóticas (assim é que eles fizeram *Pernambuco* (de *Paranambuco*) e *Sergipe* (de *Serijipe*), suprimindo, segundo o seu vazo, a vogal átona. Destarte, *morxi* é o mesmo *morixi*.²⁷⁷

João Ribeiro conclui daí que a epidemia *murixi*, via de regra, acompanhada de grande medo e calamidade, explica melhor a expressão: é *tempo de murici*, do que uma inócua frutinha do *murici* agreste. No juízo de João Ribeiro, é essa a origem, por alteração, da frase popular: palavra asiática que chegou ao Brasil pela ação de soldados e viajantes. Coube ao povo a façanha de aproximar, e depois substituir, *murixi* pelo termo indígena *murici*.

Voz indígena mais compreensível, com a qual se confundia quase. E só assim se compreende porque o *tempo de murixi* ou *murici* é o tempo de cada um cuidar em si, como diz o provérbio.²⁷⁸

Esses exemplos citados têm por objetivo demonstrar o esforço do polígrafo João Ribeiro em fundamentar a sua idéia da originalidade da forma de se expressar dos brasileiros.

²⁷⁷ Idem, pp. 181-2.

²⁷⁸ Idem, pp. 183-4.

Pode-se observar que uma das formas encontradas por João Ribeiro abonar a idéia de que a língua portuguesa no Brasil é livre e seus movimentos, e assim colaborar no projeto de construção da nacionalidade, foi o a pesquisa minuciosa de brasileirismo, ou seja, palavras e locuções próprias do linguajar brasileiro. Esse procedimento foi a base do livro *A Língua Nacional*. Como também tinha sido do livro *Frases Feitas*, publicado em 1909. Não é por acaso que o segundo tópico do livro *A Língua Nacional* seja *Antigüidade dos Brasileirismos*, em que João Ribeiro apresenta a história do brasileirismo. Ele situa os primeiros vocábulos de origem americana no período da colonização, nas cartas e dos jesuítas e nas crônicas dos primeiros historiadores.

Portanto, o encontro, ou choque, entre europeus, ameríndios e africanos, gerou infinidades de expressões, ditos populares, palavras etc. que revelam a especificidade brasileira. João Ribeiro mobilizou toda a sua erudição para encontrá-la.

JOÃO RIBEIRO

SBD-FFLCH-USP

132536

A LINGUA NACIONAL

NOTAS APROVEITAVEIS

2.^a EDIÇÃO
U. S. P.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS

BIBLIOTECA DE LETRAS

1933

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
RUA GUSMÕES, 26-28-30 — SÃO PAULO

João Ribeiro

1.1 Língua e construção nacional

A relação entre língua e nacionalismo foi apontada por Herder²⁷⁹ quando afirmou que a língua é a base viva do sentimento, da cultura, da inteligência do povo. Como a Poesia e a Literatura são as expressões máximas da língua, é nelas que podemos encontrar a alma da nação. Assim uma nação teria como marca principal sua língua, sua tradição, suas crenças e são estes elementos que fazem de um povo uma raça. Para a Literatura contribuir para a formação da nacionalidade ela deve estar de acordo com o caráter íntimo da raça.

Estudos e debates relacionados à língua eram muito comuns para a geração de João Ribeiro. Basta observar algumas produções relacionadas às questões lingüísticas, na época²⁸⁰. A confecção de gramática e dicionário, na segunda metade do século XIX, também era uma trincheira de luta do nacionalismo.

Quando se fala em construção nacional ou nacionalismo a questão da língua nacional é preponderante. Como foi observado anteriormente, segundo João Ribeiro, foi Gregório de Matos o primeiro a empregar, literalmente, os brasileirismos. Ainda segundo João Ribeiro, Antonio de Moraes e Silva inclui em seu dicionário vários brasileirismos e, logo depois da independência, Visconde de Pedra Branca escreve um artigo sobre a língua portuguesa no Brasil, onde indica vários brasileirismos.

²⁷⁹ Johann Gottfried von Herder(1744-1803), filósofo e crítico literário alemão, líder do movimento do Sturm und Drang, cujos escritos contribuíram para o surgimento do romantismo alemão. Entre suas primeiras obras críticas encontram-se *Fragmentos sobre a literatura alemã moderna* (1766-1767) e *Sobre o estilo e a arte alemães* (1773), escrito em colaboração com Goethe. Sua contribuição filosófica mais importante é *Idéias para uma filosofia da história da humanidade* (1784-1791). *Enciclopédia® Microsoft® Encarta*. © 1993-1999 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

²⁸⁰ Importantes títulos ligados a questões lingüísticas foram publicados: *Noções de semântica*(18) de Pacheco Júnior; José M. Nunes Garcia; *Antologia nacional*(1895) de Fausto Barreto e Carlos Laet; *Gramática Portuguesa* (1895) de Alfredo Gomes; *Estudos de lingüística* (1895) de Manoel Said Ali Ida; *Gramática portuguesa* (1881) de Julio Ribeiro.

Há em *A Língua Nacional*, portanto, de forma evidente, a utilização da gramatização, definida por Sylvain Auroux como o: “...*processo que conduz a **descrever** ou **instrumentalizar** uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário*”.²⁸¹ Nesta passagem de *A revolução tecnológica da gramatização*, Auroux aponta o papel significativo do advento do dicionário e da gramática na hegemonia política e cultural do Ocidente no mundo; liga-os ao nascimento das ciências da linguagem e observa seus impactos na cultura do homem. Segundo ele, essa gramatização é feita sempre dentro da tradição greco-latina.

É dentro dessa tradição que João Ribeiro procura inserir a língua nacional do Brasil. Percebe-se isso no seu livro, quando ele lança mão tanto de gramática quanto de dicionário para dar conta da explicação de algum brasileirismo. Desta forma, os meios de estudo e divulgação da língua tornam-se instrumentos de afirmação nacional.

O uso da língua como instrumento dos Estados-nações foi ressaltado por Eric J. Hobsbawm que observou que na condição de artefatos esses Estados necessitam ser construídos, e que as instituições estatais são fundamentais para isso. Entre elas, Hobsbawm destaca a escola que, além de difundir valores pátrios e cívicos, inculca uma língua nacional. “De fato, para os novos Estados-nações, essas instituições eram de importância crucial, pois apenas através delas a ‘língua nacional’ (geralmente construída antes através de esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades. Os meios de comunicação de massa – nesse momento a imprensa – só podiam transformar-se em tal quando uma massa alfabetizada na linguagem

²⁸¹ AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992, p. 65.

padrão fosse criada. Era portanto também de importância crucial a luta dos movimentos nacionais para obter a 'autonomia cultural', isto é, controlar a parte relativa nas instituições do Estado, como, por exemplo, conseguir instrução escolar e uso administrativo para suas respectivas línguas".²⁸²

Esse pensamento vai ao encontro da definição de nacionalismo proposta por Ernest Gellner: "É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado". Esse autor também ressalta o caráter de artefato do nacionalismo, afirmando que nações como modo natural ou divino de organização humana, não passam de um mito.²⁸³

Benedict Anderson, por sua vez, mostra como a ascensão das línguas vulgares, impulsionada pelo capitalismo editorial, auxiliou a propagação de uma consciência nacional e tornou-se instrumento de centralização administrativa.²⁸⁴

A partir da reflexão proposta por esses autores, vejo a ação de João Ribeiro, enquanto filólogo, gramático e professor, como intelectual que utilizou seu saber lingüístico em prol da construção da brasilidade. Ele saiu em defesa da língua portuguesa enriquecida no Brasil como marca da independência do povo brasileiro em relação a Portugal.

²⁸² HOBBSBAWM, Eric J. *A era do Capital*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1996, p.143.

²⁸³ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Grávida, 1993, pp. 77-8.

²⁸⁴ ANDERSON, Benedict . *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989, p. 50.

1.2 Polêmicas em torno da Língua Nacional

Quando se pensa em qualquer área do saber intelectualizado no fim do século XIX e início do XX, as polêmicas subjacentes a este saber não podem ser desprezadas. Ao escrever sobre questões lingüísticas, João Ribeiro se depara com as principais polêmicas em relação à língua portuguesa no Brasil. Como por exemplo, em homenagem ao centenário de nascimento de José de Alencar escreveu um artigo²⁸⁵ retomando a polêmica que envolveu o nome do autor de *Iracema* e o português José Feliciano de Castilho, radicado no Brasil, que contou com apoio do brasileiro Franklin Távora. Sabendo que João Ribeiro se refere a José de Alencar como o “mais nacionalista dos nossos escritores”, fica claro de que lado ele ficou nessa polêmica.

A polêmica teve início quando um periódico, chamado *Questões do Dia*, publicou severas críticas aos brasileirismos tanto semânticos quanto sintáticos presentes nos escritos de José de Alencar. A crítica era assinada por *Semprônio*, pseudônimo de Franklin Távora, e *Cincinato* (*José Feliciano*).

Ambos os críticos, pela veemência dos seus libelos, concorriam para exaltar a atitude de José Alencar, que os menosprezava amargamente, tendo-os à conta de charlatões, impotentes zoilos e criaturas odiosas e insignificantes.²⁸⁶

Para João Ribeiro, a crítica de Franklin Távora, que censurava o trecho dos romances e a suposta fantasia de José de Alencar, era fruto de inveja incontida. José Feliciano apegava-se aos fatos da língua. Utilizando o português da Europa como padrão a ser seguido, o crítico português “nota o abuso de imenso, o ‘imenso orbe e a imensa planície’, e foi essa a sua estréia de futilidade. Aí condena o verbo novo *estringir*, na frase: ‘A funda tristeza que *estringe* a alma’.

²⁸⁵ RIBEIRO, João. “José de Alencar e a linguagem diferencial do Brasil”. In: João Ribeiro trechos escolhidos, pp. 42 a 48.

²⁸⁶ Idem, p. 43.

Quem é em português esse senhor *estringer?*, pergunta José Feliciano, com o entono de mestre-escola”.²⁸⁷

Depois, José Feliciano passou para a questão dos pronomes que, como observa João Ribeiro, se tornou o forte dos vernaculistas. José Feliciano censura em Alencar os seguintes enunciados: ‘*que alagava-lhe o corpo*’, *cuja estampa desenhava-se*’, etc. João Ribeiro observa que José Feliciano conseguiu o melhor combate, porque a questão dos pronomes, ainda não resolvida na época de João Ribeiro, encaminhou-se para a solução que o escritor português indicou.²⁸⁸

A explicação que João Ribeiro dá para a diferença da colocação pronominal (objeto de grandes polêmicas *dialetista* e *purista*) no Brasil em relação à Portugal e outros *brasileirismos* é inspirada no trabalho de Pedra Branca que reflete o pensamento determinista da época. “Dissertando genericamente sobre o caráter das línguas como reflexo das sociedades, conforme o pensamento determinista e evolucionista da época, o autor opõe o francês ao português e, a este, o ‘ramo transplantado’ para a América, que também designa como idioma brasileiro’ – denominação que não implica compromisso ideológico ou conotação nacionalista. E, numa tentativa sumária de caracterização desse idioma, Pedra Branca recorre aos campos fonológico e léxico, apontando, naquele, como traço específico do Brasil, o falar mais doce, mais ameno: e no léxico, algumas especificações semânticas, alguns empréstimos indígenas e de outras procedências imprecisamente definidas”²⁸⁹

Na observação desses tópicos constata-se a afirmação da professora Edith sobre uma tendência de registrar a realidade lingüística por aqueles que

²⁸⁷ Idem, p. 44.

²⁸⁸ Idem, pp. 44-5.

²⁸⁹ PINTO, Edith Pimentel *O português do Brasil*; textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro, LTC/EDUSP, 1982, p. XV.

defendiam a autonomia da língua portuguesa do Brasil, como é o caso de João Ribeiro em *Língua Nacional*. Ele registra essa realidade lingüística recorrendo à superstição, no primeiro caso (*Beber água de chocalho*); no segundo (*é tempo de muirici...*) à literatura (com Euclides da Cunha), a historiadores e a cronistas quinhentistas (Gabriel Soares, Gaspar Correia e Diogo Couto); no terceiro caso (*Ditos históricos – para inglês ver*) à história nacional. Então, pode-se deduzir que nesses e em outros trechos do livro *Língua Nacional*, as marcas do filólogo, do gramático, do historiador, estão presentes. Esses dados não devem ser menosprezados quando para compreensão desse livro.

Outra polêmica do período, em torno da língua portuguesa no Brasil, foi a reforma ortográfica. Novamente, em tom irônico, João Ribeiro aborda a questão no livro *Cartas Devolvidas (Acerca da questão ortográfica)*:

Meu grande mestre!

Se neste momento de paz gramatical se reacendesse o facha da discórdia entre os combatentes da velha e da nova ortografia, eu certamente desertara o campo da peleja tão ingrata e tantas vezes combatida sem proveito.

Estou já rouco de dizer e repetir que a repugnância ou indiferença do Brasil pela neografia portuguesa é para esta a morte certa. O cadáver ainda está exposto às encomendações de defuntos e a outras cerimônias fúnebres; a verificação de óbito, porém, é já desnecessária.²⁹⁰

Neste artigo, João Ribeiro critica a reforma ortográfica portuguesa que para ele foi um retrocesso porque não acompanhou a evolução moderna da linguagem. Os lingüistas portugueses, responsáveis pela reforma, optaram pela grafia espanhola como modelo para neografia. Por isso, para João Ribeiro

No Brasil, a neografia portuguesa nova e ao mesmo tempo pré-histórica, não conseguiu generalizar-se. Foi recebida com desconfiança, e essa prudente desconformidade cada vez mais se define em absoluta repulsão

É certo que alguns homens de autoridade, professores ou especialistas de questões gramaticais, amigos do vernaculismo ou o que é quase sempre o mesmo inimigo de todos os influxos internacionais, da

²⁹⁰ RIBEIRO, João, *Carta Devolvidas*. Porto. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926, p. 31.

civilização, se contentam com esse exotismo próximo e quase doméstico do espanholismo convencional da nova reforma.²⁹¹

No livro *Fabordão*, João Ribeiro também tratou da questão da reforma ortográfica²⁹², que era motivo de polêmica entre os letrados brasileiros e portugueses. O que se observa é que a cada reforma surgiam mais polêmicas.

As polêmicas em torno de questões lingüísticas refletem o estado de ânimo de um período marcado intensa preocupação com o sentido de ser brasileiro em toda a sua expressividade. Nesse aspecto a língua, em sua materialidade, é o melhor exemplo.

²⁹¹ Idem, p. 33.

²⁹² Questão velha era já em Portugal ou no Brasil a da simplificação da ortografia.

Pouco a pouco, a inconsciente imitação francesa mormente no século XVIII, e o ante-iberismo lusitano desde o século XVII haviam tornado a ortografia da língua uma arte difícil e para poucos.

Procurava-se com essa falsa erudição honrar as origens clássicas latinas, segundo o velho erro e preconceito do tempo de que a linguagem moderna derivava das cultas formas literárias do século de Augusto.

Historiar o movimento da reforma sempre necessitada e reclamada levar-nos-ia a digressões neste momento inoportunas.

Não quero aqui senão indicar as bases da reforma e da simplificação proposta pela Academia Brasileira.

Ao mesmo tempo, ajuntarei alguns comentários aos pontos principais da reforma, sem nenhuma intenção de fazê-los completos como poderia o assunto exigir, em matéria que levantou numerosas contestações.

A sessão de 11 de julho (1907) da Academia foi, escrevi eu, a mais importante das suas reuniões quando avaliada pelas conseqüências sociais que vai ter.

A Academia votou naquele dia a simplificação da ortografia portuguesa.

Não poderia haver assunto de interesse mais geral e prático.

Para mim, o maior interesse estava no proveito e benefício indefinido e inestimável feito a educação popular.

A questão da ortografia há muito pedia solução mais conforme ao espírito do nosso tempo. Outrora as primeiras letras eram apenas o primeiro passo que, em regra, se prosseguia com o estudo das humanidades ou com os estudos universitários. Ainda há hoje muita gente do tempo em que se não fazia exame de língua materna de cujos estudos era só absolvida pelo exame do latim. As primeiras letras eram efetivamente primeiras e o latim das nossas escritas infantis era apenas uma antecipação.

Hoje, ao contrário, para a quase totalidade dos que estudam, as primeiras letras são as únicas. A extrema difusão do ensino, que ainda se pede maior, não faz do estudo vernáculo um primeiro passo para as letras clássicas: a escola popular há de bastar a si própria. O cultivo ulterior do latim caberá talvez a um milésimo de quantos aprendem a escrever.

A solução que impõe o nosso tempo é portanto outra que não a antiga. Do contrário, teríamos como certos povos primevos e semi-bárbaros a necessidade de duas escritas: uma hierática e sagrada para os letrados e outra demótica, popular, para ignorantes e plebeus.

Acresce que a estas razões se junta a de que os próprios letrados não se entendem no seu hieróglifo comum. São demasiado conhecidas as polêmicas travadas por um ou dois ll e quejandas questiúnculas. RIBEIRO, João. "A questão da ortografia". In: *Fabordão: crônica de vario assunto*. Rio de Janeiro, pp. 103 a 124.

Capítulo III - A questão racial: a História e a Língua

A questão racial na América portuguesa é antiga. Dependendo da abordagem do pesquisador sua primeira manifestação pode ser remontada na *Carta* de Pero Vaz de Caminha quando narra o encontro entre europeus e indígenas, fazendo uma descrição física dos nativos e expondo suas diferenças em relação aos europeus. Em estilo diferente, esse mesmo encontro foi descrito recentemente, de forma dramática, por Darcy Ribeiro, no livro *O povo brasileiro*. Este autor, na parte que leva o título de *O enfrentamento dos mundos*, narra que a possível visão idílica inicial, que os indígenas tiveram dos europeus se dissipou quando deram conta da hecatombe que desabou sobre eles. "Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimo índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles tinham o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira."²⁹³

A chegada dos primeiros africanos, a partir da segunda década do século XVI²⁹⁴, trouxe mais um ingrediente para a questão racial: o elemento negro, no dizer de João Ribeiro, fruto da escravidão africana, verdadeiro elemento criador do

²⁹³ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 43.

²⁹⁴ De acordo com Roger Bastide e Florestan Fernandes "Presume-se que os primeiros africanos vieram para o Brasil entre 1516 a 1526. No entanto, só a partir dos meados século XVI principiou o afluxo regular de africanos para a Colônia". BASTIDE, Roger e FERNANDES, Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 21. Para Arthur Ramos "não se sabe exatamente qual o ano em que foram introduzidos no Brasil os primeiros escravos. Já o mercado era intenso nas Índias Ocidentais, e não possuímos nenhum documento seguro provando a entrada de negros em terras de Santa Cruz. Nos primeiros engenhos de cana de açúcar da capitania de São Vicente trabalhavam negros africanos, conforme a opinião de vários historiadores e julga-se também que a caravela encontrada por Martim Afonso de Sousa, na Bahia, 1531, já se empregava no serviço de transporte de escravos." RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante Brasileiro, 1934, pp. 20-1.

país e quase único, foi o máximo diferenciador da raça mista que após dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional.²⁹⁵

No entanto, a questão racial só começa a torna-se realmente uma questão crucial quando surgem os primeiros projetos de construção nacional. Em carta de 1790, que pode ser o documento mais antigo a mencionar o desejo de autonomia dos colonos brasileiro, aparece sugerida a questão racial. O autor da carta, um colono português ocultado sob o pseudônimo de Amador Patrício de Portugal, denunciando o crescente anti-lusitanismo, afirma que escapando da ascendência européia, os brasileiros tinham somente duas alternativas: os negros do sertão da África ou os índios naturais da América. É com esse comentário sobre uma carta de 1790 que Afonso Carlos M. Santos inicia seu artigo *A invenção do Brasil: um problema nacional?*.²⁹⁶

Esse artigo de Afonso Carlos M. Santos demonstra que a questão da construção da nacionalidade não surge desvinculada da questão racial. É o que se pode inferir da seguinte afirmação: “Para os primeiros autonomistas brasileiros, os ‘brancos nacionais’ constituíam o ‘corpo da nação’, como informara José Joaquim de Maia a Thomas Jefferson. Porém, a nação que se iria constituir não era composta somente de brancos, mas de uma grande massa de mestiços, negros livres e escravos, sem contar a população indígena. Ao buscar a autonomia política, os construtores da nação teriam de se defrontar com este dilema, que aparece explícito na obra de um José Bonifácio de Andrade e Silva, especialmente nas suas representações sobre o indígena e a escravidão. Nestes textos, a questão central é

²⁹⁵ RIBEIRO, João. *O Elemento Negro* p. 18.

²⁹⁶ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A invenção do Brasil: um problema nacional?”. In: *Revista de História*. São Paulo, USP, 1985, p. 3.

a própria constituição do povo do Brasil, verdadeiro drama para os construtores e intérpretes do novo país.”²⁹⁷

Após a Independência política esse drama se acentuou, e “construir uma identidade nacional, que unificasse os diversos setores, aparecia como principal desafio para os homens articulados em torno do governo do Rio de Janeiro.”²⁹⁸

Miriam Dolhnikoff observa que para José Bonifácio “parecia claro que a nação só poderia existir se fossem criados laços de solidariedade entre os diversos seguimentos sociais, gerando um sentimento de comunhão de interesses, de pertencimento a uma mesma comunidade nacional. Era a própria nacionalidade que precisava ser construída.”²⁹⁹ Este projeto de José Bonifácio pressupunha a educação da população “nacionalizada” para que a civilização fosse alcançada. O interessante é que esse projeto não excluía nem os índios e nem os negros, porque o ideal de civilização de José Bonifácio presumia o fim da escravidão e a integração de índios e negros.

A partir de 1870, com aumento abolicionismo e da articulação republicana questão racial tornou-se realmente um dilema que o homem de Letras tinha de encarar de fato e se possível resolver. Nos anos 80 do século XIX, quando João Ribeiro demonstrou interesse de contribuir para a construção da brasilidade através dos estudos históricos e lingüísticos ele encarou o dilema de pensar um país, ou uma nação, formado por diferentes grupos étnicos.

²⁹⁷ Idem, p. 4.

²⁹⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo, Editora Globo, 2005, p. 48.

²⁹⁹ Idem.

1. História e questão racial

Logo na introdução do livro *História do Brasil* João Ribeiro deixa claro não só a sua visão de história, como também sua postura de intelectual engajado na luta para a construção da brasilidade. Quando afirma que as afeições e a fisionomia do Brasil derivam do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros, João Ribeiro já revela de antemão que o objeto de seus estudos é o resultado da mistura cultural étnica desses grupos que atuaram no território brasileiro. Porque foram os que descobriram minas, instituíram a criação de gados e a agricultura, catequizaram tribos, levando à circulação da vida por todas as partes do Brasil.

Essa história a que não faltam episódios sublimes ou terríveis, é ainda hoje a mesma presente, na sua vida interior, nas suas raças e nos seus sistemas de trabalho que podemos a todo o instante verificar. Dei-lhe por isso uma grande parte e uma consideração que não é costume haver por ela, neste meu livro.³⁰⁰

Essas observações iniciais podem servir como um roteiro para se compreender a elaboração do livro de João Ribeiro (*História do Brasil*); nelas vislumbramos a sua visão historiográfica quanto às principais correntes teóricas do seu tempo: evolucionismo inspirado no darwinismo, determinismo geográfico e visão etnicista e utilitária da História. Por este motivo a relação entre raça e meio ambiente é um elemento importante nas explicações históricas de João Ribeiro. Além disso, era a expressão do *repertório* intelectual do século XIX, que tinha no centro do debate as noções de raça e natureza nos trópicos e miscigenação. Neste momento, em que se pensa a construção nacional, a presença do negro na sociedade brasileira surge como uma questão que precisa ser resolvida, ou ao menos encarada. “A partir de então o

³⁰⁰ RIBEIRO, João. Op. Cit. p. XVIII.

negro será entendido enquanto um problema não só social, à medida em que se considerava que a sua herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de nosso povo”³⁰¹ Como indica um outro pesquisador: “a sedução de parte dos intelectuais brasileiros pelo universalismo cientificista, e freqüentemente racista, levou-os a desconfiarem frente ao destino de um país tão marcado pela mescla entre as raças e pela presença dos negros, que por mais de três séculos afluíam coercitivamente ao Brasil. A herança étnica e cultural das ‘raças atrasadas’ parecia embargar a confiança num futuro moderno e civilizado para o país. Autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros, deram, então, início a novas interpretações da sociedade brasileira, e o desejo por objetividade, o gosto pelo realismo e pelo naturalismo e os conseqüentes determinismos físicos e etnográficos tenderam a orientar, de um modo ou de outro, quase todos os esforços de refletir-se sobre o país”³⁰². A questão era abordada sob o ponto de vista da “sciência” que era a grande autoridade do momento.

João Ribeiro indica a preocupação com a questão racial quando afirma que:

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflito das raças, disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contato das raças inferiores com as que são mais cultas sempre desmoraliza e deprava a umas e outra³⁰³.

Nessa passagem está explícita a influência (a que todo intelectual do período estava sujeito) das teorias científicas européias de linhagem

³⁰¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo. Companhia das letras, 1987, p. 23.

³⁰² SCHNEIDER, Alberto Luiz. Op. Cit., p. 27.

³⁰³ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. p.67.

darwinista que tinham no fator raça um elemento vital no processo civilizatório. Entre os expoentes desta doutrina estava Gobineau, Buckle e outros, que citavam o Brasil como exemplo de “degeneração num país tropical” de raças mistas”. Por exemplo, o conde de Gobineau, que em abril de 1869 a maio de 1870 chefiou a diplomacia francesa no Brasil, escreveu um clássico das teses racista do século XIX, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1854), em que procura reconstituir a história universal do ponto de vista etnológico profetizando a decadência da civilização em função da miscigenação com “raças inferiores”. Nos meses em ficou no Rio de Janeiro, “Gobineau revelou o horror à população brasileira, que chama de ‘multidão de macacos’, composta de mulatos que apenas comprovaria suas idéias pessimistas sobre a degeneração dos mestiços e a decadência da civilização. Como única exceção à barbárie e incultura local, menciona a figura solitária do imperador ilustrado, D. Pedro II, leitor e admirador de suas obras”³⁰⁴.

Diante dessa visão racista e pessimista em relação ao futuro do país, o intelectual brasileiro se viu diante do dilema: como pensar a construção nacional em um país marcado pela mistura de três grupos étnicos: o branco, o índio e o negro? A saída para esse dilema é a adoção parcial ou adaptada das teorias racistas européias. É o que se pode inferir da seguinte passagem:

O branco inteligente, mas ávido e atroz, o negro servil e o índio altivo, mas indolente, são os três elementos d'onde vai sair a nacionalidade futura. Mas a agitação étnica é toda subterrânea e está repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção.³⁰⁵

Assim, mesmo partindo de uma idéia negativa em relação à miscigenação, João Ribeiro crê na nacionalidade futura surgida da mistura entre

³⁰⁴ VENTURA, Roberto. Op. cit. p. 31

³⁰⁵ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. p.72.

o branco, o negro e o índio. Neste ponto João Ribeiro faz uma adaptação da visão dos teóricos darwinistas que não viam futuro para um país com tanta mistura étnica. O futuro da nacionalidade estaria no advento do mestiço. Essa adaptação demonstra o quanto o pensamento de João Ribeiro, referente à questão racial, é inspirado nos estudos de Sílvio Romero. Porém, o problema é que a teoria de miscigenação de Sílvio Romero (seguida por João Ribeiro) não rejeita a idéia de inferioridade das raças não-brancas defendida por Gobineau, que Sílvio Romero considerava um dos seus mestres. Na verdade quando leu Gobineau, “Sílvio Romero sentiu, naturalmente, o quanto poderia ser operativa no Brasil uma teoria da civilização como mestiçagem e efetuou uma adaptação. Manteve a idéia de desigualdade mas, colocando-se de certo modo no ângulo de um povo colonizado, deu realce implicitamente à elevação das raças’inferiores’ (índio e negro) por meio da mistura com o branco, que julgava nobilitante; e profetizou o predomínio deste no aspecto das pessoas, num futuro remoto mas garantido de estabilização”³⁰⁶. Partindo da idéia de Gobineau, de que a qualificação das pessoas dependia da quantidade de sangue ariano que possuía, Sílvio Romero sistematizou um dos preconceitos mais freqüentes entre os brasileiros: a idéia de “melhorar a raça”, ou seja, embranquecer³⁰⁷. Esta idéia aparece explícita na *História da literatura brasileira*, quando Sílvio Romero afirma que

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na

³⁰⁶ CANDIDO, Antonio. “Sílvio Romero: crítico e Historiador da Literatura”. In. *História da Literatura brasileira*, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto), p. 25.

³⁰⁷ Idem.

luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir³⁰⁸

Diante disso, pode-se observar o quanto a questão racial estava inserida no contexto cultural no final do século XIX; juntamente com as noções de natureza tropical e miscigenação. Essas noções formam um repertório ao qual o intelectual tem que recorrer ou dialogar, mesmo que seja para criticar, como foi o caso de Manuel Bonfim que criticou a teoria da desigualdade das raças se apoiando em causas sociais. Mas, no caso de João Ribeiro é diferente; ao longo do seu trabalho a questão racial ligada à miscigenação aparece como chave interpretativa para diversos fatos da história nacional.

Os antecedentes do Espírito de autonomia (capítulo VII) no Brasil, João Ribeiro vai busca no século XVIII no movimento Iluminista. Ele observa que o espírito do século XVIII na história geral dos povos é quase exclusivamente político. Do livre exame na religião fora-se passando à análise das formas tradicionais do governo da sociedade. O escárnio e o desprezo pelas antigas tradições e pela religião produziu a agitação intelectuais que resultou na revolução de 1789.

Antes desse grande sucesso, porém, já um povo da América, consubstanciando em formulas políticas os direitos naturais do homem, havia sacudido o jugo europeu, e realizado a democracia sonhada pelos filósofos. Em 1776 o congresso de Filadélfia declarava solenemente que todos os homens eram iguais e entre os seus direitos inalienáveis contavam-se a vida, liberdade e trabalho pela própria felicidade e bem estar; e que quando um governo não servia a esses fins, o povo tinha direito de aboli-lo.

O grande acontecimento achou, em toda a parte, universal aplauso e sobretudo, secretamente, no coração de todos os americanos que sofriam ainda o jugo do absolutismo colonial.

Repercutiram, pois, no Brasil essas idéias generosas de liberdade.

³⁰⁸ SÍLVIO, Romero. *História da literatura brasileira*, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto), p. 101

Pouco importava que não estivessem preparados (e de fato não estavam os nossos opressores e ainda menos nós) para levar a cabo a tarefa da emancipação do homem. A verdade é que a idéia nova despertou o sentimento da liberdade em todos os corações bem formados.³⁰⁹

Dessa forma, para João Ribeiro, os ingredientes externos para realização da autonomia do Brasil já estavam postos a partir do século XVIII: a Revolução Francesa (1789), a Independência dos Estados Unidos (1776) e a exploração colonial e o despotismos português, personificado em Marquês de Pombal, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750 – 1777). Mas, o ingrediente interno (a raça mestiça) ainda não estava pronto para colher os frutos daquele momento histórico:

Para aproveitá-lo, em todos os seus frutos, as tentativas de emancipação deviam apoiar-se na raça mestiça já formada e que abrangia nesse tempo a metade, senão mais, da população livre. O tentame dos conjurados mineiros não é só uma empresa de literato e filósofos; é também, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quase portugueses, é o espírito novo e cosmopolita contra os prejuízos nacionais; é a mesma revolução que se chama constitucionalismo em 1820 com D. João VI e se chama, para nós, *independência política* em 1822 com D. Pedro I, ou em uma só palavra, é o liberalismo português contra o absolutismo português; a liberdade dos opressores contra o despotismo dos opressores.

É claro que a população mestiça estaria do lado do liberalismo e por interesse próprio; mas esta série de revoluções não é a sua que ela se reservará com todas as forças para o *abolicionismo* e a *república*, no império.³¹⁰

Porém, a despeito dos movimentos da história, João Ribeiro certifica que a raça nacional no Brasil já havia se formado no século XVII; e que em sua maior parte essa raça era composta por mamelucos. E a partir dessa nova criação étnica desaparece a lealdade e começa os perjúrios. O país praticamente se divide entre dois grupos étnicos: portugueses e brasileiros (mestiços) que começam a se odiar e a se apelidar de forma pejorativa: os lusos chamam os brasileiros de *a cabrada*, *o pés de cabra*; os brasileiros chamam os portugueses

³⁰⁹ RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 280-1.

³¹⁰ Idem, p. 282.

de *mascates, marotos, pés de chumbo*. Expondo essa antipatia entre mestiços e lusos, João Ribeiro procura confirmar sua tese de que “com a raça nova formava-se o que se poderia dizer a base física da revolução”.³¹¹

“Esse processo era compartilhado, diz Ângela Gomes, por toda América Latina, onde as revoluções ‘vestem as formas liberais e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente étnicas, patrióticas e nativistas (...)’. Era justamente dessa ‘raça mestiça’ que advinha nosso espírito de reação – destrutivo sim, mas necessário – ao absolutismo colonial. Mas, ‘felizmente’, sempre houve ‘um escol intelectual e moral’ de homens nessas raças capaz de dirigi-las. Este foi o caso da Conjuração Mineira e também de outras sublevações, em que fatos, idéias e heróis eram reunidos de modo a se poder entender como se formou nossa nacionalidade. A presença clara desta era a grande questão da história pátria – seu verdadeiro cerne – e principalmente o tratamento historiográfico a ela conferido vão aproximá-lo de forma particular de Oliveira Lima, Pedro Lessa e Alcântara Machado”.³¹²

Por exemplo, no trabalho de Oliveira Lima encontra-se essa mesma idéia da mistura de raça como elemento de formação nacional. Disse o autor: “(...) apesar da idéia de uma separação entre metrópole e a Colônia ser ainda necessariamente estranha a todos os cálculos, que os destinos portugueses eram idênticos aos destinos brasileiros, da mesma maneira que os sentimentos políticos brasileiros não podiam ser senão idênticos aos sentimentos políticos portugueses, existia já um elemento que não fazia senão crescer com o correr dos tempos, e que dava moralmente à nossa sociedade um aspecto particular,

³¹¹ Idem, p. 283.

³¹² GOMES, Ângela de Castro, p. 112.

que outras circunstâncias – a mistura das raças principalmente – lhe tinham desde então fisicamente garantido.”³¹³

Tanto para Oliveira Lima quanto para João Ribeiro o primeiro indício da ação dessa “nova raça” mestiça em prol da autonomia nacional se deu na luta contra os holandeses. Nas palavras de Oliveira Lima: “Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa foi feita pelos oradores exaltados, muito antes do sábio Martius haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender e escrever a história do Brasil.”³¹⁴

Porém, não se pode esquecer que mesmo reconhecendo o importante papel da raça mestiça na construção nacional, pesava na mente dos homens de letras do período as idéias negativas referentes à miscigenação. O próprio João Ribeiro, em algumas passagens, mostrou acreditar que as raças mestiças tinham tendências ou preferências por sistemas mais radicais porque esses são possíveis com a demolição da sociedade; na ordem amam a subversão. Mas, João Ribeiro deixa claro que raça pode ser útil através da tutela de uma elite esclarecida. Esta será responsável por impor limites ao novo grupo social. Mas, o problema só seria resolvido no futuro com a imigração européia: “O único remédio para essa povoação é o da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração européia.”³¹⁵

Nota-se que ao mesmo tempo em que João Ribeiro aponta que uma das falhas da Inconfidência Mineira era não ser um movimento da população

³¹³ LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª Ed., Rio de Janeiro, Top Books; São Paulo, Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro), pp. 67-8.

³¹⁴ Idem, p. 81.

³¹⁵ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. p. 286.

mestiça ele associa os movimentos *abolicionista e republicano* à ação desse grupo que resultou da mistura das três etnias: branco, negro e índio.

No livro *História do Brasil*, ainda na introdução, João Ribeiro indica quatro células fundamentais que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo. Primeiro Pernambuco, que gera os núcleos secundários da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e cujo influxo maternal sempre obedecem (na guerra dos mascates, 1710-12, na revolução de 1817, na confederação do Equador); segundo, a da Bahia que acolhe Ilhéus e Porto Seguro e gera Sergipe; terceiro, a de São Paulo que envolveu todo o Oeste com a ação dos bandeirantes: Goiás, Minas, Mato Grosso; quarto, a do Rio de Janeiro que através da luta diplomática com os espanhóis fez nascer, já tarde, as capitanias do extremo sul; finalmente, a do Maranhão ou Pará que gerou as unidades administrativas do extremo norte. Para João Ribeiro “esses são os núcleos primitivos do organismo nacional. Todos os demais são secundários e recentes” Observa também que “cada um desses focos tem o seu sentimento característico; o da Bahia é o da religião e da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de todas as suas revoluções; São Paulo (Minas e Rio). É o liberalismo moderado (...) o da Amazônia, demasiado indiano, é talvez o da separação como o é no extremo sul o Rio Grande(...), demasiadamente platino”³¹⁶. Nos parágrafos seguintes, João Ribeiro sintetiza sua visão da história do Brasil:

Expus que sempre houve nos nossos movimentos de emancipação duas correntes liberais separadas; uma dos mamelucos que desde o século XVII almeja em suas revoluções a república, o federalismo e mesmo o abolicionismo; outra, da sociedade colonial que faz o constitucionalismo; o império e com ele a centralização e unidade. Esta última corrente tende a desaparecer da política pela progressão das raças nacionais; a independência foi para ela como

³¹⁶ Idem, p.XIX.

que a supressão de suas fontes e daqui a pouco o que resta de seu substratum, da sua base física, terá desaparecido.

A monarquia é o último vestígio da sociedade e do liberalismo colonial, é ao mesmo tempo o mais delicado e o mais tênue; era da sua natureza extrema e frágil dissipar-se como espírito. Daqui por diante, como os europeus depois dos árabes, perdendo os seus últimos preceptores, o Brasil terá que andar sozinho, e desabituaado do trabalho, ganhar o pão amargo da vida chamada independente. Não passei além da proclamação da República (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los num livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e á glorificação da nossa história.³¹⁷

Portanto, na sua história do Brasil, João Ribeiro busca explicar a formação da brasilidade a partir da composição étnica do Brasil. A raça nacional a qual João Ribeiro se refere é o mestiço que no futuro iria se impor sobre outros grupos étnicos, principalmente o negro e o índio. Embora fique patente, nesse ponto, a influência que recebeu de Carl Friedrich. Philip. von Martius,³¹⁸ quando João Ribeiro afirma que “ao contrário, nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros”.³¹⁹ Porém, ele não segue “à letra” o conselho de Martius, como afirmou. E nem podia, porque a época de Martius era outra e o que se buscava era uma história nacional sintonizada com o contexto social, político e econômico do Império no início dos anos 40 do século XIX que marca a ascensão de D. Pedro II. Por exemplo, naquele momento a questão racial não era um problema como passou a ser no

³¹⁷ Idem, pp. XIX e XX.

³¹⁸ Este intelectual alemão, que veio para o Brasil na comitiva da princesa Leopoldina, escreveu um tratado chamado: “*Como se escreve a história do Brasil*”, que ganhou o concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico em 1840. Nessa obra Martius passa um receituário que deve ser seguido por quem pretende escrever a História do Brasil: “Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem o cunho muito particular” MARTIUS, Carl F. P. von (1982). “Como se deve escrever a história do Brasil”, in *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : EDUSP, p. 87.

³¹⁹ RIBEIRO, João. Op., cit. p. XVIII.

final do século por causa da Abolição. Mas o que se deve separar nas idéias de João Ribeiro das de Martius, é a concepção deste de que o contato entre as raças favorece no aperfeiçoamento de todas elas, porque é inerente ao ser humano a possibilidade de se aperfeiçoar. Fundado em uma visão humanista cristã, Martius assevera:

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Na classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o império do Brasil é chamado.

Eu creio que um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa ofender a susceptibilidade dos brasileiros. Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador.³²⁰

Para Antonio Candido, Martius denotava uma notável ausência de discriminação racial que Silvio Romero bem poderia ter aproveitado.³²¹ O mesmo poderia ser dito em relação a João Ribeiro, mas o seu compromisso com o cientificismo do seu tempo o impedia seguir Martius “à letra”. É o que se pode inferir da seguinte passagem:

Mas não cremos como Martius, que aliás com grande atenção observou essas raças, serem elas suscetíveis de toda a perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela imigração européia que viria afinal suplantar o caráter das camadas primitivas; Felizmente mesmo nas raças mestiças há sempre uma elite intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las. As raças miscigenais no seu todo, porém, quais no-las representa a América Latina, não possuem a capacidade do self-governmeent. Embalde adaptam as idéias da civilização a seu organismo. Falta-lhes o sentimento que aquelas idéias pressupõe e

³²⁰ MARTIUS, Carl F. P. von . Op. Cit., p. 88

³²¹ CANDIDO, Antonio. “Sílvio Romero: crítico e Historiador da Literatura”. In. *História da Literatura brasileira*, p. 23.

as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano. Pose-se dizer delas que são raças catequizadas, mas não cristãs; o cristianismo vive nelas como num pouco d'água as gotas de vinho indispensáveis para colorir-lhe o aspecto ou alterar o aroma. Em geral, assimilam e preferem as teorias e os sistemas mais radicais porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto interior que é, como o das crianças, puramente destrutivo. Se o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nelas rápidas e vertiginosas. Da religião passam á impiedade e ao ateísmo; do governo ao anarquismo e, pode-se dizer generalizando, na ordem amam a subversão. Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole deles, não tendo nobreza, ao cultiva. Nada aceita da história que naturalmente lhes é suspeita ou indiferente, e buscam remédio impossível nas utopias do futuro que a sua frágil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a história consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que eles próprios fabricam e propõem-se inutilmente venerar. Nem sabem governar e nem ser governados;³²²

Nessa citação percebe-se a grande contradição na concepção racial da história de João Ribeiro. Ao mesmo tempo em que, em outras páginas do livro de História aponta a raça nacional mística como agente construtor da nacionalidade futura, demonstra receio e pessimismo em relação a esse mesmo fato. Fica claro que, para João Ribeiro, era impossível uma civilização futura constituída em grande parte pela raça mestiça. Neste aspecto, João Ribeiro se encaixa no que Dante Moreira Leite definiu como *A ideologia do pessimismo*, quando analisou a concepção nacionalista de Silvio Romero. “Como aceitava as teorias racistas sobre a insalubridade do clima tropical, esse nacionalismo será um curioso conjunto de incoerência: num clima ruim, três raças inferiores estão destinadas a um grande futuro. (...) Como aceita uma teoria aristocrática – o racismo – só pode esperar que o Brasil melhore através do *branqueamento*, isto é, da imigração européia que deseja espalhada por todo o país, e não apenas

³²² RIBEIRO, João. Op., cit. pp. 284-5.

concentrada nos quatro Estados do Sul. Isso mostra, muito claramente, que compreende a raça como causa da atividade econômica.”³²³

Portanto, fica evidente que *a ideologia do pessimismo*, na acepção de Dante Moreira, representa mais um aspecto da afinidade intelectual entre João Ribeiro e Silvio Romero.

2. Língua e questão racial

O encontro entre grupos culturais diferentes, como ocorreu no Brasil, além de outros fatores trouxe a questão da língua. Mas não apenas como instrumento essencial de comunicação, mas também como forma de dominação. E esta dominação começou se materializar no processo de gramatização³²⁴ a que foram submetidas as expressões lingüísticas de grupos não europeus, no caso do Brasil os ameríndios e africanos. Foi por meio dessa gramatização que se processou “a constituição de uma descrição lingüística do Brasil que, antes de se uma questão brasileira, é uma questão de catequese. A gramatização de uma língua indígena é o primeiro momento da análise de linguagem em território brasileiro (...)”³²⁵

José de Anchieta teve um papel significativo nesse procedimento; aportando no Brasil em 1553 dedica-se ao ensino das primeiras letras e à catequese. Como era comum entre os membros da Companhia de Jesus

³²³ LEITE, Dante Moreira. Op. cit. pp. 192-3.

³²⁴ Como já foi citado, o conceito de gramatização foi cunhado por Syvain Auroux que o formulou da seguinte maneira: “O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramática de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.” AUROUX, Syvan. Op. cit. p. 9.

³²⁵ GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccineli (orgs.). Língua e cidadania: o português do Brasil. Campinas, Pontes, 1996, p. 10.

aprender a linguagem dos catecúmenos, Anchieta passou a entender e a falar com facilidade o tupi, chegando mesmo a escrever uma *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, em 1595. Foi um dos primeiros documentos de gramatização. “Quando escrevia para os nativos, diz Alfredo Bosi, ou para colonos que já entendiam a língua geral, o missionário adotava quase sempre o idioma tupi. O trabalho de aculturação lingüística é, nesses textos, a marca profunda de uma situação historicamente original. O poeta, procura, no *interior dos códigos tupis*, moldar uma forma poética bastante próxima das medidas trovadorescas em suas variantes populares ibéricas: com o verso redondilho forja quadras e quintilhas nas quais se arma um jogo de rimas ora alternadas, ora oposta. (...) O projeto de transpor para a fala do índio a mensagem católica demandava um esforço de penetrar no imaginário do outro, e este foi o empenho do primeiro apóstolo.”³²⁶

José Honório Rodrigues observa que “se Anchieta foi o primeiro a escrever a *Arte da gramática*, Fernão Cardim foi o primeiro a descrever de certa forma ordenada a diversidade de nações e línguas”³²⁷ José Honório via a afirmação da língua portuguesa no Brasil como resulta de uma vitória no embate com outras línguas (indígenas e africanas), principalmente com a *língua geral*.

João Ribeiro, quando abordou questões referentes aos influxos das línguas indígenas e africanas no português do Brasil, fez uso do resultado do processo de gramatização que essas línguas passaram ao quando foram grafadas dentro de padrão alfabético e gramatical ocidental. Isto fica patente nos estudos de fraseologias que João Ribeiro executou nos livros *A Língua*

³²⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo. Companhia das Letras, pp. 64-5.

³²⁷ RODRIGUES, José Honório. *História Viva*. São Paulo, Global, 1985, p. 15.

Nacional e Frases Feitas. Em parte desses trabalhos frases e vocábulos incorporados ao repertório cultural brasileiro que passaram a fazer parte do exercício de suas práticas discursivas cotidianas, integrando-se ao vocabulário do idioma nacional.

Na obra *A Língua Nacional* foi visto que João Ribeiro estudou diversos vocábulos de origem indígena (como *capoeira* e *na pindaíba*, por exemplo), mas os que mais prenderam a sua atenção foram os de origem africana.

Os estudos dos vocábulos e locuções de origem africana na formação da língua nacional, no Brasil, sempre foi um tema que gerou bastante polêmica. Para João Ribeiro o influxo de africanismo na formação do português do Brasil era incontestável; da mesma forma que a língua indígena. Esta concepção lingüística de João Ribeiro ia ao encontro da sua noção de miscigenação étnica na formação do povo brasileiro. Assim, da mesma maneira que a “nova raça” mestiça do Brasil era resultado do caldeamento do branco, do índio e do negro, a língua portuguesa do Brasil também (“mestiça”) era resultado desse processo.

No livro *O elemento negro: história, folclore e lingüística*³²⁸ há diversos trabalhos de João Ribeiro sobre a contribuição do negro para cultura brasileira, principalmente referente à língua. Em um desses trabalhos o autor expõe o que entende por elemento negro:

Sob a denominação de elemento negro designamos toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário mas até ao sistema gramatical do idioma. A bibliografia do assunto é pouco abundante, se excetuarmos, no Brasil, raros trabalhos do eminente filólogo Macedo Soares.

³²⁸ Coletânea de artigos de João Ribeiro referente ao estudo afro-brasileiro reunidos por Joaquim Ribeiro.

Não é de crer, porém, que fiquemos estacionários e indiferentes à solução de tão notáveis problemas.³²⁹

João Ribeiro revela que mesmo sendo diversas as línguas africanas que chegaram ao Brasil há uma falta de documentos especiais. Por esta razão ele se ateve a influência do *ambundo, língua de Angola e do Congo*. Desta origem João Ribeiro arrolou dezenas de palavras, entre elas: *candongá, camondongo, matungo, mataco, malungo, matame, quilo quibungo mucunzá, fula, cucumbi, marimba, berimbau, tarimba, batuque, ganzá, afurá, binga etc.*

A influência lingüística africana não se limitou ao campo da lexicografia, ela se estendeu também na esfera da fraseologia como atestam os provérbios ou ditos populares estudados por João Ribeiro:

Alguns desses ditados aparecem entre nós, sob roupagens portuguesas, demasiado transparentes para deixar entrever a colisão de idéias e de sentimentos dos dois fatores étnicos que tanto influíram na linguagem popular do Brasil.³³⁰

Da mesma forma que em outros campos do saber, a contribuição do africanismo na caracterização da língua portuguesa do Brasil não é um consenso entre os estudiosos. Por exemplo, Clóvis Monteiro até aceita a contribuição dos dialetos indígenas ao léxico do português do Brasil, mas não aceita que os africanismos tenham tido qualquer influência. Para Clóvis Monteiro “a situação dos africanos, em face dos dominadores, era ainda inferior à dos silvícolas, por isso que nem sequer o prestígio efêmero que se concedeu aos falares indígenas foi atribuído aos falares dos negros, dada a sua triste

³²⁹ RIBEIRO, João. *O Elemento Negro: história, folclore e lingüística*. Rio de Janeiro. Record, p. 83.

³³⁰ Idem, p. 57.

condição de escravos. Destes o que se queria era apenas o suor, o sacrifício, a submissão.”³³¹

O filólogo Silveira Bueno também não atribui um papel importante dos africanismos no idioma do Brasil. Para ele “o próprio João Ribeiro, inegavelmente, quem mais informado estava de tais estudos lingüísticos, no seu tempo, não merece confiança absoluta: há muito que corrigir, que emendar, nas opiniões dele a respeito da língua portuguesa, quanto mais no que se refere aos idiomas negros.”³³² Porém, Sílvia Elia acha “difícil aceitar que um longo período de bilingüismo, de dois séculos não deixasse marcas no português do Brasil.”³³³

Na concepção de Nei Lopes “uma das formas do racismo anti-negro mais arraigada na alma brasileira é aquela que procura reduzir todas as comunidades étnicas africanas à condição de *tribos* e a suas línguas à condição de *diletos*.” E acrescenta que “dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se (...) uma predominância das culturas bantas, que colaboraram para a formação da cultura brasileira principalmente através de suas línguas, como sejam, o Quiocongo, o Umbondo, e basicamente o Quimbundo.”³³⁴

Esses exemplos servem para demonstrar o quanto é polêmica a combinação entre língua e questão racial. Mas também, demonstra que no caso de João Ribeiro essa combinação era necessária devido a sua visão “eticista” da formação cultural do Brasil.

Portanto, a exposição de João Ribeiro sobre as influências das línguas indígenas e africanas no português do Brasil caminha para confirmar a

³³¹ MONTEIRO, Clóvis. *Fundamentos clássicos do português do Brasil*. Rio de Janeiro. C. P. II, 1958, p. 67.

³³² BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo, Edição Saraiva, 1963, p. 238.

³³³ ELIA, Sílvia. Op. Cit. p. 52.

³³⁴ LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, p. 213.

suposição referente à formação étnica do Brasil: resultado do caldeamento entre o índio, o branco e o negro.

Conclusão

João Ribeiro foi o polígrafo que demonstrou interesse de participar da missão civilizatória que o homem de letras historicamente cumpria no Brasil na passagem dos séculos XIX e XX, utilizando como instrumento a gramática, a filologia e história articulado com suas duas profissões fundamentais: professor e jornalista militante.

História do Brasil e *A Língua Nacional* são duas obras em que João Ribeiro colocou em prática a intenção de interpretar e compreender o Brasil como um país autônomo em sua especificidade histórica e lingüística. Esta especificidade, segundo o autor, se deve basicamente a formação miscigenada da população brasileira.

Na *História do Brasil* João Ribeiro, numa atitude paradoxal, defendia que o grande agente transformador e criador da história nacional era o povo mestiço oriundo do caldeamento dos povos da América com o europeu e os povos africanos, mas pregava que esse povo mestiço era incapaz de governar ou ser governado. Por isso, ele defendia a imigração de europeus para o Brasil.

Esse livro didático de João Ribeiro, endereçado ao curso superior de história, teve grande aceitação tanto na época em que foi publicado quanto algumas décadas depois. Em 1953 o livro estava na 14^a edição; em 1964 a

Livraria Francisco Alves publicou uma 18ª edição revista e ampliada por Joaquim Ribeiro.

As inovações historiográficas, presentes no compêndio de João Ribeiro, foram apontadas já no prefácio da 1ª edição, em 1900, por Araripe Junior que saudou as qualidades da obra associando-as à poligrafia do autor: “a clareza do seu espírito, e portanto dos seus escritos, avulta de dia a dia, tomando cada vez mais extensão científica e brilho literário; o que se explica pela variedade de cultura do professor desdobrado num artista. Pintor, músico, poeta, formado em direito, o autor da *História do Brasil*, que já manejava com vantagem os métodos de ensino inglês, agora, depois de uma estada de dois anos na Alemanha, comissionado pelo governo para estudar os processos de ensino superior de história, surpreende-nos (...)”.³³⁵ Assim, as principais inovações de João Ribeiro no campo historiográfico, foram a incorporação de métodos adquiridos em outras práticas intelectuais e a adoção de novas propostas pedagógicas, principalmente de procedência germânica. “O espírito germânico está presente na construção de seu texto pela concepção de História e pela dinâmica pedagógica que imprimiu no livro, diferente do padrão tradicional francês.”³³⁶ No prefácio da 18ª edição, Araripe Junior afirma que a procura e a estima do livro são resultado da originalidade de seu plano de trabalho e da repercussão na orientação dos estudos histórico-sociais, e acrescenta que quando o livro surgiu “a crítica foi unânime em reconhecer o seu papel renovador e somente algum neófito mal informado dos estudos pode contestar esta verdade.”³³⁷

³³⁵ ARARIPE JUNIOR, T. A. “(prefácio) João Ribeiro – filólogo e historiador”. In: RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901, p. VI.

³³⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit. p. 236.

³³⁷ ARARIPE JUNIOR, T. A. “Prefácio”. In: RIBEIRO, João. Op. Cit. 18ª edição, 1964, p. 19.

Tanto Ângela Gomes quanto Eliana Dutra destacam a figura de João Ribeiro entre os historiadores da “geração de 1890” que adotaram, em seus estudos históricos, uma atitude “filosófica”, na qual o historiador, em seu *métier*, assume um comprometimento consciente com o presente. No caso de João Ribeiro o sentido da história brasileira foi associado ao espírito nacional republicano. Assim, um dos objetivos pedagógicos de sua *História do Brasil* é conscientizar que a origem da nacionalidade brasileira está vinculada à República, implementada pela raça mestiça. O outro objetivo era formar o escol da nação.³³⁸

Dessa constatação de que João Ribeiro fez uma interpretação republicana da história do Brasil, pode-se inferir dois fatos. Primeiro, o seu manual de história reflete o contexto histórico da sua produção: período posterior à República e à Abolição quando as disputas políticas indicavam como vencedores os defensores de um projeto liberal para o regime republicano. Segundo, confirma o pressuposto, defendido por Ângela Alonso, de que toda manifestação intelectual no Brasil era eminentemente política ressaltando a inter-relação entre os campos intelectual e político.³³⁹

Não há dúvida que a história de João Ribeiro tem um viés culturalista, que abrange os campos da etnologia, do folclore e filologia. Mas a sua postura política, típica a dos intelectuais militantes, sobressai em vários pontos do livro, principalmente a partir do capítulo IV (*A formação do Brasil – A história comum*) e do capítulo V (*A formação do Brasil – A história local*) quando ele analisa as principais rebeliões e as revoltas em diversas partes do território

³³⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Op. Cit. pp. 203-4.

³³⁹ ALONSO, Ângela. Op. Cit.

nacional. Nessas análises destacam-se dois pontos de vistas aparentemente contraditórios.

Por um lado, essas revoltas, em grande parte, revelam a vitalização da “raça nacional”, responsável pelo desaparecimento da lealdade dos colonos em relação à metrópole, que em alguns anos resultaria na Independência, no abolicionismo e na República, fatos fundamentais para a construção nacional. Por outro lado, essa mesma “raça nacional” é vista como uma ameaça porque pode conduzir o Brasil a barbárie, inviabilizando o processo civilizatório, tão caro à geração de João Ribeiro. Quer dizer que João Ribeiro, assim como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, reconhecia o Brasil como uma nação multiétnica. Mas, encarava “a mestiçagem como uma desvantagem evolutiva e uma ameaça à civilização, por trazer riscos de degeneração ou esterilidade devido à fusão de raças díspares”.³⁴⁰ É a partir desse ponto de vista que se pode entender o desejo de tutela que a elite intelectual do período buscava exercer sobre a massa da população.

O artigo *À margem da história nacional* de 1921, editado no livro *Notas de um Estudante*, pode ser encarado como um documento convincente da postura política conservadora de João Ribeiro. Nesse artigo, o autor faz uma interpretação da Guerra do Contestado, ocorrida em um território disputado por Santa Catarina e Paraná.

O fato que poderia parecer sem grande importância oferece um tipo singular das anomalias da nossa história. É pena que à argúcia Cia do autor da – *Populações meridionais do Brasil* – tivesse escapado o exame desse fenômeno. Não era a primeira vez que vinha à tona e à superfície espumante da babel étnica que define a civilização primitiva. Talvez na falta da verdadeira religião temos uma superstição larvada e latente, misto de animismo primevo e de ritos bárbaros que fazem

³⁴⁰ VENTURA, Roberto. “Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500 -2000). Formação histórica*. Mota, Carlos Guilherme org. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 332.

explosões súbitas e irrefreáveis. O matuto, o tabaréu, o homem do sertão é em geral um místico, capaz de exaltações incríveis. A sua rude moral não se compadece das flexibilidades próprias do homem civilizado.

Assim, se aproximando muito da interpretação que Euclides da Cunha (que escreveu um livro com título *À margem da história*) fez de Canudos, João Ribeiro demonstra o medo ou receio da fúria desordenada da turba mestiça.

No entanto, essa constatação não diminui a importância do livro *História do Brasil* e nem do seu autor no contexto da história da construção da nacionalidade brasileira. O livro significou um marco porque foi primeiro esforço no sentido de elaborar um livro didático de história sob à luz das linhagens ideológicas cientificistas européias difundidas no Brasil na passagem dos século XIX e XX. Mais especificamente, a *História do Brasil* de João Ribeiro, prende-se à adaptação dessas ideologias elaborada por um grupo liderado por Sílvio Romero, no que ele mesmo denominou “Escola de Recife”.

Em *A Língua Nacional* João Ribeiro defendeu que a autonomia da língua portuguesa falada na Brasil em relação à falada em Portugal. Escrito à véspera das comemorações do centenário da Independência, pelo tom e pelo estilo, esse livro lembra os manifestos e os panfletos muito comuns em época de grandes agitações políticas e culturais:

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributos à submissão das palavras.³⁴¹

³⁴¹ RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*, p. 8.

O que autoriza essa afirmação, além de um sentimento nacionalista, é o processo histórico que resultou na formação do Brasil. Processo, como vimos, marcado pelo encontro ou entrechoque entre ameríndios, europeus e africanos e seus descendentes nos trópicos americanos. De acordo com João Ribeiro, o caldeamento saído desse encontro, não só gerou um novo povo ou uma “raça mestiça”, na expressão do autor, mas também uma nova forma de expressão lingüística, fruto da mistura entre as línguas indígenas, européias e africanas. “Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português.”³⁴²

Esse livro de João Ribeiro estava inserido no contexto do debate, ou polêmica, entre puristas e dialetistas. Como se sabe, os primeiros defendiam que a língua portuguesa no Brasil tinha de seguir os padrões estabelecidos em Lisboa o Coimbra; enquanto os segundos a sustentava a vigência de uma língua portuguesa se a chancela lusitana. É óbvio que, quando escreveu *A Língua Nacional*, João Ribeiro se enquadrava no segundo grupo. Mas, segundo para Edith Pimentel Pinto, em *Página de Estética* de 1905, João Ribeiro defendia idéias *puristas*.

Edith Pimentel atribui essa mudança à personalidade paradoxal de João Ribeiro, “cuja linha de pensamento não é de fácil determinação, dadas suas constantes reformulações.” Porém, esta pesquisa demonstrou que a atitude paradoxal de João Ribeiro está mais ligada ao dilema vivido por uma geração

³⁴² TARALLO, Fernando. Op. Cit. p. 87.

que procurava, através de um conjunto de idéias científicas, elevar o Brasil ao status de nação civilizada.³⁴³

As observações feitas por Antonio Candido sobre Sílvio Romero comprovam que as contradições de João Ribeiro eram mais uma característica de grupo de intelectuais e de uma época do que uma característica pessoal: “se forem tomadas em nível profundo, [as contradições] constituem a projeção, no seu pensamento, da complexidade perturbadora de uma sociedade marcada por certas desarmonias e discordâncias. Justamente por isso a sua obra é mais do que uma construção bem-feita, que se satisfaz em si mesma; ela é uma imagem nervosa do País.”³⁴⁴

Múcio Leão, biógrafo de João Ribeiro, afirma que o autor de *A Língua Nacional* fazia timbre de sempre se proclamar contraditório em relação a isso, no terreno da língua, deixou uma dupla lição: “De um lado, é ele o exaltador de José de Alencar pela independência crespá e resoluta que o autor de *Iracema* manteve sempre diante de Portugal, sustentado, com uma linguagem *diferencial* do Brasil; do outro lado é o apaixonado dos clássicos, o disquisidor que penetra nas fontes mais remotas do idioma, para ir estudar a origem das palavras que estão vindo, das frases que estão formando... De um lado, faz questão de se tornar o eco de um Rupert Hughes, de um Juan Teran, de um Mananuel Galvez, de um Amado Nervo, para propugnar uma linguagem nova, própria do continente americano, e liberta cada vez mais dos preconceitos em que a enleiam os velhos gramáticos da Europa; e do outro lado é o anátador curioso e vigilante que não esquece um só momento os seus grandes mestres de além-mar, os mestres que se chamam Camões, e Antonio Vieira, Manuel Bernardes e

³⁴³ PINTO, Edith Pimentel. Op. Cit. p. XXXV.

³⁴⁴ CANDIDO, Antonio. “Fora do texto”. In: Candido, Antonio. *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Editora Ática, 1989, p. 103.

D. Francisco Manuel de Melo, Gil Vicente e o autor de *Arte de Furtar*, modelos modernos de Portugal, o velho Castilho... De um lado temos, assim, o autor da *A Língua Nacional*... Do outro, temos o autor das *Páginas de Estética*, das *Frases Feitas*, da *Seleção Clássica*...”³⁴⁵

O principal ponto central de divergência entre puristas e *dialetistas* eram os neologismos (ou brasileirismos), em menor grau foi a questão da colocação pronominal. As duas questões são abordadas em *A Língua Nacional*: os neologismos criados para descrever novas experiências do português, tanto da necessidade de nomear novos seres quando da troca lingüística com outros grupos étnicos. Usando instrumentos da gramatização (dicionário e gramática), João Ribeiro procura demonstrar a autonomia lingüística do Brasil para reforçar o sentimento de nacionalidade.

Da análise dos dois livros, *A Língua Nacional* e *História do Brasil*, sobressai uma diferença na concepção de língua e de história nos trabalhos de João Ribeiro. No primeiro caso ele defendia uma língua portuguesa brasileira autônoma em relação a Portugal. No segundo ele defendia uma história nacional vinculada aos movimentos da história universal. Esta atitude contraditória de João Ribeiro refletia o drama do intelectual do seu tempo que tem de pensar a construção da nacionalidade brasileira de olhos fixos nos padrões culturais europeus concebidos como paradigma de civilização e cultura.

Portanto, em toda sua trajetória de polígrafo interessado na construção da brasilidade, João Ribeiro confirmou o pressuposto de que nação e

³⁴⁵ LEÃO, Múcio. Op. cit., p. 97.

nacionalidade são artefatos culturais historicamente elaborados, de acordo com os trabalhos de Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, e Ernest Gellner.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

ANDERSON, Benedict . *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido de Formação: Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Editora Paz e terra, 1997.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília, Ed. Da Universidade de Brasília, 1963.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia Românica*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BLOCH, Marc *Introdução à História*. 5ª ed. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa : Europa-América. A 1ª edição, original, é de 1941.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 33ª ed. São Paulo : Cultrix, 1994.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo. Companhia das Letras.

BROCA, Brito. Um grande livro. In. *Horas de leitura: Primeira e Segunda Séries*. Campinas, Unicamp.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.

CANDIDO, Antonio Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). São Paulo. Martins Editora. 2ª edição. 1962.

_____. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo. Edusp, 1988.

_____. “Sílvio Romero: crítico e Historiador da Literatura”. In. *História da Literatura brasileira*, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto).

_____. *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARPEAUX, “A hora de João Ribeiro” _ In. *Leitura* Agost./Set. 1954, pp. 10-1.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

COUTINHO, Afrânio “*Caminhos do pensamento crítico*”. Vol 2. Rio de Janeiro. Pallas S. A. 1980.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiros, LTDA. 1968.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro Francisco Alves / Publifolha, 2000.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo, Editora Globo, 2005, p. 48.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Almanaque Brasileiro Garnier: sob a direção de João Ribeiro*. Tese de titulação, Belo Horizonte, UFMG, 2005.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos Históricos-Linguísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2003.

FAORO, Raymundo Machado de Assis: *A pirâmide e o trapézio*. São Paulo. Ed. Nacional, Secr. Cult. Ciência e tecnol. Est. S. P., 1976. 2ª ed.

FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, A. G. *As concepções Lingüísticas do século XIX: a gramática do Brasil*. Rio de Janeiro. Lucerna, 2006.

FURET, François. *A oficina da história*. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa, Gradiva, 1985.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa, Grávida, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das Revoluções*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marco Penchel. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1982

_____. *Nações e Nacionalismo*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991

HOLANDA, Sérgio Buarque. A fronda pretoriana. In. *O Brasil monárquico II: do Império à República*, H. G. C. B. vol. 7, Rio de Janeiro, Difel, 1977.

_____. "Crise do regime". In. *O Brasil monárquico II: do Império à República*, H. G. C. B.

HOUAISS, Antonio. João Ribeiro redivivo. In: RIBEIRO, João. *Língua Nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

IGLESIAS, Francisco. "Vida política, 1848 – 1868". In. *O Brasil monárquico II, do Império à República*, H.G.C. B., vol. 3, p. 10.

Idem, p. 70.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Circulo do Livro, 1986.

LEÃO, Múcio *João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1954.

_____. *João Ribeiro: ensaio bibliográfico*. Publicações da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1954.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1992.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª Ed., Rio de Janeiro, Top Books; São Paulo, Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil, vol. II*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

MARTIUS, Carl F. P. von "Como se deve escrever a história do Brasil",
in *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Trad. Alberto Löfgren.
Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1982.

MEYER, Augusto. "João Ribeiro ensaísta". In. BARBOSA, João Alexandre. *Textos Críticos*: São Paulo, Perspectiva, pp. 307-19.

MILLIET, Sérgio *Diário crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo. Martins e Edusp, 1981.

MONTEIRO, Clóvis. *Fundamentos clássicos do português do Brasil*. Rio de Janeiro. C. P. II, 1958.

MORAES, Marcos Antonio org. *Correspondência: Mário de Andrade e Manuel Bandeira*.. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2ª ed., 2001, p. 196.

MOTA, Lourenço Danta (org.) . *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo SENAC, 2ª edição, 1999.

NEEDELL, Jeffrey D. . *Belle Époque Tropical*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

ORLANDI, Eni Puccienelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*; textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro, LTC/EDUSP, 1982.

RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante Brasileiro, 1934.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Vranhagen a FHC*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João. *Gramática Portuguesa – curso superior*. Rio de Janeiro. Alves e Cia., 1904

_____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1901.

_____. *A Língua Nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1933.

_____. *Gramática Portuguesa – curso superior*. Rio de Janeiro. Alves e Cia., 1904.

_____. *O fabordão – crônica de vários assuntos*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1910.

_____. *Carta Devolvidas*. Porto. Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926.

_____. *O folclore (estudo de literatura popular)*. Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos, 1919.

_____. *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro. Oficina Industrial Gráfica. 1930.

_____. *A Língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis, Ed. Vozes em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1979.

_____. *A história do Brasil: discurso de posse no Instituto histórico*, em 20 de abril de 1915. Autores e Livros, 16-4-1944:198.

_____. *O ensino da história*. Autores e Livros, 16-4-1944:202.

_____. *O Elemento Negro: história, folclore e lingüística*. Rio de Janeiro. Record.

_____. *Rudimentos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, J.Ozon+editor.

RIBEIRO, Joaquim. *Nove mil dias com João Ribeiro*. Record Editora, Rio. 1934. Apud. Leão, Múcio. *João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1934.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, José Honório (Teoria da história do Brasil, 5ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978. A 1ª edição é de 1949.

RODRIGUES, José Honório. *História Viva*. São Paulo, Global, 1985.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

ROMERO, Sílvio e RIBEIRO, João (*Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro. Imago Editora, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. *História da literatura brasileira*, tomo 1, Rio de Janeiro, Ed. Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001 (Organizada por Luiz Antonio Barreto).

_____. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, pp. 31-2.

SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na república” IN Sevcenko, Nicolau org. *História da Vida Privada no Brasil*, vol. III, 6ª. Ed. S. Paulo, Cia. Das Letras, 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional?. In: *Revista de História*. São Paulo, USP, 1985.

SCHNAIDERMAN, Boris. *João Ribeiro atual*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros São Paulo, 1971, n. 10, p. 73.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil*. São Paulo. Annablume, 2005, p. 16.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo. Companhia das letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos*. São Paulo, Ática, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. “Capistrando de Abreu – Capítulos de história colonial” In: *Introdução ao Brasil. Uma banquete no Trópico*. São Paulo. SENAC, 1999.

VENTURA, Roberto *Estilo tropical*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991.

_____. “Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500 -2000). Formação histórica*. Mota, Carlos Guilherme org. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000

VERÍSSIMO, José *Estudos de literatura brasileira* (1ª série). São Paulo. Itatiaia; Edusp, 1976.